

A Defesa Nacional



Neste número :

- **Fôrças Armadas e outras Fôrças** — Gilberto Freyre
- **A Guerra do Paraguai** — Cel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira
- **As Fôrças Armadas da República Federal Alemã — Instrução, Educação e Formação de Graduados** — Cel Osny Vasconcellos
- **Os perigos da explosão demográfica** — Ten-Cel Germano Seidl Vidal
- **Análise histórica da Bandeira do Brasil** — Cap Filadelfo Reis Damasceno
- **Prisioneiro de Guerra** — 1º Ten A. Machado de Paiva

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Adailton Sampaio Pirassinunga

Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1965

General Antonio de Souza Junior

Tenente-Coronel José de Sá Martins

Major Sady de Almeida Valle

SUPLENTES

General Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Jonas de Moraes Corrêa Neto

Major Lauro de Lima Santos

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acordo com julgamento da Redação.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LII

Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev de 1966

Número
605

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em folha auto-
rizado, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200.
Atrasado Cr\$ 250.

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

<i>Editorial</i>	7
<i>Fôrças Armadas e outras Fôrças</i> — Guberto Freyre	23
<i>A Guerra do Paraguai</i> — Cel João Per- boyre de Vasconcelos Ferreira	35
<i>As Fôrças Armadas da República Fe- deral Alemã</i> — Instrução, Educação e Formação de Grauaados — Cel Osny Vasconcellos	45
<i>João Carlos de Vilagran Cabrita</i> — Patrono da Arma de Engenharia — Maj Darino Castro Rebeio	57
<i>Os perigos da explosão demográfica</i> — Ten-Cel Germano Seidl Vidal	61
<i>Plano sucinto para instalação do Ba- talhão Esportivo das Fôrças Arma- das</i> — Cap José Antônio Pires Gon- çalves	71
<i>Reflexões sobre a Guerrilha</i> — Cap Antônio Mir Salas (Trad. do Ten-Cel Jonas Correia Neto)	93
<i>Análise histórica do Bandeira do Brasil</i> — Cap Filadelfo Reis Damasceno	113
<i>Prisioneiro de Guerra</i> — 1º Ten A. Machado de Paiva	123
<i>O Exército Suíço</i> — Maj Edwin Stet- tler (Trad. do Ten-Cel Rubens Má- rio Jobim)	133
<i>Uma tendência de hoje?</i> — Maj Cid de Goffredo Fonseca	137
<i>Fundação Osório</i> — À margem de um relatório — Gen Felicissimo de Aze- vedo Aveline	139
<i>Origem das palavras "militar" e "mi- lícia"</i> — Cap Ramon Touceda Fon- tenla	141
<i>Origem dos postos militares</i> — 2º Sgt Adolpho Avóglgio Hecht	143
<i>Gen-Div Ubirajara dos Santos Lima</i> — Gen-Div F. Silveira do Prado	





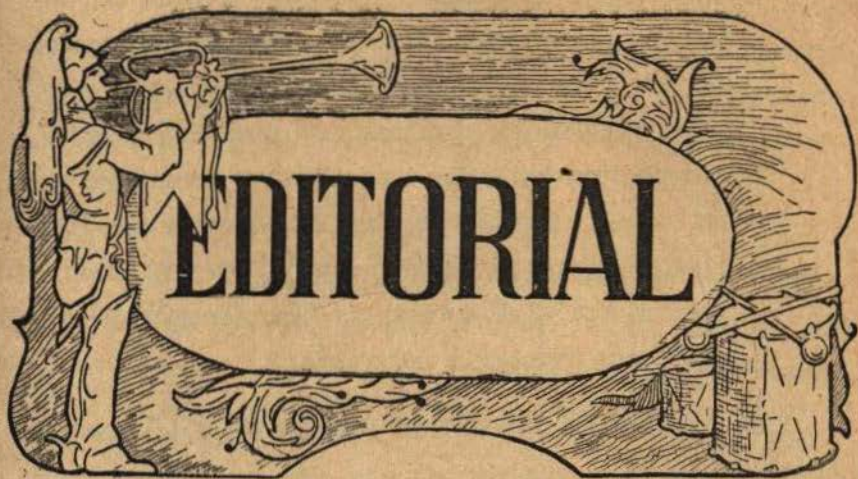
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

DATA

4-6-80

N.º

148



A passagem do 1º centenário de nascimento de OLAVO BILAC, poeta e patriota, ocorrido a 16 de dezembro último, A DEFESA NACIONAL presta aqui sua singela homenagem a êsse eminente brasileiro.

Bilac está profundamente vinculado ao Exército. E o Exército jamais deixou de publicamente demonstrar sua gratidão ao grande patriota pela obra cívica realizada, da qual as Fôrças Armadas foram beneficiárias. Por isso mesmo, a data de seu nascimento figura, no calendário cívico-militar, como o Dia do Reservista.

Seu progenitor participou da Guerra do Paraguai como cirurgião-mor do 31º Batalhão de Voluntários da Pátria, tendo se reformado como major. Isso, sem dúvida, grandemente contribuiu para seu respeito pela gloriosa carreira das armas.

"... guardei sempre inalterável o ardor da minha admiração pelos homens e pelos acontecimentos da guerra com o Paraguai. E, ainda hoje, sinto o coração invadido de uma onda de ternura e piedade, quando vejo um velho soldado dêse tempo ou um dos velhos canhões, que por lá andaram aos solavancos, ou um dos velhos navios, que cruzaram o Paraná, dentro de nuvens de fumo, vomitando metralha nas trincheiras paraguaias."

Lidimo representante de sua geração literária, poeta e jornalista que foi, legou-nos, em sua obra, páginas do mais acendrado patriotismo, de que são testemunhos exponenciais a letra do Hino à Bandeira e sua famosa Oração à Bandeira.

"Bendita sejas! e, para todo o sempre, expande-te, desfralda-te, palpita e resplandece, como uma grande asa, sobre a definitiva pátria, que queremos criar forte e livre; pacífica, mas armada; modesta, mas digna; dadivosa para os estranhos, mas antes de tudo maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lírica, mas escudada de energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de Exército destro e de Marinha aparelhada, para assegurar e defender a nossa honra, a nossa justiça e a nossa paz!"

Muitas das páginas suas, imortais pelo estilo primoroso e pelo vigor do conteúdo, são como toques de clarim a despertar a consciência nacional. Vale destacar alguns trechos dessa edificante pregação cívica, que ainda hoje ressoa em advertência a todos nós.

"O Brasil não padece apenas da falta de dinheiro: padece e sofre da falta de crença e de esperança. Dai-lhe os vossos braços, dai-lhe as vossas almas, dai-lhe a vossa generosidade e o vosso sacrifício."

"O que me amedronta é a mingua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma não há desinterêsse; sem desinterêsse não há coesão; sem coesão, não há Pátria."

"Quando se trata de defender a família e a Pátria, a fraqueza é um crime e o descuido é uma desonra."

"A defesa nacional é tudo para a nação: é o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio, a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade."

A caserna é "o filtro admirável em que os homens se depuram e apuram."

*Homem de pensamento, Bilac foi também homem de ação. A campanha pelo Serviço Militar Obrigatório, que en-
cetou em seus últimos anos de vida, e que profundamente se
enraizou na consciência nacional, graças ao ardor de sua pre-
gação; a Liga de Defesa Nacional, que fundou e que continua
prestando assinalados serviços à Pátria; e o formidável im-
pulso que deu ao escotismo, em todo o Brasil — assim o de-
monstram.*

*Deve o Exército a Bilac, com sua campanha pelo Servi-
ço Militar Obrigatório, a base de sua estrutura, em que se as-
senta a Defesa Nacional. Não tivesse a obra literária de Bilac
o imortalizado, essa obra cívica de envergadura bastaria, por
si só, para tornar imorredouro, na memória das gerações fu-
turas do Brasil, êsse "grande apóstolo de nosso civismo", êsse
brasileiro que tão bem compreendeu o sentido e o significado
do que seja segurança nacional e amor à Pátria.*

*A DEFESA NACIONAL, nesta oportunidade, com profun-
da admiração, reverencia a memória de OLAVO BILAC, poe-
ta e patriota, recomendando a leitura e a meditação de suas
páginas cívicas à juventude brasileira.*



FÔRÇAS ARMADAS E OUTRAS FÔRÇAS

GILBERTO FREYRE

Novas considerações sobre as relações entre as Fôrças Armadas e as demais Fôrças de Segurança e de desenvolvimento nacional na sociedade brasileira.

Muito me tenho ocupado, quer do ponto de vista de uma das minhas especialidades — a Sociologia da História, ou antes do tempo, considerado o tempo mais na sua indivisibilidade que na sua seqüência — quer como brasileiro preocupado com os destinos do Brasil, daqueles problemas que, num país em desenvolvimento, como é o nosso, constituem um conjunto de assuntos afins: desde os sociologicamente econômicos aos sociologicamente psicológicos. São problemas, todos êles, de relações entre as várias fôrças de que dependem aquêle desenvolvimento e a segurança — a segurança nacional no seu mais amplo sentido — essencial ao mesmo desenvolvimento. Entre essas fôrças, estão as chamadas Fôrças Armadas.

Convocado agora pelo General Lyra Tavares, eminente autor de *Território Nacional e de Segurança Nacional* — livros que são decerto estudos admiráveis de alguns dos problemas básicos da situação do Brasil como complexo nacional em desenvolvimento — para falar a todo um grupo de oficiais ilustres do Exército brasileiro, — os do IV Exército — como êle, interessados em assuntos dessa natureza sob uma perspectiva que vai além da puramente militar, temo ter que repetir-me em vários pontos. Aliás, do pecado de repetir-me, confessando as repetições, tenho sido já, mais de uma vez, acusado. E de modo indireto, procurei responder à acusação, admitindo a verdade que ela encerra. Mas salientando: “Antes repetir-se um autor a si mesmo, do que viver a repetir outros autores, sem o confessar”.

Foi já há vários anos que proferi no Rio a conferência *Nação e Exército*, onde esbocei minhas primeiras considerações, do ponto de vista principalmente sociológico, sobre o assunto. Estendi, algum tempo depois, essas considerações, em estudos publicados na conhecida revista de *Direito Internacional e de Sociologia da Política*, que é *Foreign Affairs*. Nêles procurei fixar aspectos do problema, tal como êle se vem apresentando no Brasil: aspectos que não deveriam continuar a ser ignorados por aquêles internacionalistas de maior responsabilidade intelectual ou política, como os que formam grande parte dos leitores da importante revista, em várias partes do mundo. Aspectos que não deveriam con-

tinuar a ser confundidos com os de outras situações latino-americanas, das quais a brasileira, neste como em alguns outros pontos, se tem quase sempre afastado, constituindo, nesta parte da América, uma situação especialíssima.

Isto, por vários fatores de diferenciação que aqui agiram — e vêm agindo — de modo efetivo. Um dêles, a experiência monárquica e nada bolivariana — pois Bolívar foi sobretudo um caudilho de gênio — do Brasil que, graças ao gênio, de outro feitio, de José Bonifácio de Andrada e Silva, deu ao começo do nosso país — ao seu começo e ao seu desenvolvimento — condições além de sociológicas, psicológicas, de relativa segurança, de quase absoluta unidade, e de não pouca estabilidade, que faltaram às outras populações chamadas latinas da América — as de expressão espanhola e as de expressão francesa — ao se constituírem, como república, em estados-nações. De passagem direi que não vejo nem justiça nem conveniência atual para a cultura brasileira, na recente decisão do Conselho Federal de Educação de estabelecer-se nas universidades brasileiras uma cátedra para o estudo especializado das idéias da obra do aliás insigne Ruy Barbosa. A estabelecer-se, entre nós, uma cátedra desse tipo, as idéias e a obra a serem consideradas como máximas, de um ponto de vista construtivamente nacional e de cultura, creio que deveriam ser as de José Bonifácio de Andrada e Silva. Não tivesse ele pensado e agido como pensou e agiu, em fase decisiva, quer para a segurança do Brasil, quer para o desenvolvimento da colônia portuguesa, já elevada a reino, em Estado-Nação sob a forma monárquica, e não vejo como se teria evitado, para uma vasta América que se separasse de Portugal, constituída em repúblicas, e, provavelmente, logo despedaçada em várias repúblicas, um destino diferente do da América espanhola.

Será que reconhecendo-se a ligação senão absoluta, relativa, da singularidade brasileira, com a simples forma de governo adotada pelo Brasil ao tornar-se independente de Portugal, exagera-se a importância do que, sendo apenas forma de governo, seria menos que tantas outras formas de organização social, dentre as mais substancialmente envolvidas em qualquer processo de transformação social que atravessasse uma sociedade humana? Tocamos aqui em ponto delicado. Nada de exagerar-se a importância, num tal processo, da simples forma de governo através do qual êle se desenvolva ou se degrade. Seria resvalarmos no "politique d'abord" de Charles Maurras. Mas, por outro lado, nada de subestimarmos forma política que oriente tal desenvolvimento, considerando-a de tal modo insignificante que se possa dizer não importar se determinada sociedade, com determinados antecedentes, em determinada situação de ecologia, em determinada fase de seu desenvolvimento e em face de determinados problemas iniciais de segurança nacional, se constitua em Estado-Nação, sob esta ou aquela forma de governo. Agora mesmo, estamos diante de experimentos quase de laboratório de sociologia da política, oferecidos por sociedades africanas que, tendo se constituído em estados-nações, como repúblicas parlamentares, segundo os, para al-

guns dos seus líderes, mais belos modelos britânicos ou franceses — ou ex-franceses — estão repudiando êsses modelos, inadequados às suas situações; e regressando a inspirações tribais de organização política. Provavelmente o resultado dêsses regressos parciais ao lastro ecológico, telúrico, tradicional, de comportamento político dêsses povos, será uma combinação entre valores efetivos dêsse passado e técnicas modernas e, para aquêles povos, exóticas, a serem assimiladas, e não maciçamente adotadas por êles.

O Brasil, adotando, com José Bonifácio, a forma monárquica de governo para a sua organização em Estado-Nação, antecipou-se, neste particular, nessa combinação do chamado “passado útil” ou “passado utilizável”, de um grupo humano, com as necessidades de um nôvo tipo de desenvolvimento para a sua economia, a sua cultura, a sua sociedade: o tipo nacional de desenvolvimento nacional. Combinou necessidades de desenvolvimento com necessidades de segurança. Antes da fórmula Positivista combinou solicitações de ordem com solicitações de progresso.

Estabilizou-se ou vem se consolidando e se desenvolvendo ao mesmo tempo, através de combinações contrárias — arte política, engenharia social — é certo. Mas sem que tal tendência tenha significado repúdio sistemático à ação firme, por vêzes, absolutamente necessária: necessária em momentos decisivos. Semelhante firmeza caracterizou atitudes ásperas a favor da unidade brasileira em perigo, durante a Regência, de um Feijó; as de um Caxias, a favor da mesma causa e contra fôrças de desagregação dentro do então jovem Estado-Nação; as do Governo Imperial, em face de um Rosas e de um Solano Lopes: tentativas de desagregação de fora para dentro que, aliás, vinham dos dias de Bolívar.

Abro aqui um parêntesis para aludir, de passagem e por antecipação, à principal presença de militar em alto pôsto civil de governo, no nosso país: o caso de Caxias que, em pôsto civil, e de modo civil, prestou serviços tão valiosos ao seu e nosso país, sem valer-se diretamente de seu prestígio militar para agir, como agiu, como homem de governo, em harmonia com o espírito eminentemente civil e até se poderia dizer, excepcionalmente civil, do Segundo Imperador; um imperador exageradamente refratário ao seu papel de chefe, além de civil, militar, do Império. E dêsse Caxias que se deriva no Brasil todo um sistema de ética assim de liderança como de serviço, tanto civil como militar: polivalente, portanto, e acima de qualquer simplista antítese civilismo-militarismo. Assunto a que voltarei, certo como é que da história das relações das Fôrças Armadas, no nosso país, com as demais fôrças nacionais, não se deve separar o que, dêsse sistema, se desenvolveu no que um sociólogo weberiano talvez considerasse um “tipo ideal”; e que ainda agora se encarna na figura do atual Presidente da República, vindo do Exército e agora um Caxias cívico: civil e militar nas suas virtudes e eminentemente civil no seu modo de ser chefe da Nação em processo de reajustamento. Que tôda nação precisa, uma vez por outra, de reajustar-se; ou de reajustar suas relações com outros povos.

Aqui chegamos a outro ponto. Porque, tendo a Monarquia sido, no Brasil, uma forma, de modo geral — admitidas suas várias imperfeições — de conciliação, até certo ponto, útil, efetiva, de solicitações básicas na vida nacional de uma sociedade — as de segurança e as de desenvolvimento — foi substituída em 1889 por uma república, alguns ideólogos brasileiros sentindo que só então o Brasil se integrava num ritmo moderno e, segundo eles, continental, de desenvolvimento — ou de progresso — sem sacrifício de condições de ordem, tendo o Exército, por alguns dos seus líderes mais influentes, se colocado ao lado desses ideólogos do mesmo modo que outros desses líderes se haviam colocado ao lado dos adeptos da Abolição imediata, em vez de gradual?

É aspecto da formação brasileira — uma formação que ainda se processa, o passado projetando-se sobre o presente e este sobre o futuro — não de todo esclarecido, embora trabalhos recentes de pesquisa histórica de interpretação sociológica, em torno do assunto, tenham trazido novas contribuições para tal esclarecimento. Não é de esperar que o desenvolvimento de uma sociedade no tempo — no tempo histórico — se processe de modo ideal ou de modo lógico. Não se processa. Processa-se, ao contrário, de maneira por vezes não só ilógica como até contraditória, em desacôrdo com concepções puramente lineares de fases de desenvolvimento como aquelas que Comte desenvolveu na sua filosofia sociológica. Os próprios adeptos de Comte, no Brasil, paisanos e militares — homens, em geral, austeros, honestos, animados das melhores intenções sociais — contribuíram para interromper no nosso país o ritmo de ordem que talvez devesse ser considerado, de acôrdo com Comte — o mesmo Comte que seria, neste particular, seguido pelo eminente teórico da organização monárquica francesa que foi Maurras, agora um tanto seguido por De Gaulle — o mais em harmonia com os característicos de uma sociedade em transição de base predominantemente pré-industrial de economia para outra, predominantemente industrial.

Pode-se dizer do Segundo Reinado ter sido quase sistematicamente paisano, em grande parte, pela atitude do Imperador e, indiretamente, obliquamente, antimilitarista e até antimilitar, tanto quanto anticlerical, tal o seu empenho em ser, ou parecer ser aos olhos europeus, civil, secular e legalista, em contraste — contraste que por vezes se extremou em disparidade — com as tendências militaristas e caudilhescas das repúblicas vizinhas. A força militar que teve então realce, no Brasil, foi a Marinha, exageradamente aristocrática e até arianista na composição da sua oficialidade, ao que servia de corretivo o feitiço democrático — social e arcialmente democrático — do um tanto desprezado Exército: desprezado embora predecessor, com existência histórica, da própria Nação — fato já destacado pelo historiador Lyra Tavares. Mas nenhuma das duas forças militares teve, com caráter militarista, atuação na política do Império, tendo mesmo se criado, desde então, para o militar que ocupasse cargo civil ou desempenhasse responsabilidade política e uma espécie de complexo quase de culpa que o fazia requeintar-se, em

tais circunstâncias, em parecer civil e agir como civil, e até, exageradamente, como ultracivil.

Seria interessante o estudo que se fizesse, sob critério psicológico-social, do comportamento de militares em alto postos de governos, em nosso país. Se Floriano destacou-se por uma rudeza considerada, por muitos, própria do soldado em contraste com o civil, principalmente em contraste com o civil bacharel ou civil doutor, está na memória dos brasileiros o extremo oposto representado de modo que chegou a ser desprimoroso para o Exército e para a Nação, pelo Marechal Hermes da Fonseca, quando Presidente da República. Talvez se possa dizer de outros militares que, quando colocados em posições elevadas de governo, no Brasil, têm se sentido obrigados, até ao excesso, a excederem os civis não só em civilidade e em civismo como até em civilismo; a se extremarem, mesmo, numa como superdoçura, numa como supertolerância e em outras virtudes melífluas, resvalando, por vêzes, em exageros comprometedores da própria autoridade inseparável daqueles cargos. Por conseguinte, a negação, até exagerada, de qualquer tendência para o cesarismo de capote. Na Presidência da República, note-se ter outro Marechal, Eurico Gaspar Dutra, sem ser homem de gênio mas apenas de bom senso, conseguido conservar um raro equilíbrio entre a energia necessária a um chefe de executivo em regime presidencial, como o brasileiro, e a tolerância sem exagêro, característica de qualquer homem de governo em país democrático.

Tampouco é fora de propósito que se lembre àqueles americanos dos Estados Unidos mais inclinados a enxergar militarismo no Brasil, toda vez que um militar tem ocupado a Presidência da República, pelo puro fato de tratar-se de um militar, que maior tem sido o número de militares, presidentes dos Estados Unidos, do que presidente do Brasil. Qualquer levantamento estatístico o revelará. E revelará também nem sempre terem os militares, engajados em atividades políticas naquele país primado pelo espírito paisano. O quase militar Coronel Theodoro Roosevelt foi na presidência do seu país homem público animado da rudeza militar que adquiriu como "rough rider": foi como investiu contra ricações desonestas das indústrias de alimentos. O General Mac Arthur foi pré-candidato à Presidência, com grande número de adeptos, sob uma mística nada civil: francamente militarista. Talvez a justificasse o excepcional das circunstâncias. Mas isto é outra história.

Não se estranhe que, nos últimos anos, mais do que outrora, militares brasileiros venham se salientando pelo seu conhecimento de problemas nacionais e, do ponto de vista nacional, de problemas nacionais, com uma amplitude, nesse saber, que nada tem de pura perícia militar; e que os tem habilitado a ocupar com superior competência cargos difíceis na administração nacional e na própria diplomacia. Em primeiro lugar, alargou-se, aqui, como noutros países, o conceito do que seja defesa ou segurança nacional; e dentro desse conceito é que vem se processando a formação dos novos militares nas suas escolas. Em se-

gundo lugar, a Escola Superior de Guerra vem completando, para eles, essa formação, de modo a lhes vir dando uma perspectiva daqueles problemas e um exame, dêles, em conjunto com líderes civis do país em várias atividades, que é uma perspectiva nem sempre atingida por civis brasileiros — bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, engenheiros, médicos, economistas, agrônomos — em seus vários cursos de preparação profissional. São cursos, alguns dêsses, em que o futuro profissional civil não faz senão especializar-se num saber, ignorando aqueles outros saberes que concorrem para que um país se firme como nação moderna, capaz de defender-se de agressões não só militares como de outro caráter, que lhe minem na cultura os característicos nacionais, e lhe comprometam a segurança também nacional.

Essa maior articulação de saberes, de evidente interesse para a liderança de um país em desenvolvimento e para sua segurança como complexo nacional, vem caracterizando mais a formação, no Brasil dos nossos dias, de líderes militares do que a de líderes civis ou religiosos, sendo tal deficiência, na formação dos civis e dos religiosos, característica do que, na mesma formação, se apresenta de inatural com relação ao que se precisa hoje de entender por liderança em país em desenvolvimento e de segurança de nação — principalmente nação de feição democrático — em época como a que atravessamos: época de guerra senão infernalmente quente — graças a Deus — maios do que fria e até mais do que morna. Época de guerra, durante a qual é impossível a um Estado-Nação negligenciar seus problemas de segurança devendo, êstes, ser considerados sob uma perspectiva que ultrapassa a puramente militar.

Por que — voltemos a assunto já ferido — a República no Brasil em 1889? Correspondeu ela a uma específica aspiração verdadeiramente nacional? Proclamou-a o General Deodoro da Fonseca em momento sociologicamente justo? Resultou em imediato benefício político ou econômico ou amplamente social, para a comunidade brasileira?

No plano sociológico — que é aquêle em que procuro considerar o assunto — são pontos discutíveis. Sejam, porém, quais forem as respostas que se dêem a essas interrogações, a proclamação da República, tal como foi realizada no Brasil, verificou-se dentro de um processo revolucionário caracteristicamente brasileiro, pelo que significou de revolução, antes das chamadas brancas, que das denominadas rubras e, na verdade, sangrentas, com patíbulos armados nas praças e fuzilamentos de vencidos pelos vencedores, ao pé de muros mais ou menos sinistros, mais ou menos vergonhosos.

Em ensaio escrito, antes de 31 de março de 1964, para uma obra coletiva, de iniciativa de um dos órgãos mais idôneos da Universidade de Minas Gerais, sobre o que os organizadores dessa obra decidiram denominar “A Revolução brasileira”, sugeri que em vez de falar numa “Revolução brasileira”, que estaria atingindo em nossos dias sua expressão mais rasgadamente social, se considerasse, com mais objetivi-

dade e menos retórica, um processo revolucionário brasileiro, que se vem exprimindo em constantes psicossociais, características de modo de o brasileiro ser brasileiro em tudo aquilo que define o comportamento, quer normal, quer até anormal, de uma sociedade e a sua cultura, quer pré-nacional, quer já nacional.

Sob êsse critério, o que se destaca, examinando o assunto sob critério sociológico, dêsse comportamento e dessa cultura? Não hesito em sugerir que a tendência para soluções de equilíbrio dos principais problemas com que o brasileiro vem tendo que substituir valores puros por valores combinados; para modificar situações sem pretender extinguir radical ou violentamente na situação nova, todos os elementos característicos das antigas que ela vem substituir.

Considere-se — voltando a um nítido problema de sociologia da política — o caso da substituição do sistema monárquico-parlamentar de governo pelo republicano-presidencial em nosso país. Foi essa substituição resultado de uma específica revolução republicana que, para a solução radical por ela representada, aparentemente contasse com a adesão da maioria dos brasileiros? Sou dos que pensam que não. Revolução assim específica e realmente, em vez de aparentemente, radical, não houve em 1889; nem o 15 de novembro foi sua culminância.

O que explodiu a 15 de novembro foi um episódio num processo brasileiromente revolucionário que vinha já de longe. Vinha de dias remotos. Continua. Continua entre nós como continua a desenvolver-se um processo revolucionário nos Estados Unidos, outro na Argentina, outro na França, onde agora mesmo a sistemática presidencialista de governo, favorável à intervenção direta do Executivo na vida nacional, alcança novos avanços sobre a rotina parlamentarista, constituindo-se num novo tipo de organização política e social, através de uma série de substituições, algumas revolucionárias, de técnicas de governo.

Não significou, no caso brasileiro, o episódio de substituição da Monarquia pela Prefeitura, em 89, repúdio absoluto do brasileiro ao regime monárquico e sim a alguns dos seus característicos, entre os quais o abuso de centralização de poder, contra o qual vinham se acumulando, em numerosos brasileiros das diversas Províncias do Império, vítimas daquele abuso, ressentimentos seguidos por pendores descentralizadores ou, em termos políticos, federalistas. Era um abuso que poderia ter sido corrigido dentro do sistema monárquico de governo: a idéia, aliás, de Joaquim Nabuco: o Joaquim Nabuco naqueles dias mais revolucionário do que conservador, grande participante que fôra, de modo românticamente radical, da campanha abolicionista, também ela — essa campanha — antes expressão de um processo brasileiromente revolucionário, vindo de época pré-nacional do desenvolvimento social brasileiro, do que revolução específica no sentido convencionalmente patibular ou trágico de revolução.

Houve qualquer poderoso motivo para uma revolução radicalmente republicana no Brasil? Parece a mim — repito — que não. Poucos eram

no Brasil os Republicanos. Aos próprios Positivistas, mais rígidos, então revolucionários, teria bastado que, dentro da monarquia, se desenvolvesse um governo ditatorialmente forte. No governo Pedro II lhes repugnava antes o que nêle lhes parecia fraqueza de ação renovadora do que abuso de poder. O que concorria então para um clima de insatisfação — insatisfação da parte de numerosos brasileiros — com as relações entre o poder político e a Nação, era a centralização dêsse poder representada menos pela ação do Imperador, sempre nacional nas suas preocupações, de que pela própria estrutura do sistema em vigor de relações, do Rio de Janeiro, com as Províncias, que eram relações sob vários aspectos, semelhante às de metrópole de algum modo já urbano-industrializada com colônias ainda simplesmente agrárias; e como colônias agrárias dependentes de decisões de caráter não só político como econômico que vinham sendo tomadas na Côrte, e à revelia das províncias, por banqueiros — com capitalistas ligados aos novos interesses industriais ali concentrados — e por interesses agrários — como os do café, substituto já do açúcar como principal artigo brasileiro de exportação — também concentrados em área anexa à metropolitana — a fluminense-paulista — para a qual vinham sendo importados, em número considerável, italianos para a substituição do braço africano pelo dêsses europeus.

Se tal foi a situação que se desenvolveu no Brasil, com os começos de industrialização e com os triunfos mais acentuados da lavoura do café dentro da economia do país, porque a indiferença de tantos fluminenses e paulistas economicamente prósperos naqueles dias pela causa monárquica? Talvez porque lhes sorrisse a possibilidade de, com a República e a descentralização, acentuarem-se as condições favoráveis ao desenvolvimento da lavoura do café e das indústrias concentradas em redor do Rio de Janeiro. É o que parece, com efeito, indicar o que se verificou, uma vez substituído o regime monárquico pelo republicano, e iniciado, no Brasil, um período de excessivo estadualismo caracterizado pelo quase exclusivo predomínio sobre a vida nacional de dois grandes Estados: desequilíbrio que só viria a ser corrigido anos depois de proclamada a República. Parece demonstrado, por uma série de fatos expressivos, que aquela proclamação, — a da República em 89 — foi expressão não só unilateral como deficiente de um processo completamente revolucionário que continuaria a exigir dos brasileiros o ajustamento de suas relações internacionais num plano e sob critério antes econômico-social do que simplesmente político-jurídico, como fôra nos seus desígnios, embora não nas suas conseqüências, o republicano de 89, política e juridicamente orientado pelo grande Ruy Barbosa — político e jurista vindo da Monarquia; e impedido de extremar-se em regime estreitamente doutrinário desejado pelos Positivistas mais rigidamente sectários — aos positivistas, aliás muito deve o Brasil, sem que se devia deixar de reconhecer a inconveniência que teria sido para o país o seu domínio maciço sobre a República de 89 — não só pela ação

de Ruy no Governo Provisório como pela presença do Exército, na pessoa do também vindo da Monarquia Deodoro da Fonseca, quer nos acontecimentos de 15 de novembro, quer no Governo Provisório.

Precisamente a respeito dessas duas presenças no novo regime político que se estabeleceu no Brasil a 15 de novembro de 1889 é que me parece oportuno destacar-se desse novo regime, consequência de uma quase revolução brasileira branca, que se desenvolveria e se consolidaria, ainda mais brasileiroamente, recorrendo à experiência, ao saber, ao sentido cívico supra-ideológico — sectariamente ideológico — e suprapartidário de brasileiros vindos da Monarquia, uns do Exército Imperial, outros do parlamento monárquico, alguns dos quais — o caso do Barão do Rio Branco — nunca renunciariam às suas preferências pelo regime monárquico. Apenas convocados para servirem ao País sob a República, concordaram em fazê-lo — o fizeram — de um modo muito brasileiroamente conciliador, comunicando ao experimento republicano alguma coisa de experiência monárquica que eles representavam de maneira notável; e mercê da qual o Brasil se constituiu na nação latino-americana mais estimada pela Europa e mais respeitada pelos Estados Unidos. Tivessem tais brasileiros, por excessivo escrúpulo de homens ligados ao regime antigo, deixado o campo livre aos radicais empenhados em implantar no Brasil uma República de todo revolucionária e, para ser revolucionária, ditatorial, e que eram os Positivistas sectários, e o Brasil teria se tornado República bem diferente da que teve os seus começos marcados pela presença de um revolucionário-conservador do porte de Deodoro e orientados pela ação igualmente conservadora, e também revolucionária — basta que nos lembremos da separação da Igreja do Estado: causa de tantos e tão profundos distúrbios noutras nações da América Latina — dos Ruy Barbosa, dos Barões de Lucena, dos Antônio Prado, dos Rodrigues Alves.

Foi conciliado antagonismos, nessa fase difícil de transição, e situando-se num plano supra-regional e suprapartidário, de todo pan-brasileiro, que o Exército prestou à Nação Brasileira serviços de caráter superiormente político. Serviços que, prolongados até hoje, vêm desautorizando, de modo irrecusável, as desconfianças de quantos têm chegado a enxergar em sua presença em acontecimentos como de 15 de novembro, os de 45, os de 54, os de 60, o fantasma do militarismo. Esse fantasma talvez tenha se manifestado com Floriano, rápidos em estrupícios de “espírito de cabloco”; e, anos depois, em 1911, pareceu ir surgir com chamadas “salvações” em Estados do Norte — estas, sob as vistas, por algum tempo, um tanto complascentes, de um Presidente da República, militar, que foi, entretanto, ele próprio, um exemplo comovedor de tolerância a excessos de jornalistas desabusados contra o seu governo e até contra a sua honra. Mas o ciclo das chamadas “salvações” não chegou nunca a tornar-se uma inquietação para o País, sob a forma de um perigo verdadeiramente militarista. Nunca. Os amigos do General Dantas Barreto, governador de Pernambuco durante aquele breve ciclo, e muito cogitado então para a Presidência da República, no que mais se

empenharam, com esse objetivo, foi em propagarem o seu retrato revestido do fardão de membro da Academia Brasileira de Letras. Devo dizer que, ainda menino, ouvi do médico e político Ribeiro de Brito, principal organizador da campanha Dantas Barreto — político tão hábil, esse médico ilustre, que primava em parecer inábil — ser o retrato do candidato vestido com o fardão da Academia de Letras, inclusive o espadim, de lado, o mais conveniente à campanha: para as elites mais ou menos impregnadas de escrúpulos civilistas, era o retrato antes de um intelectual, do de um acadêmico, que de um militar; para a gente do povo, o retrato de um soldado redentor, messiânico, salvador, correspondente a uma constante na imaginação popular brasileira: a de associar-se o homem providencial, em momentos nacionais difíceis, a figura ou a imagem militar. Não é em vão que dos nossos santos mais populares os mais prestigiosos têm sido, por aquela imaginação, investidos de aura militar: Santo Antônio, tenente-coronel do Exército por antiga tradição; São Severino, chamado Alferes Severino, e como tal respeitado; São Jorge, militar a cavalo e objeto como militar a cavalo, de culto não só católico como afro-asiático em xangôs e candomblés; o caso também dos santos Cosme e Damião: Lembremo-nos de que foi a aura de soldado redentor que deu prestígio popular ao Capitão Prestes e ao Tenente Távora, tidos por Sãojorges capazes de vencer dragões representados pela Politicagem, pelo Negocismo, pelo Coronelismo paisano. Mas sem que daí tenham surgido, no Brasil, surtos de militarismo. Neste ponto está um dos contrastes mais expressivos entre a formação brasileira e as das demais nações da América Latina. Da grande nação que é o México se diz caricaturescamente que chegou ter, a certa altura, mais generais do que mexicanos na política, considerando-se pouco mexicano quem não fôsse, de algum modo, militar.

Não tem faltado às Forças Armadas, no Brasil, a consciência de lhes caber um papel superiormente político, acima dos partidos e das ideologias, em dias extremamente críticos para as relações intranacionais. Esse papel elas o têm desempenhado de um modo de fato honroso não só para elas —, Forças Armadas, como para a cultura brasileira, — uma cultura dentro da qual tem sido possível um processo revolucionário que, desde dias remotos, busca para as relações entre brasileiros, quer no plano social, quer no econômico, e não apenas no político, um ajustamento que certamente nunca será plenamente atingido, próprio como é das verdadeiras democracias, por natureza dinâmicas e inquietas, nunca dizerem à hora que passa ou ao momento de aparente triunfo, o "Pára, és perfeito"; da frase de Goethe. Pois nenhum triunfo dessa espécie é definitivo; nenhuma hora na vida de um indivíduo ou de um povo é perfeita. É próprio dos homens e próprio das nações estarem sempre em busca de novas soluções para as suas inquietações, que não cessam nunca. O que é preciso é que nessa busca não se sacrifiquem valores de sempre a miragens messiânicas, mas se concilie o respeito por esses valores com o gosto pelas inovações e pelos experimentos. De onde os grandes líderes de um povo serem antes os revolucionários con-

servadores que os conservadores absolutos ou os revolucionários radicais. Raramente os sectários mais estreitos.

Vindo da Monarquia, o maior ministro do Governo Provisório da República de 89, o ainda hoje tão vivo Ruy Barbosa que parece ser um nosso contemporâneo, tais as discussões em torno do seu nome, precisou, ao discutir-se a Lei de separação da Igreja do Estado, de lembrar àqueles Positivistas mais empenhados em dar coloração sectariamente ideológica ao novo regime, que antes de existir República no Brasil, existia o Brasil. E o Brasil era demasiadamente cristão, em seu moço ético e não apenas religioso de ser cristão, para três ou quatro políicos-intelectuais pretenderem fazer dêle, de repente, "República positivista". Não seria justo que êsse pequeno grupo de ideológicos, de súbito elevados ao poder — os Positivistas radicais — quisessem descristianizar e até desabrilhatar o Brasil, desfolclorizando-o, para substituir não apenas a monarquia, porém o Brasil assim arbitrariamente descaracterizado e desfolclorizado, por uma ideal, absoluta, abstrata, científica ou, talvez, científicóide, República positivista.

Neste particular foi grande o serviço que prestou ao Brasil o futuro líder do civilismo, aliado vigoroso, no Governo Provisório, dos militares que se tornaram responsáveis pela consolidação do novo regime, juntamente com os Republicanos Paulistas do feitio de Prudente e de Campos Salles e com os pernambucanos do tipo de Saldanha Marinho, muralha viva de resistência ao domínio do país pelos adeptos mais estreitos de uma seita ideológica de origem estrangeira, decidida a ir a extremos no seu esforço de conquistar o Brasil para a sua doutrina supostamente messiânica e para o seu cientificismo precariamente sociológico. Atitude — destaque-se — que não foi a de Positivistas do tipo de Benjamin Constant, de Barbosa Lima 1º e, anos depois, do feitio de Cândido Rondon.

A história não se repete. Porém, dentro da história das sociedades humanas, ou à sua margem, repetem-se alguns dos processos sociológicos de que resultam vários dos fatos históricos. Inclusive o processo de dominação — ou de tentativa de dominação — de sociedades mais ou menos inermes por pequenos grupos, atuantes e sectários, de adeptos de ideologia vindas de outras sociedades, empenhados em pôr maciçamente em prática doutrinas repelidas pelas próprias gentes no meio das quais se originaram. O caso do Positivismo comteano na sua pureza, que nunca obteve na França o prestígio que alcançou no México e no Brasil.

No Brasil porém, vem prevalecendo a tendência para a combinação de valores. É a constante que nos vem de Alexandre de Gusmão; de Cayru; de José Bonifácio; do Visconde de Rio Branco; de Caxias; de Cotegeipe; de Joaquim Nabuco; do Barão do Rio Branco; de Rodrigues Alves. Esta, a constante dentro da qual se vem comportando, em face dos acontecimentos mais dramáticos da vida nacional, as Fôrças Armadas, das quais não saiu até hoje um caudilho de capote que, apoiado

por essa Fôrça, — em cujas mãos, mais de uma vez têm estado os destinos brasileiros — procurasse firmar-se no poder político, ao ponto de sua intervenção nas crises mais agudas entre partidos em conflito ou entre interesses de facção económica em luta, ir além da reclamada pelos grandes interesses nacionais em perigo. A verdade é que do Exército o Brasil tem recebido exemplos de sentido étnico no comportamento político que são exemplos que honram a história nacional.

Pois acresce que do Exército vem se comunicando às demais forças construtivamente brasileiras a inspiração que venho classificando de caxiismo. Que vem a ser caxiismo? Em resumo: aquela consciência de dever, aquele senso de responsabilidade, aquela dedicação ao serviço publico, aquela sensibilidade a causa nacional que constituem, no Brasil, um conjunto ético de nítida origem militar; vindo de um Caxias que, entretanto, foi também homem publico; e, na vida publica, tão dedicado ao serviço do Brasil quanto na militar. Ridicularização o caxiismo não só pelos aproveitadores dos dinheiros públicos, como por todos aqueles que irresponsavelmente, levianamente, parasitariamente se tem extremado em servir-se do Brasil sob a falsa aparência de servirem ao Brasil, essa tentativa de descredito de qualidades essenciais ao exercicio de qualquer função, da mais alta à mais modesta, de interesse nacional, é significativa. Nela se vem exprimindo há anos um antibrasileirismo inseparavel do anticaxiismo; um falso civilismo; um caviloso antimilitarismo. Falso civilismo e caviloso antimilitarismo porque, na verdade, um e outro são a negação de elementar civismo. Pois civismo, em sua expressão mais pura, é caxiismo. Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares mas de virtudes cívicas, comuns a militares e a civis. Por isso se explica, a meu ver, o chamado tenentismo tenha sido uma forma juvenilmente militante de caxiismo que através de militares jovens, ardentes de civismo, transbordou, de modo nem sempre conforme a melhor disciplina militar, de dentro para fora do Exército, empolgando não poucos civis. Do mesmo modo, não poucos haviam sido os civis que, anos antes, cerca de 1910, haviam procurado, em militares, indivíduos que em postos de governo normalmente ocupados por civis, fôsem um corretivo ao que esses civis, por assim dizer caxiistas, consideravam deficiências de caxiismo cívico da parte de políticos civis. Fêz-se então em torno desses elementos militares reclamados para postos civis, por civis, uma espécie de aura messiânica, — refiro-me aos Dantas Barreto, aos Clodoaldo da Fonseca aos Francos Rabelo — à qual nem todos os assim aureolados corresponderam senão em pequena parte, mal preparados como então se achavam para o desempenho de responsabilidades de governo e de administração; e para lidar, no jôgo entre facções politicas, com civis bem mais experimentados nesse jôgo do que eles. A verdade, porém, é que atraíram a confiança e as esperanças de muitos brasileiros civicamente preocupados com o Brasil.

Pelo que não devemos, os civis brasileiros, deixar que as virtudes que constituem o caxiismo sejam virtudes apenas militares com pro-

jeções, em dias excepcionais, ou mesmo normais, sobre a política, a administração, as crises, os desajustamentos, a vida civil. Devemos fazer do caxiismo, isto sim, um conjunto de atitudes plenamente cívicas que tanto valor tenham nos meios civis quanto nos militares como virtudes ou normas de conduta plenamente, polivalentemente, cívicas. Pan-nacionais. Virtudes e serviços do Brasil de todo brasileiro. Os caxias devem ser tanto paisanos como militares. O caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele para ajustar-se a solicitações de desenvolvimento, sem prejuízo das de segurança; e não apenas o Exército nacional, para bem desempenhar suas funções.

Quando a primeira Constituição Republicana consagrou direitos de Estados de modo que logo se verificaria ter sido excessivo, não faltaram políticos que agissem em benefício exclusivo ou particular do seu Estado. Um deles, o eminente Francisco Glicério, Ministro da Agricultura do Govêrno Provisório de 89 e segundo um seu companheiro de partido, em crítica a êsse excessos, ministro que teria se extremado em atender, com concessões, a interesses particularmente estadualistas ou particularmente paulistas. Trouxe o crítico à tona no seu "acusos" aos por êle chamados "particularistas", casos, a seu ver, concretos, do que lhe parecia prejuízo nacional, causado pelos mesmos "particularistas", na votação da Constituinte. Um desses casos, o dos terrenos subtraídos à União pelos tais "particularistas".

Por que o Exército, — voltemos a êste ponto — em grande parte responsável pela substituição da Monarquia pela República no Brasil e, segundo alguns de nós, espécie de poder supra-estadual e suprapartidário que muito tem realizado pela unidade nacional, não fêz sentir de modo mais claro sua influência, durante a organização da República de 89, no sentido de serem contidos aquêles particularistas ou aquêles estadualistas? Segundo o testemunho de homens da época em que mais se acentuou no Brasil independente o desequilíbrio Norte-Sul — desequilíbrio de algum modo atenuado, e, em certos pontos, até corrigido, justiça se faça, pelo chamado "Estado Forte", de 1937 a 1945 — porque os "politicantes" tiveram então o cuidado de "mantê-los" — aos líderes militares mais conscientes da sua responsabilidade nacional — naquela "rivalidade latente mas profunda e acirrada a todo propósito, até por ocasião das manifestações póstumas a mortos ilustres", a que se refere um brasileiro idôneo da época, o Professor Coelho Rodrigues.

Se é certo, porém, que uma ou outra vez o Exército quase tem deixado de ser, sob uns tantos aspectos, em períodos particularmente perigosos para a unidade brasileira, aquêle órgão do interesse nacional contra toda espécie de interesses particulares — estaduais ou de grupo — que felizmente vem sendo, ora mais, ora menos, na história republicana do Brasil, essas deficiências têm sido excepcionais. Pois sua tradição, a sua constante, tem sido a de fazer-se presente em tais períodos de modo a conter excessos de faccionismo, de estadualismo, de antibrasi-

leirismo de caráter ideológico ou de caráter econômico. Concorde, neste ponto, com o maior dos nossos historiadores políticos e talvez se pudesse também dizer, o maior dos nossos sociólogos políticos — Joaquim Nabuco — quando escreveu em 1890: “No dia em que se fez a república, viu-se a nação pedindo o governo militar para salvar a unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo a outro do país, isto é, nacional... Estranho como isto pareça, o governo militar e nos períodos em que o Exército se torna a única força nacional e adquire a consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar...” Daí o poder nacional militar — um poder constante e não transitório, como o dos partidos ou o dos grupos econômicos regionalmente ou estaquamente condicionados nos seus objetivos — ter-me parecido, no Brasil, aquela altura — dois anos depois do 15 de novembro — o único substituto nacional possível do “prestígio monárquico” — um “prestígio” mais acima desses interesses particulares e transitórios que o dos novos governos republicanos. Governos republicanos no Brasil, como em outros países, naqueles dias, e, em alguns casos, até ainda agora, expressões imediatas de interesses de grupos estaquais ou de interesses regionais, através ou não de partidos políticos.

Prestígio — poderia Nabuco ter acrescentado — capaz de se sobrepor às próprias ondas eleitorais, quando essas, em vez de exprimirem os interesses da coletividade nacional, exprimem, não só à revelia da coletividade, o que é grave, mas contra ela, o que é gravíssimo, os interesses de um Estado ou os de uma Região, no momento mais rica do que as outras ou mais influente que elas, através de um partido político ligado a grupo econômico absorvente. Ou — pior ainda — os interesses particularmente econômicos, contrários por vezes aos interesses nacionais, de grupo infiltrado em partidos e aparentemente campeões de interesses legítimamente regionais. Pois o dinheiro — adveiu em 1913 o insigne brasileiro Couto de Magalhães, prognosticando desenvolvimentos políticos que viriam a aguçar-se nos nossos dias — “desempenha nas eleições papel importante”, podendo “o campo eleitoral” tornar-se “um verdadeiro mercado onde os homens de dinheiro comprem de mil modos o eleitor”. O que significa a corrupção de um sistema político-social. A degradação desse sistema. Sua desmoralização em benefício de minórias audaciosas ou de agentes astutos empenhados em conquistarem novas áreas para imperialismo aparentemente ideológico.

Talvez se possa dizer que sem caxiismo não há defesa ou segurança nacional inteira, mas só pela metade; nem desenvolvimento brasileiro amplo, saudável, autêntico, mas só “desenvolvimentismo”. Na França, através do *Service d'Action Psychologique et Morale*, ligado ao Exército Francês desde os fracassos da grande República na Indochina, até aos da Argélia, foi o que veio a apurar: que não há Forças Armadas plenamente efetivas quando falta não só a elas mas ao sistema político-social que as condiciona e a que elas servem, uma dinâmica além de psicológica, moral. Ética. Caxiismo, portanto.

No seu estudo sobre o assunto, foi o que Peter Paret recolheu de líderes militares franceses: a convicção da importância desse condicionamento. A convicção de ser impossível a um poder militar, por sua exclusiva excelência tecnológica, realizar a missão de defender o sistema nacional de vida a que serve: é necessário àquele poder militar a impregnação ética que lhe venha desse sistema; ou que ele consiga comunicar a esse sistema. Quando o sistema é enfraquecido em seu governo, em sua administração, em sua imprensa, em sua organização de ensino, nas relações de organizações religiosas com a da família e com a cívica, por "corrupção", decadência e traição", o poder militar se ressentido dessa fraqueza. A não ser que ele próprio consiga concorrer para purificar o sistema corrompido. Um problema, por conseguinte, psicológico-moral. Um problema de caxiismo que se faça plenamente cívico em vez de se conservar estritamente militar.

Problema com que não pode deixar de preocupar-se o brasileiro de ânimo cívico. Pode, como problema, interessar ao sociólogo sob o aspecto de patologia social. Ao brasileiro, esclarecido pelo estudo sociológico, preocupa. Toca-o na sua sensibilidade patriótica.

"Mas" — dirá talvez um malicioso — "isso de pátria não será palavra fora da moda?" Para alguns, talvez o seja. Para aquela parte da imprensa brasileira de hoje, um tanto penetrada de influências paracomunistas parece que é. O *chic*, o atual, o bonito, é dizer-se, nessa imprensa "nacionalismo".

As realidades em que ainda vivemos num mundo que não é evidentemente um só, e que muitos de nós não desejamos que não seja apenas dois, impõem aos povos briosos o dever de serem pátria, de sentirem e de pensarem como pátrias, de agirem como pátrias.

A palavra pode estar — repita-se — para alguns levianos com pretensões a avançados, um tanto fora da moda. pelo que nelas é expressão de sentimento. Mas não há, também, quem pelo mesmo motivo, em vez de dizer "mãe" — "minha mãe" — diga inexpressivamente "genitora", "minha genitora"? Também é o *chic* na imprensa brasileira de hoje. Nem por isso, a palavra "mãe" deixa de corresponder a uma das mais fortes e belas realidades humanas. Nem por isto a palavra "pai", deixa de ser mais real do que a palavra "progenitor". A palavra "pátria", tampouco, está morta para os brasileiros, só porque, como "mãe" e como "pai", não aparece, como outrora, no noticiário de jornais sofisticados. Ela vive e nenhum brasileiro autêntico se envergonha dela.

Há dois anos, estando eu em Paris a 7 de setembro. a direção da Casa do Brasil na Cidade Universitária convidou-me para falar aos estudantes e à colônia brasileira na capital da França. A direção da Casa, exercida então por brasileiro ilustre, o Professor Americo Jacobina Lacombe, fez mais do que isto: apelou para o que chamou o meu patriotismo, embora alguém lhe murmurasse que só sociólogo ou antropólogo arcaico saberia o que é patriotismo, por vivência: o atualizado, conheceria o assunto apenas por ciência e desdenhosamente.

Sugeriu o Professor Lacombe que aquela Casa era objeto, como não poderia deixar de sê-lo, das atenções de radicais interessados em desviar a mocidade brasileira do que nós, brasileiros mais identificados com o Brasil, consideramos o Brasil. Recordou que estava ausente de Paris o então Embaixador do Brasil na França. Desejava que eu, recebido, como estava sendo, com atenções especiais, pelo Governo francês, fizesse as vêzes de Sua Excelência. Concordei em falar no dia 7 de Setembro aos nossos jovens compatriotas em Paris. O então diretor da Casa do Brasil surpreendeu-se com o fato de alguém que estava, como eu, então, na França, não em vantajosa missão do Governo do Brasil, porém a convite, para fins culturais, do Governo francês, sair-se, segundo êle, dos seus cuidados e interromper seus trabalhos, para cumprir, ainda segundo êle, um dever patriótico. Pelo que acreditava não estar extinto no Brasil o patriotismo.

Proferi a conferência para uma multidão de brasileiros. A direção da Casa do Brasil — considerando o fato, um acontecimento merecedor de repercussões no Brasil — convocou representantes da imprensa brasileira: inclusive de famosa revista do Rio de Janeiro. Aí, porém, houve quem, indignado com aquêlê êxito inesperado de uma reunião patriótica de brasileiros, em Paris, agisse para que um acontecimento de sentido tão nitidamente contrário aos seus desígnios, não repercutisse no Brasil. Não repercutiu. Os que na imprensa brasileira agiam, e ainda agem, antibrasileiramente, em face de tais acontecimentos, cumpriram muito bem cumprida a sua tarefa.

Pequeno exemplo da luta desigual que se vinha e ainda se vem travando, no Brasil, em certos setores, entre patriotas e antipatriotas. Inútil, porém, o esforço dos antipatriotas. A pátria brasileira terá perdido já, para êles, algumas batalhas; mas vencerá — já está vencendo — a guerra.



A GUERRA DO PARAGUAI

Coronel de Infantaria do QEMA

JOÃO PERBOYRE DE VASCONCELOS FERREIRA

Comandante do Colégio Militar de Fortaleza

Abrindo a série de conferências sobre a Guerra do Paraguai, vou apenas fazer a introdução ao assunto, procurando retratar as grandes linhas mestras que o definem.

Não sei se esta vista panorâmica vai ajudar o entendimento dos temas subseqüentes a serem apresentados ou se interessa ao desenvolvimento dos mesmos. Temos medo que a nossa inabilidade de ver, vá criar apenas nos ouvintes uma impressão vaga de acontecimentos tão contundentes e tão relevantes para a História do Brasil.

Realmente, a Guerra do Paraguai foi o coroamento decisivo da formação de nossa nacionalidade e a afirmação cruenta que fizemos da nossa hegemonia inegável naquela época, dentro do espaço sul-americano.

Vamos abordá-la, neste esqueletamento, sob o ponto de vista histórico e militar.

Falando à mocidade queremos, neste preâmbulo, ressaltar o valor da contribuição individual no processo de crescimento das coletividades. Se não somos carlileanos ao ponto de acreditarmos que a história de um povo é a biografia dos seus grandes homens, temos de reconhecer que os heróis por sua sensibilidade, como um núcleo de ferro doce dos eletroímãs, atraem sobre si as linhas de força da história e passam a representar a luz da sua época.

A nossa posição, porém, é que a grandeza deles é a grandeza das sociedades, onde transitam, porque acreditamos, que só no social existe a plenitude dos valores de uma civilização.

Os seus méritos, portanto, advêm da capacidade de representar êsses valores, corporificá-los e num "close-up" exhibi-los para orgulho da sociedade e admiração dos pósteros.

A sociedade inspira, assim, a biografia dos indivíduos, condiciona os heroísmos, grandezas e deficiências pela imposição de determinados valores, válidos para circular.

Para nós, evolucionistas, isso decorre de uma circunstância — postulado de que o homem racional é posterior à sociedade. Parece uma abstração. Quando, porém, o homem acordou de sua condição sub-humana,

evoluindo de uma consciência fragmentária para uma consciência contínua, foi nos braços de uma sociedade que êle se embalou. Se o indivíduo fôsse o parâmetro da grandeza social, não teríamos o caso típico das avançadas sociedades das abelhas e formigas com indivíduos ontologicamente minimizados.

É com reverência, contudo, que o Comando do Colégio Militar apregoa êsses arautos dos valores do século XIX, e com veneração e carinho que cita seus nomes augustos como um exercício para nossa grandeza, porque como diz o adágio antigo, "honrar, honra".

O culto de seus efeitos constitui um exercício de memória para os povos. Como a memória condiciona a personalidade, êles condicionam o estudo da História como um roteiro vivo, balizando os grandes rumos do passado. São êles:

- 1 — CAXIAS — Dezembroada.
- 2 — OSÓRIO — Tuiuti.
- 3 — SAMPAIO — Tuiuti.
- 4 — PORTO CARREIRO — Forte Coimbra.
- 5 — ANTÔNIO JOÃO — Dourados.
- 6 — CAMISÃO — Laguna.
- 7 — ANDRADE NEVES — Avaí.
- 8 — MALLET — Tuiuti.
- 9 — ARGOLO — Tuiuti.
- 10 — GURJÃO — Tuiuti.
- 11 — PORTO ALEGRE — Curuzu.
- 12 — VILAGRAN CABRITA — Travessia do Paraná.
- 13 — MENA BARRETO — Tuiuti.
- 14 — BARROSO — Riachuelo.
- 15 — TAMANDARÉ — Marinha do Brasil.
- 16 — MARCÍLIO DIAS — Parnaíba.

Cada um dêles é uma página viva de heroísmo e de brasilidade. A cada um dêles devemos uma parcela de nossa atual segurança, de nosso bem-estar e de nossa prosperidade.

SÍNTESE HISTÓRICA

A Pátria Brasileira nasceu num dia de abril de 1500, numa réstia litorânea da Bahia.

Cumpria-se para os seus descobridores, um largo e afanoso trabalho, simbolizando tôda uma época de efervescência, onde a didática da História situa a idade moderna.

Era a época do renascimento do espírito humano. Era a época das grandes descobertas. Os dois povos peninsulares Portugal e Espanha, desde 1494 tinham já as suas ambições territoriais disciplinadas pelo Tratado de Tordesilhas que, em termos brasileiros, colocava a porção oeste da linha Belém-Laguna nas mãos da Espanha.

Esta linha teórica e formulada com tanta ingenuidade seria a referência sempre presente na formação geográfica da nossa nacionalidade, matriz de conflitos entre as duas metrópoles e suas colônias. Teve sua violação estimulada por um fato histórico — a união temporária das duas coroas e, por um fato econômico-social — a caça ao índio e a determinação aventureira de descobrir ouro.

Surgiu desta determinação a epopéia das entradas e bandeiras, para nós, o fato de maior relevância da história colonial. Os bandeirantes e entradistas não só criaram o Brasil Geográfico, como estruturaram pela luta contra os lindeiros espanhóis, no seu avanço para oeste, um sentimento de individualização da Pátria, que passou a sobrenadar os impulsos primitivos que os movimentaram: — a caça ao índio e o ouro.

Se defendíamos o Brasil a leste, contra a invasão estrangeira firmando uma posse legítima, a oeste legitimávamos a posse à ponta das estocadas dos bandeirantes, violando um tratado.

Estava criada a Pátria Brasileira, individualizada geográfica e sentimentalmente. Bastaria, mais tarde, um simples grito (permitam-me o termo) para que se inaugurasse um monumento de três séculos.

A Nação livre herdou da Colônia o clima atritante, no sul. Sucederam-se a campanha de 1828 contra a Argentina — a guerra contra Rosas e, finalmente, a guerra do Paraguai.

Não é nosso propósito desvendar a trama, a tessitura diplomática dos fatos ou levantar a consangüidade com outros fatos, próximos ou longínquos, num afanoso trabalho de pesquisa histórica.

Deixamos aos caros professores que me vão suceder na cátedra, essa tarefa. Sobre-lhes mérito para a empreitada e dizemos mais, com as amstras que manuseiam diariamente nos seus gabinetes de estudo, terão muito mais perspicácia para ver e mais argúcia para ordenar, apresentando uma história mais inteligível. Com seu entusiasmo contagiante levarão ao moço o conteúdo sentimental do estudo da História, que é amar ao seu País, constituindo um dos serviços marcantes do professor de História — fazer conhecer a História da Pátria para entrar em sintonia com suas glórias ou viscissitudes passadas, viver êsse passado com intensidade, amá-lo e projetar essa admiração nos dias correntes para bem servi-lo.

Meus senhores:

Como um estudo auxiliar dêsse esboço histórico, vou tentar retratar o sentimento de sociedade política do século XIX que, a meu ver, foi a matriz histórica que permitiu que as causas remotas, políticas, geopolíticas e sociais pudessem determinar fatos ou influir sobre eles.

Vamos enumerar essas causas para não desmerecer a sua importância, segundo o professor Joaquim Ribeiro.

Como causas mediatas ou remotas:

- Antagonismo secular entre Portugal e Espanha.
- Bandeirismo — ciclo da caça ao índio.

Como causas mediatas ou remotas:

- Bacia do Prata — como fator de conflito.
- A saída para o mar.

Como causas políticas:

- Intervenção do Brasil no caso Aguirre.
- Enfraquecimento do prestígio do Império, face ao Império Britânico (Questão Cristie).

Como causas sociais:

- O Caudilhismo.
- O Militarismo.

Como causas econômicas:

- Reação do imperialismo do Brasil, no Prata.
- Luta pelo monopólio do rio Paraguai.

Contudo, todo êsse arsenal de estímulos prováveis seriam inoperantes se o clima político do século não estivesse imbuído de um individualismo agressivo de grupo — chamado nacionalismo. Essa idéia em seu conteúdo exato não tinha nem um século. Porque só a proclamação universal (leia-se ocidente) dos direitos políticos poderia preparar o advento de um nacionalismo pleno. Sômente sentindo-se parte alíquota de um todo pode o homem desfaldar a bandeira do seu grupo como se ela fôsse a própria bandeira do seu interêsse. Nacionalismo expansionista e colonialista que justificava a qualquer um, inclusive a Lopes, alargar-se segundo seus interêsses geopolíticos, procurando na doutrina do espaço vital, ainda não proclamada, mas já vigente — a segurança do Estado, através da grandeza do espaço. Segurança no conceito moderno de medidas cuja meta é a obtenção dos objetivos nacionais permanentes. Ou para qualquer povo: ser livre e ser feliz.

Admitimos que foi êsse o grande "back ground" sôbre o qual se projetaram as causas já nomeadas porque, se muitas daquelas causas ainda continuam atuando, ficaríamos sem compreender porque elas se esbatem e se amortecem numa moderna concepção de nacionalismo e de Estado.

Hoje, o nacionalismo já faz concessões constantes a um sentido mais largo de compreensão humana e, embora não se extinga, sente-se que não é mais a fôrça atuante no século XX onde toma quase que uma posição de fôrça de inércia ou reação, provocando duelos nas consciências coletivas, empolgadas pela nova mensagem do século, que é uma visão continentalista no plano das nações e uma aceitação mais social da vida dentro do grupo.

A Pátria como que evolui para um tipo de área de administração autônoma, soldada por um destino comum a vários povos.

CONCLUINDO:

- 1 — As bandeiras violaram o Tratado de Tordesilhas e nos levaram às barrancas do Paraguai.
- 2 — O contato estremecido por várias causas políticas, sociais, geopolíticas e remotas, gerou uma possibilidade de conflito.
- 3 — O sentido excessivamente individualista do século XIX deu forma aos apelos das causas já citadas e, sob o manto do nacionalismo, quis o Paraguai criar a segurança no seu amplo sentido, através da guerra.
- 4 — O século XX jogou de novo as duas nações nos braços uma da outra, tentando um convívio mais construtivo, rumo a um continentalismo sadio, porque marchar juntas é marchar mais fortes e felizes.

SÍNTESE MILITAR

Esta palestra não pode querer ser uma aula de História Militar.

A circunstância de sermos do Exército dá forma à vontade de conversarmos as nossas glórias em redor da fogueira da amizade que nos reúne. E assim, vamos sem propósitos certos, perlustrarmos os grandes traços dos episódios militares, como quem quer criar um fundo musical para o palco, onde se deve exibir nossos heróis.

O estudo da guerra comporta, didaticamente, quatro fases:

- 1ª FASE: INVASÃO DE MATO GROSSO.
- 2ª FASE: INVASÃO DE CORRIENTES E RIO GRANDE DO SUL.
- 3ª FASE: OFENSIVA DOS ALIADOS ATÉ A TOMADA DA ASSUNÇÃO.
- 4ª FASE: CAMPANHA DAS CORDILHEIRAS.

Na 1ª FASE, Lopes, após aprisionar o Marquês de Olinda, a 3 de novembro de 1864, invade Mato Grosso com pleno êxito, opondo 8.000 homens a 1.000 homens. A ocupação vai até S. Lourenço — Coxim.

Três marcos históricos são levantados:

- COIMBRA, com PORTO CARRERO.
- DOURADOS, com ANTÔNIO JOÃO, onde o herói fundiu em bronze uma mensagem para todos os séculos. Mensagem de bravura, de renúncia, com a extrema eloquência que lhe inspirou o seu sentimento de brasileiro e de soldado, ante a invasão da Pátria: "SEI QUE MORRO.

MAS O MEU SANGUE E O DOS MEUS COMPANHEIROS SERVIRÁ DE PROTESTO SOLENE CONTRA A INVASÃO DO SOLO DA MINHA PÁTRIA”.

Dois anos haveriam de decorrer sobre esses infaustos acontecimentos, para que tentássemos a recuperação do território perdido. E seria em vão.

Em 1867, essa tentativa infrutífera haveria de determinar a Retirada de Laguna — um incidente militar sem importância — orquestrada com o sacrifício de 1.300 brasileiros, criando uma epopéia magnífica que, pela sua magnitude de grandes rasgos d'alma, passou a ser um capítulo da História Universal.

Todos já ouviram falar no Coronel CAMISÃO e no guia Lopes, tão bem retratados no livro “A RETIRADA DA LAGUNA”, de Taunay, cuja leitura vos recomendo. A primeira fase constitui uma vitória paraguaia, sem expressão militar, porque faltavam objetivos geográficos ou militares, que justificassem a invasão. Desviou 8.000 homens da frente principal do sul e apenas serviu para levantar o moral do seu povo, por seu êxito retumbante.

A passagem de Humaitá, em 19 de fevereiro de 1868, que nos deu o comando do rio, obrigou Lopes a retirada de suas tropas de Mato Grosso.

Ficou patente, por esse fato, que a ocupação de Mato Grosso não tinha consistência e que era um teatro — eco das glórias e revezes do sul.

Na segunda fase da guerra, Lopes invade Corrientes e Rio Grande do Sul, em abril de 1865.

A invasão de Corrientes selou a adesão argentina, consagrada no Tratado da Tríplice Aliança.

Não podia Lopes aprofundar-se no território inimigo, sem destruir a esquadra brasileira que dominava a principal via de comunicação — o rio Paraná. Isso determinou a Batalha de Riachuelo, a 11 de junho de 1865 — a maior batalha naval da América do Sul, onde a Marinha salvou a sorte das nossas armas.

Foi à vista do inimigo, às 8 horas de 11 de junho, que o navio Capitânea transmitiu a toda a esquadra a mensagem histórica: “Atacar o inimigo, que a glória é nossa. O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.

Barroso foi o chefe inigualável. Marcílio Dias e Greenhalgh, a bordo da “Parnaíba”, passaram à História.

Nesse mesmo dia, Estigarriba invade o Rio Grande do Sul, por São Borja. A Pátria foi vingada com a apoteose da rendição de Uruguaiana, a 18 de setembro de 1865, onde 59 oficiais e 5.131 soldados paraguaios se renderam. O Imperador compareceu em pessoa à rendição.

Dia de festa para o Imperador. Osório era o herói e dono da casa para recebê-lo.

E assim, terminou a ofensiva paraguaia.

Após o recolhimento dos efetivos paraguaios ao seu país, tínhamos que transpor o rio para lhes seguir as pegadas. Era a terceira fase. Era a ofensiva aliada.

Em 16 de abril de 1866, invadíamos o Paraguai.

Osório — diz um historiador — bateu-se como um cadete e transpusemos o rio e ocupamos o Passo da Pátria, uma ótima cabeça de ponte para o Exército Aliado que se aprestava para erigir o monumento guerreiro de Tuiuti, a 24 de maio de 1866 — a maior batalha da América do Sul.

Osório e Sampaio cobrem de glórias as armas brasileiras.

Seguem-se, a 2 de setembro, o tomada de Curuzu, com Pôrto Alegre, e o revés de Curupaiti, contra o qual o Império lançou mão de sua reserva máxima — CAXIAS. Caxias assume o comando das tropas brasileiras a 18 de novembro de 1866.

Caxias lança a sua célebre marcha de flanco, que isola Curupaiti e Humaitá; atravessa o rio e se lança na retaguarda inimiga.

A 15 de agosto de 1867, a esquadra força a passagem de Curupaiti e, a 19 de fevereiro de 1868, Humaitá. A 3 de março de 1868, Lopez abandona Humaitá e, a 21, Curupaiti.

O sul do Paraguai estava praticamente em nossas mãos.

A manobra de Piquiciri foi concretizada por vários encontros. ITO-RORÓ, a 6 de dezembro de 1868 — “Sigam-me os que forem brasileiros!” — quando as tropas, perplexas, estavam sendo rechassadas pelos paraguaios, que obstavam o nosso movimento rumo ao sul.

A 9 e 10 de dezembro, a cavalaria fez um duplo desbordamento, tipo Canes, na batalha de Avaí.

A 21 de dezembro de 1868, em Lomas Valentinas, selamos o destino dos paraguaios.

A 30, rende-se Angostura.

Foi a célebre DEZEMBREADA, que confirmou os méritos militares de Caxias.

Assunção rendeu-se a 5 de janeiro de 1869. Caxias retira-se para o Brasil e se inicia a quarta fase ou Campanha das Cordilheiras, que foi o crepúsculo, com o aspecto de guerrilhas ou combate de perseguição ao velho tirano, que não compreendia a derrota.

Resta citar apenas a manobra de Peribebuy, com a batalha de Campo Grande, a 16 de agosto de 1869.

Morre o ditador a 1º de março de 1870.

Acabou-se uma longa luta de 5 anos.

O Brasil saiu engrandecido, firmando de novo os seus limites com os países do Prata e reafirmando perante o mundo a nossa hegemonia incontestável, naquela área do sul.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI, LEVANTADAS POR ESTUDIOSOS DO ASSUNTO

A) PARA O PARAGUAI

- Queda da tirania de Lopez e início de uma era constitucional.
- Abolição da escravatura por proposta do Conde d'Eu.
- Definição de suas fronteiras com o Brasil e a Argentina.
- Derrocada econômico-financeira que persiste até nossos dias.

B) PARA O BRASIL

- Solução da questão de limites com o Paraguai.
- Solução definitiva para a liberdade de navegação do rio Paraguai.
- Maior atenção para o problema da ligação terrestre com Mato Grosso.
- Manutenção da política contra a formação do Vice-Reinado do Prata.
- Influência para a mais rápida libertação dos escravos.
- Expansão das idéias republicanas pelo contato com as outras repúblicas.
- Consolidação do Exército Nacional pelo prestígio e popularidade de seus chefes. Haja vista que uma "questão militar" foi a causa, ou melhor, uma das causas da queda da monarquia.
- Prestígio internacional de nossa diplomacia pela ação do Visconde do Rio Branco.

CONSIDERAÇÕES

Pensamos que seja útil acrescentar a este ligeiro esboço apresentado, a nossa compreensão sobre o conteúdo histórico daquela época que dinamizou as tendências geopolíticas do sul do continente. De antemão, podemos afirmar que a geopolítica por si não obriga, nem condiciona; apenas intervém nos acontecimentos dos Estados. É uma Ciência Política. Não é uma Ciência Geográfica.

Temos que atinar, de início, que o processo guerreiro se desenvolveu em uma área da civilização ocidental e no século XIX.

Em seguida, vamos examinar os valores históricos dessa civilização e aquilo que chamamos valores-processos, ou seja, valores variáveis no curso da mesma e que retratam épocas e áreas.

A civilização ocidental se assenta sôbre um valor histórico incontestado — o cristianismo, que deu forma ao seu humanismo, representado pela conquista da liberdade humana, preocupação principal do século XIX, e alargado pela aspiração da justiça social, tendência já do século XX.

Os valores básicos de uma civilização, como o cristianismo, se conservam em geral velados, e se projetam e dão forma a uma época por processos indiretos. Não vivem na periferia dos fatos. Na nossa civilização, estão representados pela luta para o abrandamento da crueldade e pelas leis e códigos de humanidade que regulavam o respeito ao prisioneiro, à velhice, à mulher, à criança, ao pobre. Foram valores de contenção, funcionando como resistências às tendências individualistas do século.

Em confronto, os valores-processos dinamizaram e possibilitaram a luta. É bom esclarecer que os valores-processos são instrumentos para conduzir a sociedade ao seu sentido histórico e representam para cada povo e cada área o máximo de evolução possível. Como que, nêles, os valores históricos se minimizam para serem realizáveis.

Como valores-processos do século XIX, visualizamos o individualismo que abriu desde séculos atrás, o caminho ao Renascimento do espírito humano, à acumulação da riqueza que gerou ilhas de prosperidade e possibilidade de trabalho. Determinou, contudo, uma exacerbação do egoísmo, criando para os grupos nacionais — um valor-processo — o nacionalismo, através do qual esse egoísmo teve força para levar à frente as grandes arrancadas do expansionismo e do colonialismo. O clímax desse valor foi o século XIX.

Com Lopez, o valor foi exacerbado por sua personalidade forte e autoritária, pelo isolamento das populações do país do resto do mundo e, por um certo irredentismo contra todos e, particularmente, contra o Império, face as recordações do Vice-Reinado do Prata, um sonho latente em todos os povos da bacia e face à certeza que a política do Império lutava meio século para afastar a possibilidade de reorganização desse Vice-Reinado.

A geografia da área possibilitava a realização do expansionismo paraguaio, oferecendo duas direções geopolíticas — Assunção-Pôrto Alegre, Assunção-Buenos Aires.

Em termos de geopolítica, para ser forte é preciso antes de tudo, espaço, tanto que a Ciência foi difundida como a Ciência do Espaço Vital.

Kjellen, considerado o pai da Geopolítica, já estabelecera que uma grande potência deve possuir:

- espaço;
- liberdade de movimento;
- coesão interna.

A coesão interna foi buscada à base de uma disciplina férrea. A liberdade de movimentos seria mantida pela dominação do rio até a foz e pela maritimidade almejada. O espaço adveria como uma consequência da procura do mar.

Embora alguns geopolíticos afirmem que a procura do mar seja uma tendência natural dos Estados, Vivens argumenta contrariamente. Acha que essa tendência foi condicionada pelos bons êxitos marítimos do século XVII e XVIII — Holanda e Inglaterra. Que antes disso os soberanos não tinham essa preocupação.

De qualquer forma, o conceito político vigente no século XIX, consagrava a política de uma saída para o mar. O indiscutível, é que o acesso à foz do rio foi sempre uma aspiração das populações do curso médio.

Vivens vai buscar exemplos da 1ª dinastia egípcia com os faraós Tinistas e explica a vinculação da Normandia à França como uma preocupação dos soberanos franceses (Felipe II Augusto) de manter a foz do Sena (século XII).

Ademais, há outros princípios de geopolítica que estabelece que quem domina a foz, domina o rio.

Lopez, portanto, à luz dos valores-processos do século XIX, tinha apoio no ponto de vista reinante, para empreender a guerra.

A expansão, a nosso ver, poderia ser tentada, seguindo duas direções geopolíticas, já citadas:

- Assunção-Pôrto Alegre;
- Assunção-Buenos Aires.

As outras direções, rumo ao mar, eram impraticáveis. Com Pôrto Alegre nas mãos, teria pôrto e o espaço das coxilhas, espalhando-se pelo Estado do Uruguai até a foz do Prata. Num 2º lance, o Uruguai, talvez. Com Buenos Aires dominaria o rio, com um pôrto e um espaço controlado pela linha de comunicações do Paraná.

Históricamente, seria reproduzir o Vice-Reinado do Prata. O sentido geo-histórico (aqui cultural) daria força ao geopolítico.

Preferiu, contudo, a direção menos expressiva, sem meditar que a conquista do Rio Grande do Sul não haveria de ferir o espaço ecumênico do Império: o triângulo São Paulo-Rio-Minas, que representava, naquele momento, o nosso núcleo geo-histórico, segundo a expressão de Vivens, ou seja, o espaço nacional donde emanava o principal ímpeto criador da cultura brasileira.

Se optasse por Buenos Aires, isolando o Império diplomaticamente, teria sua tarefa mais facilitada.

O preparo e o aguerrimento do seu povo de um lado, e a Argentina convulsionada do outro, deixa margem a pensar em vitória. Some-se a essa escolha, um erro estratégico.

A sangria dada em seu exército pela invasão de Mato Grosso não era aconselhável estrategicamente. Houve uma vitória tática, mas uma derrota estratégica. Aquêlê efetivo poderia ser decisivo na direção principal de seu ataque.

Conclusões:

1. Lopez escolheu uma direção geopolítica razoável, mas que não era a melhor.

2. A conquista da foz do Paraná daria mais estabilidade ao seu espaço vital sob o ponto de vista geográfico: mesma bacia, e administrativo: comunicações mais fáceis.

3. A ênfase dada à operação Mato Grosso infirmou sua posição como estrategista.

4. E, como conclusão geral, que os objetivos devem ser tratados e procurados segundo as coordenadas que os enquadram. O ódio restringe o campo mental da escolha e as chefias, de qualquer espécie, não podem esquecer que elas são escravas dos objetivos que perseguem, devendo silenciar qualquer particularismo que lhes iniba a escolha.

CONCLUSÕES FINAIS

Foi nosso propósito, no centenário da GUERRA DO PARAGUAI, homenagearmos nossos heróis e recordarmos juntos os frutos daquela campanha homérica que tanto significou para a integração do Brasil e para dar vida ao Conceito de Segurança Nacional quando opôs barreira, de vez, aos antagonismos do sul do continente, que nos pressionaram por três séculos.

Podemos juntar, como síntese, nossas conclusões finais:

1ª — A guerra foi o termo de três séculos de conflito, como herança que vinha passando da metrópole às suas colônias e destas às nações novas, oriundas das colônias libertas.

2ª — Levando a guerra ao país do invasor, o Brasil escreveu uma vitória memorável pelo sacrifício exigido em pessoal e material e, com Caxias fê-la segundo o alto modelo das grandes campanhas de que se orgulha a história.

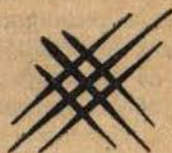
3ª — Fatores geopolíticos inspiraram a Lopez o desencadeamento da guerra e a cartada jogada poderia ter dado ao Paraguai o pôrto, em espaço, de uma grande nação.

4ª — O nacionalismo, como valor-processo da época, criou clima expansionista, justificando o egoísmo dos grupos nacionais de se lançarem em luta para alargamento e grandeza de suas Pátrias.

5ª — O século XIX foi o século do individualismo e, "ipso facto", do nacionalismo, criando o expansionismo, o colonialismo e o detalhe da Guerra do Paraguai.

6ª — Este nacionalismo está evoluindo para um continentalismo de blocos ideológicos, dentro do qual as pátrias caminham para a feição de áreas com autonomia administrativa, sem ocorrer aquêle antigo processo absorvente por parte dos centros dos sistemas — as antigas metrópoles — substituídas hoje pelas nações líderes e cuja ação agora se resume num poder de gravitação política e econômica, regulada por acórdos e tratados.

7ª — Todos êsses pecados estão sendo purgados por uma nova direção dos valores-processos da civilização ocidental, vivendo-se intensamente a experiência de assembléias internacionais, abrangendo regiões ou o mundo. Sem ferir a auto-determinação, isso implica num reconhecimento por parte das nações, de uma necessidade de harmonizar os seus interesses por um denominador comum que, embora difícil de formular, vem sendo tentado com persistência.



VOÇÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOÇÊ.

AS FORÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

(BUNDESWEHR)

Cel Art OSNY VASCONCELLOS
Oficial de Estado-Maior

4 — INSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE GRADUADOS

INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO

Os alemães fazem questão de considerar paralelamente à instrução (AUBILDUNG) a expressão educação (ERZIEHUNG), embora em nosso conceito estas expressões muitas vezes se confundam. Consideram "educação" do soldado o seu fortalecimento moral, a criação de sua personalidade militar, tornando-o um executor consciente da sua missão. É visível a preocupação dos dirigentes da BUNDESWEHR em ver atualmente no soldado um "cidadão em uniforme" e não um cumpridor autômato de ordens. Aham que a expressão "obediência incondicional", além de lembrar passados regimes (monarquia, nacional-socialismo), não se coaduna com a atual forma de governo e nem com a atual mentalidade. Daí a existência da original "Escola de Direção Interna", cuja finalidade é reforçar psicologicamente a BUNDESWEHR, ensinando e pesquisando fatores de fortalecimento moral e problemas de chefia e relações humanas. Esta Escola, que será assunto de capítulo especial em nosso trabalho, baixa diretrizes que orientam a instrução da tropa neste setor. Os problemas por nós denominados educação moral e cívica e parte de nossa instrução geral são tratados em conjunto como "educação".

Mas, para prosseguirmos em nossa exposição dos problemas de instrução no atual exército alemão, utilizaremos unicamente a expressão "instrução".

A instrução é a única e grande preocupação de todos os escalões hierárquicos da BUNDERSWEHR. Todas as atividades normais da tropa visam à instrução.

Esta série de artigos é consequência do estágio realizado no Exército alemão pelo autor e pelo Cel Henrique Beckmann Filho em 1962 e 1963. Vários dados transcritos nos artigos constam do relatório que estes oficiais apresentaram ao EME quando de seu regresso em dezembro de 1963.

Nenhuma praça é distraída para outros trabalhos como faxina, obras etc. O tempo de serviço militar é de 18 meses. Pretendia-se conseguir do Parlamento o aumento para 2 anos, pois considerava-se insuficiente o tempo disponível para uma perfeita preparação.

A INSTRUÇÃO BÁSICA DO HOMEM

O recruta destina-se inicialmente a uma Companhia de Instrução, onde recebe a instrução básica militar, durante 3 meses. Estas companhias, em número variável, pertencem às brigadas. São comandados por capitães selecionados e possuem seu quadro de instrutores e monitores completo. A constante e exaustiva atividade obriga a um revezamento periódico destes quadros. Funcionam ininterruptamente recebendo nova turma de recrutas de 3 em 3 meses, não havendo tempo para férias, descanso etc.

As companhias de instrução servem tôdas as unidades da brigada, independente de arma ou serviço. Sòmente ministram a instrução básica. Após estes 3 meses, o homem é então transferido para uma das unidades orgânicas onde recebe a instrução de qualificação e na qual permanece até o término do tempo de serviço inicial. Integra-se assim o homem desde logo em sua unidade. Este sistema tem a vantagem de permitir que a unidade esteja sempre apta para entrar em operações, pois não possui recrutas. Além disso a desincorporação é parcelada. Em cada 3 meses são licenciados 30 homens e em seu lugar ingressam outros 30 provenientes das companhias de instrução. Estes, além de já serem praças com a instrução básica (3 meses), são enquadrados por veteranos de maneira a não comprometer a eficiência da unidade que se mantém pronta a ser empregada.

Desta forma a instrução dentro da unidade visa quase exclusivamente ao conjunto, dedicando-se tempo mínimo à instrução individual. É evidente que a instrução especializada, buscando o preenchimento das funções técnicas, continua funcionando em todos os períodos de instrução.

É interessante frisar que a ordem unida sòmente é ministrada no período básico. Depois esta instrução só é ministrada aproveitando-se os deslocamentos normais dentro do quartel, como rancho, ou marcha para locais de instrução. Durante estes deslocamentos, os homens cantam canções militares. Estas canções são tradicionais no exército alemão e o soldado já as conhece desde a escola pública, pois o hábito de cantar é comum ao alemão e dá boa impressão a maneira caprichosa com que as entoam. É oportuno lembrar que a cadência alemã é mais lenta que a nossa, pois marcham a noventa passos por minuto. A formatura também é mais emassada que a nossa, ficando os homens a apenas meio braço de seu companheiro da frente e do lado. Este dispositivo facilita a cadência.

FORMAÇÃO DOS GRADUADOS

Antes de entrarmos em considerações sobre a formação de graduados no exército alemão, devemos enumerar os postos hierárquicos das praças que diferem bastante dos nossos. São eles, a partir do recruta incorporado:

GRENADIER — literalmente granadeiro — “recruta”.

GEFREITE — que podemos caracterizar como “praça pronta” e é concedida a praças com 18 meses de caserna.

OBER GEFREITE — posto atingido após 6 meses como GEFREITE.

HAUPTGEFREITE — soldado com mínimo de um ano como GEFREITE e que já possua uma qualificação ou especialização.

UNTEROFFIZIER — cabo — literalmente suboficial.

STABSUNTEROFFIZIER — cabo do Estado-Maior, literalmente suboficial de Estado-Maior.

FELDWEBEL — sargento. Como o de menor graduação corresponde ao nosso 3º sargento.

OBERFELDWEBEL — literalmente sargento — superior, equiparando-se por analogia ao nosso 2º sargento.

HAUPTFELDWEBEL — literalmente sargento-principal, ou seja, nosso 1º sargento.

STABSFELDWEBEL — literalmente sargento de Estado-Maior.

OBERSTABSFELDWEBEL — literalmente sargento superior de Estado-Maior.

Existem ainda equiparados aos cabos (UNTEROFFIZIER) e Sargentos (FELDWEBEL) respectivamente:

FAHNENJUNKER — que é o candidato a oficial quando realiza o seu segundo estágio na tropa (o primeiro é como recruta na companhia de instrução).

FÄHNRICH — é o candidato a oficial em seu terceiro estágio na tropa.

Verifica-se assim que, durante a formação do oficial, o candidato por várias vezes retorna à tropa, onde convive hierarquicamente com cabos e sargentos.

FORMAÇÃO DOS CABOS

Ela é iniciada no corpo de tropa, prossegue na Escola da arma e termina numa das Escolas de cabos do Exército (HEERES — UNTER OFFIZIER — SCHULE — Escola de cabos do Exército).

O candidato que frequenta apenas o curso da tropa, por ocasião de seu licenciamento, ingressa neste posto na reserva.

A Escola de cabos recruta parte de seus homens nas unidades, entre os voluntários que revelam aptidões e que se comprometam a engajar por um período mínimo de 4 anos.

Mas a principal fonte de recrutamento da Escola são os voluntários civis que ingressam diretamente na Escola. Devem possuir os seguintes requisitos:

- ter na vida civil completado a Escola pública. (Esta é denominada na Alemanha de VOLKS-SCHULE — escola do povo — e seu curso é de 6 anos, sendo obrigatório para todos).

- idade mínima de 17 anos e máxima de 23 anos.

- solteiro, sem antecedentes policiais e sem dívidas.

Os candidatos são selecionados mediante um exame e se, depois de iniciarem o curso, desistirem da carreira, somente serão licenciados depois de dois anos de serviço e a critério do comandante que julgará das razões dos desistentes.

A Escola tem como finalidade: “A instrução e educação de um selecionado contingente para a função de cabo do Exército, recrutados em particular entre voluntários civis que ainda não serviram, bem como dos jovens soldados da tropa com os quais se pretende formar um eficiente corpo de cabos do exército”. (tradução)

Como objetivo da instrução se pretende: “obter um eficiente cabo, que, através de sua conduta, conhecimentos e capacidade, seja um exemplo para os soldados, bem como um importante auxiliar de seus oficiais. Além disto, deve estar sempre em condições físicas e mentais de ser empenhado, mesmo sob as mais pesadas condições” (tradução).

A Escola de cabos n. 1, localizada em SONTROFEN-BAVIERA (HUS-1), iniciou seu funcionamento em 1 de outubro de 1964 com 144 candidatos civis e 100 oriundos da tropa. Atualmente já existem mais duas escolas do mesmo tipo.

Os originários da vida civil frequentam a chamada formação “A” e os da tropa a formação “B”.

Conforme a tradição alemã, parte da formação é feita na tropa e na Escola da arma a que pertence o candidato.

De um modo geral, a formação do cabo profissional obedece ao seguinte quadro:

FORMAÇÃO DOS CABOS PROFISSIONAIS DO EXÉRCITO

(Engajamento mínimo de 4 anos)

MESES	Recrutados voluntários civis (Formação "A")	Recrutados na Tropa (Formação "B")	Graduação
1 2 3 4 5 6	CURSO "A" na Escola de cabos do Exército (Inclui IBM e IBQ)	Formação básica e qualificação do soldado da tropa.	Soldado (GEFREITE)
7 8 9 10 11 12	Curso de preparação do candidato a cabo na tropa.	Curso de preparação do candidato a cabo na tropa.	
13 14 15	Curso de cabo na Escola da arma.	Curso de cabo na Escola da arma.	
16 17 18	Curso de instrutor (monitor) na Escola da arma.	Curso de instrutor (monitor) na Escola da arma.	
19 20 21 22	CURSO "B" na Escola de cabos.	CURSO "B" na Escola de cabos.	
23	Como Comandante GC, Peça, tec. na Tropa.		CABO (UNTEROFFIZIER)

FORMAÇÃO DOS SARGENTOS

O quadro de acesso ao posto de sargento (FELDWEBEL) é constituído pelos candidatos recrutados entre os cabos de mais alta graduação (STABSUNTEROFFIZIER — Cabo de Estado-Maior).

Para a promoção a sargento, o cabo deve ter cursado com êxito um dos cursos de sargento da Escola da arma a que pertence.

A conclusão com êxito deste curso é condição indispensável a promoção a sargento e sua conseqüente continuação como profissional.

Em caso de insucesso no exame de admissão ou durante o curso o candidato tem direito a mais uma e definitiva tentativa.

Os cursos de sargento da Escola da arma têm a duração de 12 semanas cada e a seguinte finalidade:

— Curso de sargento I, de comandante de pelotão. O objetivo d'êste curso é a formação de comandante de pelotão (seção) de sua arma, instrutor e condutor de homens em combate.

— Curso de sargentos II, que é o curso geral de sargento. Objetiva a dar os conhecimentos militares que não sejam especificadamente de comandante e instrutor.

Para o primeiro curso, candidatam-se os cabos pertencentes às armas de combate e, para o segundo curso, os demais, pertencentes a qualificações ou armas de comando ou técnicas.

São condições essenciais para os candidatos:

Para o curso I de comandante de pelotão, ter prática de pelo menos meio ano em função de chefia de homens e monitor de instrução. Para os dois cursos é necessário possuir carteira de motorista e saber nadar. É também condição favorável a prática de monitor de educação física e o diploma do curso da Sociedade Alemã de Salvamento (Curso civil que ensina os rudimentos de socorro imediato a afogados, queimados, acidentados, etc., etc.).

Para o exame de seleção o cabo candidato prepara-se por tempo aproximado de um ano sem prejuízo de suas atividades normais no quartel. Além dos assuntos militares o candidato presta exame de:

- Língua alemã — gramática e ditado.
- Escrituração.
- Matemática — frações, regra de três e cálculo de medidas (superfícies, volumes etc.).
- Geografia — Os Continentes, Alemanha, Europa.
- História — Alemanha, principalmente evolução democrática desde 1848.

Os currículos são os seguintes:

CURSO DE SARGENTOS I — Curso de comandante de pelotão.

- Instrutor (monitor) da instrução básica, de qualificação e geral; de métodos e processos de instrução.
- Diretor da instrução de um pelotão, com incumbência de planejar, preparar e ministrar as sessões de instrução.
- Comandante de pelotão (seção) de sua arma em tôdas as modalidades de combate. Nesta fase é dado realce ao problema das ordens que devem ser curtas e claras.
- Instrutor de educação física e esporte, sendo recomendada principalmente a capacidade física do candidato.
- Conhecimento detalhado do escalão Batalhão de sua arma compreendendo organização, armamento e missões d'êste escalão.

— Conhecimento das bases da cooperação do escalão Batalhão de sua arma, com as outras.

— Conhecimento do emprêgo e possibilidade do armamento e equipamento de sua arma bem como das principais Armas de apoio. Solicitar o estudo dos empregos eventuais das armas de sua unidade.

— Conhecimento da organização e missão da companhia de serviços do batalhão (ou escalão correspondente).

— Conhecimentos elementares de manutenção auto. O comandante de pelotão deve estar em condições de supervisionar o serviço técnico de manutenção.

— Conhecimentos das bases e disposições da "Direção Interna" (psicologia e relações humanas) e sua aplicação prática. Esforço no problema de liderança e condução de homens.

CURSO DE SARGENTO II — Curso geral de sargentos.

— Conhecimento do currículo da instrução básica geral e capacidade de apreensão de maneira a se tornar um eficiente instrutor dentro de certos limites.

— Comando de pelotão em condições de fazer a defesa de posição como infante.

— Conhecimento dos efeitos e emprêgo das armas de seu batalhão (grupo).

— Conhecimento detalhado da organização, armamento e missões do seu batalhão.

— Conhecimento da organização e missões da companhia de serviço do seu batalhão.

— Conhecimento das bases e disposições de "Direção Interna" (psicologia e relações humanas) e sua aplicação prática. Esforço no problema de liderança e condução de homens.

— Fomento da capacidade física através do esporte.

— Conhecimento de noções elementares de manutenção auto.

Cada curso tem a duração de 540 horas. "No curso I, são destinadas 60 horas para "Direção Interna". 24 horas para métodos de instrução. 120 horas para "comando de pelotão em combate". 12 horas para logística (companhia de serviços). 24 horas para esportes etc.

No Curso II, são destinadas 84 horas para conhecimentos militares gerais. 120 horas para defesa e segurança do pelotão. 48 horas para armamento. 60 horas para "Direção Interna".

Ao final do curso, os alunos são submetidos a exame oral e escrito.

As notas finais são expressas em graus e conceitos da maneira abaixo:

- 9 — excepcional
- 8 — muito bom
- 7 — bom
- 6 — quase bom
- 5 — suficiente

- 4 — regular
- 3 — precário
- 2 — quase insuficiente
- 1 — insuficiente.

Nota global abaixo de 5 reprova o candidato, que tem direito entretanto a requerer verificação de notas.

INCORPORAÇÃO

O serviço militar nas Fôrças Armadas é obrigatório para todo o jovem na idade de 19 anos, com exceção dos residentes na cidade-estado de BERLIM Ocidental, a qual pelos motivos políticos conhecidos é desmilitarizada para os alemães.

Esta cidade possui apenas uma Policia Alemã e sua segurança militar está a cargo das Fôrças Aliadas Ocidentais (Americanos, Ingêleses e Franceses).

O alistamento é feito de uma maneira semelhante a nossa, alistando-se os jovens nas Prefeituras e Subprefeituras locais. Um ano antes da incorporação a classe a incorporar é examinada por uma Junta volante da qual faz parte, além de um médico, um oficial de guarrição próxima.

Esta junta selecciona a classe e a classifica, segundo o quadro abaixo, que mostra, inclusive, as percentagens de aptos e incapazes nos jovens nascidos nos anos de 1939, 1941 e 1943:

Grau de Aptidão	1939	1941	1943
I — Apto, sem restrições	1,2%	1%	0,8%
II — Apto, quase sem restrição	42%	41,6%	42,5%
III — Apto, com pequenas restrições	35,3%	35,8%	35,5%
Apto para o serviço (Grupos I — II — III)	78,5%	78,4%	78,8%
IV — Apto, apenas para certas funções	13,7%	13,9%	14,1%
V — Incapaz, temporário	5,4%	4,9%	4,6%
VI — Incapaz, definitivo	2,4%	2,8%	2,5%
Incapazes para o serviço (Grupos IV — V — VI)	21,5%	21,6%	21,2%

Obs.: Nota-se que 1/5 do contingente anual é incapaz para o serviço militar. Esta proporção já existia na época do nazismo.

— O sistema usado para a incorporação é o de sorteio e voluntariado.

— O sorteio é feito dentro de cada qualificação militar para atender às necessidades das Unidades e para determinar a época de incorporação.

— A incorporação é feita parceladamente de 3 em 3 meses. Os conscritos são incorporados às Companhias de Instrução (orgânicas das Divisões, em tempo de paz) onde recebem a "Instrução Básica Militar".

Após este período de instrução, o soldado é transferido para sua Unidade sorteada ou escolhida voluntariamente.

— O voluntariado é estimulado mediante pagamento de vencimentos quatro vezes superior ao do sorteado.

CAMPOS DE INSTRUÇÃO

Quando tratamos dos aquartelamentos (3º Capítulo — Exército) já abordamos os meios de Instrução nos quartéis. Vamos abordar agora os Campos de instrução.

Possuem as Fôrças Armadas 4 grandes campos de instrução, em MUNSTERLAGER, BERGEN HOHNE, HOHEMFELZ e GRAFENFELZ, os dois primeiros na planície Norte e os dois últimos na Baviera.

A utilização dos campos é regulada pela direção militar do campo, destinando-se os dias úteis da semana para o tiro real desde armas automáticas até canhões de médio calibre. Os sábados e domingos são utilizados para os exercícios táticos, terminando estes sempre no interior do campo com tiros de festim.

Os principais campos de instrução do antigo exército estavam localizados, em sua maioria na zona hoje de domínio comunista. Esta circunstância faz com que as Fôrças Armadas da parte Ocidental tenham grandes dificuldades para a realização de exercícios de escalão Div e CE, fato este agravado pela densidade populacional.

Os campos atuais são equipados de abrigos de concreto, linhas de tiro para todas as armas, inclusive canhões de carros de combate.

Possuem um efficientíssimo sistema de figuração inimiga constituído de silhuetas de tanques que se deslocam sobre trilhos acionados dos abrigos por fios. Silhuetas de atiradores aparecem e desaparecem no terreno, também acionados dos inúmeros abrigos espalhados pelo campo.

A direção dos campos é militar, mas o pessoal é constituído de civis contratados.

Na periferia dos campos existem áreas de bivaque que as unidades ocupam durante os exercícios. Cada campo possui também um terminal ferroviário com plataforma especial para embarque e desembarque de tanques e viaturas.

Os campos são utilizados diariamente noite e dia, pois o tempo disponível é pequeno para atender às inúmeras unidades. Assim cada unidade explora ao máximo o tempo que dispõe no campo.

**BIBLIOTECA DO EXÉRCITO****PROGRAMAÇÃO PARA 1966**

JANEIRO : *ESPIONAGEM E OS MEIOS JURÍDICOS DE SEGURANÇA NACIONAL*, por Rui Pessoa.

FEVEREIRO-MARÇO : *PANZER LÍDER*, de Heinz Gu-
derian, Trad pelo Maj Kleber Frederico de Oliveira.

ABRIL : *CORUMBÁ — ALBUQUERQUE E LADÁRIO*,
pelo Gen Raul Silveira de Mello.

MAIO : *OS PATRONOS DAS FÓRÇAS ARMADAS*, Di-
versos.

JUNHO : *O MARECHAL JOSÉ DE ABREU — BARÃO
DO SÊRRO LARGO E RIO GRANDE DO SUL —
EXPLICAÇÃO DA HISTÓRIA PELA GEOGRAFIA*,
pelo Gen F. Paula Cidade.

JULHO : *ESTRATÉGIA*, por Liddell Hart.

AGOSTO : *A DOCTRINA MILITAR*, J. C. Fuller.

SETEMBRO-OUTUBRO : *A GUERRA REVOLUCIO-
NÁRIA*, E. M. E.

NOVEMBRO : *ASPECTOS HISTÓRICOS DA PARTI-
CIPAÇÃO DO BRASIL NA 2.^a GUERRA MUNDIAL*,
pelo Maj Raul Matos A. Simões.

DEZEMBRO : *O EXÉRCITO NO RIO DE JANEIRO —
CICLO DE CONFERÊNCIAS*, Diversos.

Nota — A programação acima poderá sofrer alte-
rações.

Associe-se à Biblioteca do Exército

Mensalidade : Cr\$ 600

Anuidade : Cr\$ 6.800

Sempre bons livros

JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA

PATRONO DA ARMA DE ENGENHARIA

Major DARINO CASTRO REBELO
Oficial de Estado-Maior

1. PRIMEIROS ANOS

O Major Francisco de Paula Avelar Cabrita segue para o Sul com a Divisão de Voluntários Reais, sob o comando do Tenente-Coronel Carlos



Frederico Lecór, para intervir na Banda Oriental do Rio da Prata, em nome da Côrte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro desde 1808, após ser expulsa de Portugal pelas fôrças de Napoleão.

A 20 de janeiro de 1817, Lecór ocupa Montevideú. A Banda Oriental é então anexada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com a denominação de Província Cisplatina. Frederico Lecór, depois Visconde de Laguna, é nomeado seu governador. Conta-se que, desde o início, imprimiu na administração um cunho humanitário e conciliatório, procurando a integração entre as tropas de ocupação e a população

civil, chegando ao ponto de estimular o casamento de seus oficiais com môças da sociedade local. Terminou por dar o exemplo casando-se com uma senhorita de 18 anos, D. Rosa Maria Josefa Bassavilhase. O autor Pivet Devoto, em "El Congresso Cisplatino", diz que Lecór "conquistó a la sociedad de Montevideú con fiestas y saraos; casó a sus oficiales con hijas del país, haciendo el lo propio". Foi assim, nesse ambiente favorável e de congraçamento com os orientais, que o Major Avelar Cabrita conheceu D. Apolônia de Vilagran, com a qual casaria logo depois e de cuja união nasceu em Montevideú, a 30 de dezembro de 1820, João Carlos de Vilagran Cabrita. Até os futuros Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro, o então Major Luiz Alves de Lima e Silva, que servia sob as ordens de Lecór em Montevideú, enamorou-se de D. Ângela, filha

de M. Miguel e a Marquesa de Montes Claros, em cuja casa "os brasileiros eram acolhidos com especial carinho", como nos revela Gustavo Barroso em "Segredos e Revelações da História do Brasil".

Os acontecimentos históricos sucedem-se com a maior intensidade e importância. Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I proclama a Independência do Brasil, rompendo os laços políticos que nos unia a Portugal. Assumimos, daí por diante, a responsabilidade da herança deixada pela política portuguesa no Prata.

A 19 de abril de 1825, um grupo de 33 homens, "los treinta y tres orientales" como são conhecidos, embora fossem 18 orientais, 11 argentinos, 1 africano, 1 francês, 1 paraguaio e 1 brasileiro, sob o comando do Coronel Juan Antonio Lavalleja, procedentes de Buenos Aires, desembarca na Praia de Agraciada. O objetivo do grupo é invadir a Província Cisplatina para proclamar-lhe a independência. Esta virá após a Campanha de Ituzaingó ou Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, pela Convenção de Paz de 1828. Desta maneira, o torrão de nascimento de Vilagran Cabrita mudava de Bandeira.

Mercedes, pequena localidade situada na margem esquerda do rio Negro, afluente do rio Uruguai, permitia fácil ligação com a esquadilha que dominava o rio e facilitava a utilização do Rincão das Galinhas, para refazer a cavallhada. Foi aí que a 22 de agosto de 1825, já agora Tenente-Coronel, Francisco de Paula Avelar Cabrita, comandante da força, sofreu um ataque violento desfechado por Frutuoso Rivera, resistindo com denodo, terminando por repelir o inimigo, após algumas horas de fogo cerrado. Este era o homem temperado nas lutas sangrentas, repasadas de cenas de heroísmo e valentia, que transmitiu o brio militar de forma atávica ao filho, que haveria de consagrar-lhe o nome nas bonitas páginas da nossa história.

2. DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA MILITAR

Para seguir a carreira profissional do pai, Vilagran Cabrita assentou praça como soldado voluntário, jurando Bandeira a 13 de janeiro de 1840, ano em que os liberais conseguem fazer passar no Congresso, no período regencial, a declaração da maioridade do jovem D. Pedro de Alcântara, aos quinze anos de idade. É reconhecido Cadete de 1ª Classe a 5 de fevereiro do mesmo ano, beneficiando-se da prerrogativa de ser filho de oficial. É promovido a Alferes-Aluno a 2 de dezembro de 1842, ficando adido à 1ª Companhia do 1º Batalhão de Artilharia a Pé de 1ª Linha, com sede no Rio de Janeiro. Sua promoção a 2º Tenente vem a 11 de setembro de 1843, sendo classificado na 1ª Companhia do mesmo Batalhão. A 23 de julho de 1844 é promovido a 1º Tenente, quando é transferido para o 2º Batalhão de Artilharia a Pé. Com seu Batalhão embarca para Pernambuco, em 22 de outubro de 1845. Regressa à Corte a 19 de fevereiro de 1846 para concluir estudos. Recebe o grau de Bacharel em

Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar do Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1847, por haver concluído todos os Cursos da Escola Militar, conforme Decreto de 1845. Regressa a Pernambuco em maio do mesmo ano, por haver finalizado seus estudos na Côrte. Por Decreto de 7 de setembro de 1847 é transferido para a 1ª Cia do Corpo de Artífices, integrante do Corpo de Artilharia da Côrte. Por Decreto de 27 de agosto de 1849 é transferido para a 3ª Cia do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, na Côrte.

Com a morte do Dr. Gaspar Rodrigues de Francia, em 1840 assumiu o governo do Paraguai uma Junta Governativa. Carlos Lopes fez parte da Junta em 1841. Em 1844 torna-se Presidente daquela Nação amiga. Ao assumir o poder como único dirigente, cuidou Carlos Lopes de tornar mais fortes e equipadas suas Forças Armadas. Com este objetivo conseguiu após o pacto de aliança firmado entre o Brasil e o Paraguai contra Rosas, a 25 de dezembro de 1850, por vias diplomáticas, que uma comissão de oficiais brasileiros do Exército e Marinha, bem como engenheiros e técnicos da Europa, dirigisse os trabalhos de fortificação e o estabelecimento de indústrias ligadas ao preparo bélico do país. Dois foram os oficiais do Exército que seguiram para o Paraguai como instrutores militares: o primeiro era o então Cap de Artilharia, Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, que se haveria de cobrir de glórias em dezembro de 1864, com a heróica resistência oferecida ao ataque desferido pelos paraguaios pertencentes à coluna comandada por Barrios, ao Forte de Coimbra; e o segundo era o 1º Ten de Artilharia, João Carlos de Vilagran Cabrita, entusiasmado por haver sido escolhido pela missão que se afigurava de grande valor para a melhor compreensão e amizade entre os dois povos. Com a morte de Carlos Lopes assume o governo, em outubro de 1862, seu filho, D. Francisco Solano Lopes, com 35 anos de idade, que iria levar o país à guerra, cêrca de dois anos mais tarde, pela ambição desmedida e evidentes instintos ditatoriais.

Ao regressar do Paraguai, por Decreto de 30 de abril de 1852, teve Vilagran Cabrita sua promoção a Capitão, ocasião em que é classificado na 5ª Cia do 4º Batalhão de Artilharia a Pé. Pelo Aviso de 10 de maio de 1853 passou a prestar serviços no Arsenal de Guerra da Côrte.

Pelo Decreto n. 1.536, de 23 de janeiro de 1855, é criado o Batalhão de Engenheiros, primeira unidade da Arma de Engenharia do nosso Exército, o qual, pelo Decreto n. 10.015, de 18 de agosto de 1888 é denominado de 1º Batalhão de Engenharia; depois, pelo Aviso n. 99, de 18 de fevereiro de 1935, é chamado de 1º Batalhão de Transmissões. Hoje está com a denominação anterior de 1º Batalhão de Engenharia, em seu aquartelamento próprio em Santa Cruz, no Estado da Guanabara.

O efetivo do Batalhão de Engenheiros foi obtido mediante o recebimento de oficiais de todas as Armas, devidamente selecionados, particularmente da Arma de Artilharia e do Corpo de Engenheiros. Seu primeiro Cmt foi o major de Artilharia Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, já referido acima.

Naquele mesmo ano de 1855 é criada a Escola de Aplicação do Exército para absorver os 5º e 6º Anos da Escola Militar, que ficou assim com seus cursos reduzidos. Sua sede foi localizada na mesma do Batalhão de Engenheiros, na Fortaleza de São João, sendo instalada em abril de 1855. No ano seguinte o Batalhão de Engenharia foi transferido para aquartelamento da Praia Vermelha, espécie de Vila Militar daquela época, quando servia no Batalhão o então 1º Ten Manoel Deodoro da Fonseca, o insigne alagoano, futuro Marechal do Exército e proclamador da República.

Em Decreto de março de 1855, Vilagran Cabrita é nomeado instrutor de 1ª Classe da Escola de Aplicação do Exército. Pelo Aviso de 23 de outubro de 1855 passou a exercer as funções de Fiscal do Batalhão de Engenheiros, continuando no exercício de instrutor de 1ª Classe da Escola de Aplicação do Exército. Por várias vezes iria exercer o Comando do Batalhão, embora que interinamente.

De acôrdo com o Decreto de 16 de abril de 1861, publicado na Ordem do Dia n. 324, de 16 de agosto de 1862, Vilagran Cabrita é agraciado pelo Imperador com a honrosa condecoração de Cavaleiro das Ordens de Cristo e de São Bento de Aviz. É promovido a major, por merecimento, em Decreto de 2 de dezembro de 1862, ano em que assumiu o governo do Paraguai, Francisco Solano Lopes, como já fizemos referência acima.

3. ACONTECIMENTOS DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Em dezembro de 1864, segue para o Sul o primeiro contingente do Batalhão de Engenheiros com destino a Frei Bento, determinado pelos acontecimentos no Uruguai, de agosto daquele ano, quando o Presidente Aguirre, na esperança do apoio de Solano Lopes, desatende às ponderadas reclamações do nosso plenipotenciário, Conselheiro Saraiva.

Pela Ordem do Dia n. 449, de 1 de junho de 1865, o Batalhão de Engenheiros é reorganizado para incorporar-se, totalmente, ao Exército em operações no Prata, motivadas pela agressão paraguaia, aprisionando nosso navio Marquês de Olinda, que levava em seu bordo o nôvo Governador da longínqua Província de Mato Grosso, o Coronel Carneiro de Campos. Tal reorganização ficou a cargo do Ten-Cel do Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe, Francisco Gomes de Freitas, como Comandante, e do Major Vilagran Cabrita, no exercício das funções de Fiscal. Para a 1ª Cia foi designado o Cap do Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe Agostinho Marques Sá; para a 2ª Cia, o Cap do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, Brasília de Amorim Bezerra Sá, que assumiria o Comando do Batalhão logo após a morte de Vilagran Cabrita e o transmitiria ao Major Conrado Maria da Silva Bittencourt, três dias depois; para a 3ª Cia, o Cap do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, Conrado Maria da Silva Bittencourt, que assumiu o Comando do Batalhão com pulso firme, conduzindo-o galhardamente às jornadas gloriosas de Passo da Pátria, Estero

Belaco, Tuiuti, Passo Pocu, Curupaiti, Humaitá, Chaco, Angustura, Piquiciri, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Sapucaí e Peribebui; para a 4ª Cia, foi designado o Cap do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, Luiz Henrique de Oliveira. Nessa oportunidade também acolhe em suas fileiras que já contava com tão seletos oficiais, o não menos valoroso, então 1º Ten Antonio Tibúrcio Ferreira de Souza, futuro sogro do Cel Antonio Ernesto Gomes Carneiro — o herói do cerco da Lapa — que haveria de fazer toda a Campanha do Paraguai como lídimo representante do Ceará, enquanto outro ilustre e bravo cearense, o Brigadeiro Antonio de Sampaio, "o bravo entre os mais bravos", mais tarde escolhido com justiça, Patrono da "Rainha das Armas", a Infantaria, morreria quarenta e três dias após os três ferimentos recebidos na Batalha de Tuiuti. O número de subunidades do Batalhão seria acrescido de mais duas, em ato de 1 de julho de 1867, em Tuiuti, do Comandante-Chefe das Forças em Operações, Marquês de Caxias, sendo uma Cia de Pontoneiros e outra de Artífices.

A 11 de junho de 1865 trava-se a grande Batalha Naval do Riachuelo, onde a esquadra de Lopes foi batida fragorosamente e seus sonhos imperialistas começaram a ruir. Abriu-se a via de acesso natural pelo rio Paraná que Lopes pretendeu barrar, a qual permitiu atingir o território guarani com maior facilidade. Daí por diante a Marinha Brasileira iria desempenhar um papel preponderante no curso das ações militares, com o pesado encargo de manter o fluxo de suprimentos vindos do Sul, condicionando as operações mais importantes às vias dos rios Paraná e Paraguai e barrando as pretensões de Lopes ao sul do paralelo Passo da Pátria — Itapua.

Após a rendição das forças paraguaias sob o comando do Cel Antonio Estigarribia, na cidade de Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865, na presença do Imperador D. Pedro II, dos generais Bartolomeu Mitre, Presidente da República Argentina, Venâncio Flores, Governador provisório da República Oriental, Caxias e Conde d'Eu, a junta dos generais aliados, sob a presidência do General Mitre, estabeleceu um plano de operações para levar a guerra ao solo paraguaio, com base na concentração prévia dos exércitos aliados na região de Corrientes.

Vencendo as maiores dificuldades para palmilhar o terreno entrecortado de pequenos cursos d'água, sem contar para isso com pessoal treinado em pontagem e nem dispor de pontes de equipagem, o Batalhão de Engenheiros, sob o comando interino do Major Vilagran Cabrita, a 3 de janeiro de 1866, acampa na região da Lagoa Brava, cerca de seis quilômetros a este da cidade de Corrientes. A 10 de janeiro prossegue seu deslocamento em direção a Tata-Corá, onde será instalado o Quartel-General do Exército Brasileiro, sob o comando do General Manoel Luiz Osório, o insigne herói da Batalha de Tuiuti, futuro Marquês do Herval e Patrono da Arma de Cavalaria.

De acôrdo com o Decreto de 22 de janeiro de 1866, Vilagran Cabrita é promovido por merecimento a Tenente-Coronel, numa lista composta

dos nomes mais ilustres do Exército como: Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, promovido a Marechal-de-Campo, iria substituir Osório no Campo das Fôrças Brasileiras em virtude de doença, após a Batalha de Tuiuti e mais tarde seria Visconde de Santa Tereza; Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, promovido a Brigadeiro, baiano de nascimento, seria, mais tarde, Marechal e Visconde de Itaparica; Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, promovido a Coronel, herói do Forte de Coimbra; Hilário Maximiano Antunes Gurjão, natural de Belém (Pará), morreria em consequência de ferimentos recebidos em Itororó, no início da "Dezembrada", em hospital de Humaitá e Emilio Luiz Mallet, futuro Barão de Itapevi, Tenente-General do Exército e Patrono da Arma de Artilharia, ambos promovidos a Tenente-Coronel; Benjamin Constant Botelho de Magalhães, promovido a Capitão do Estado-Maior de 1ª Classe, seria o grande artífice da proclamação da República; e a 1º Tenente, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, filho de Emilio Luiz Mallet, futuro General e Ministro da Guerra, que iria realizar profundas renovações nas instituições militares do Exército, inclusive a criação do Estado-Maior do Exército nos moldes do da Prússia, após a Guerra de 1870, contra a França.

Concluída a concentração dos exércitos aliados na região de Corrientes, a fase seguinte das operações para atacar as fôrças de Lopes, em seu próprio território, seria a transposição do rio Paraná. Para isso impunha-se a realização de minuciosos reconhecimentos a fim de ser feita a seleção dos locais de passagem mais favoráveis, envolvendo detalhes técnicos relacionados com as características do rio propriamente dito, da natureza das suas margens, da rede rodoviária, bem como dos meios disponíveis e da presença do inimigo. Todo êste trabalho é realizado, com o maior cuidado, com o maior detalhe, pelo Corpo de Engenheiros, sob a direção do Ten-Cel Carlos de Carvalho e pelo Batalhão de Engenheiros, coadjuvados por elementos de Esquadra de Tamandaré. Os Generais Mitre e Osório optavam pela transposição do rio na região de Itati, ponto intermediário entre o Passo da Pátria e Itapua, portanto bem para este de Três Bôcas. Já o Almirante Tamandaré e o General Flores desejavam que a transposição fôsse executada na região do Passo da Pátria, onde a esquadra poderia dar o maior apoio. Por Itati a operação seria apoiada pelo Corpo de Exército sob o comando do Tenente-General, Barão de Porto Alegre, que se encontrava organizado em São Borja; a fim de ameaçar Itapua, em condições de transpor o rio Paraná e ameaçar Assunção pela estrada Itapua — Vila Rica, desbordando Humaitá e cortando a Lopes os recursos do Norte, obrigando-o dêste modo a abandonar a defesa de Humaitá. A base de operações seria Corrientes. A esquadra bloquearia os rios Paraná e Paraguai, quando os encouraçados forçariam a passagem das fortalezas, pressionadas ao norte pelo exército. Já por Três Bôcas, as fôrças aliadas receberiam o máximo apoio da esquadra em todo o desenrolar da operação de transposição. Divididas as opiniões como estavam, os chefes aliados não chegaram a um acôrdo

imediatamente sobre o local mais indicado para a invasão. O ponto de passagem, realmente escolhido, seria um pouco ao norte da região de Três Bôcas, já no rio Paraguai, mais condizente com as opiniões de Tamandaré e Flores, visando explorar com maior ênfase o fator surpresa, justamente na região onde o inimigo menos esperava, tal como no desembarque da Normandia a 6 de junho de 1944, contrariando as previsões alemães que julgavam mais possível o desembarque aliado na região do Passo de Calais.

O Alto Comando Aliado até o dia 3 de abril não havia chegado a uma conclusão sobre o ponto exato da transposição, o que prova a extrema delicadeza e importância de tal operação, agravada pelos precários meios de engenharia disponíveis, fazendo retardar a invasão do território inimigo, com perda de tempo, desgastes físicos e de recursos os mais variados. Não dispúnhamos de meios contínuos de transposição (pontes de equipagem e passarelas) e os meios descontínuos (botes e pontões) eram precários e insuficientes para a transposição de um rio como o Paraná, com cerca de 2,5 quilômetros de largura, embora na Guerra de Secessão americana (1860-1865) já houvessem sido empregadas equipagens de ponte com suportes feitos de lona. Finalmente é tomada uma decisão preliminar, vinculada com a ocupação da Ilha situada em frente ao Forte Itapiru, denominada pelos paraguaios de Purutuê e Itapiru, e por nós, de Redenção, como lembrança à primeira vitória das forças brasileiras sob o comando de Osório, depois mudada para Vilagran Cabrita, como justa homenagem ao seu heróico defensor. Hoje está totalmente desaparecida, por haver sido tragada pelo turbulento rio Paraná, no ingente esforço de equilibrar seu perfil irregular. Situava-se entre o Passo da Pátria e Três Bôcas, aproximadamente um quilômetro daquele Forte. Era de forma ovalada, com a maior dimensão disposta ao longo do rio. Seu solo era completamente arenoso, facilitando o enchimento de sacos de areia para proteção. Possuía alguma vegetação, o que propiciava cobertura contra a observação inimiga. Nas grandes cheias ficava submersa. Poderia ser atingida por um tiro de carabina partido do Forte de Itapiru. Era território paraguaio por situar-se mais próximo do território do inimigo do que do argentino, passando o talvegue do rio entre a ilha e a margem correntina.

Os reconhecimentos da Ilha foram realizados de 29 a 30 de março pelo Ten-Cel José Carlos de Carvalho, vários engenheiros e 80 praças. A operação de desembarque foi executada na noite de 5 para 6 de abril, nela tomando parte cerca de 900 homens, comandados pelo Ten-Cel Vilagran Cabrita. Constituíam essa força: 100 praças do Batalhão de Engenheiros, sob o comando do Cap Amorim Bezerra; o 7º Batalhão de Voluntários da Pátria, organizado em São Paulo, sob o comando do Ten-Cel Pinto Paca; o 14º Provisório de Infantaria de linha, sob o comando do Major Martins; 4 peças de artilharia La Hitte, calibre 12 cm; 4 morteiros de 22 cm, sob o comando do Cap Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, o bravo cearense; e uma bateria de foguetes incendiários. As

fortificações foram levantadas imediatamente, tendo em vista as possibilidades de seus ocupantes serem atingidos com facilidade do Forte Itapiru. Durante toda a noite os 900 homens se entregaram desesperadamente aos trabalhos de organização do terreno, orientados por Vilagran Cabrita, de tal sorte que ao raiar o dia 6, uma forte linha de trincheiras havia sido levantada com sacos de areia, guarnecida por oito bôcas de fogo, consolidando a ocupação do primeiro pedaço de solo paraguaio, com a montagem de uma posição defensiva bem organizada. Com surpresa o inimigo do Forte Itapiru deparou a bandeira brasileira drapejando no topo de um mastro, pelo sôpro da brisa matinal. É fácil imaginar a reação causada no espírito de Solano Lopes por tão inesperado acontecimento, que lhe indicava o momento próximo da invasão do seu território, por uma região de passagem de que ele não suspeitara mas de que poderia tirar conclusões, cujo testemunho era a bandeira verde e amarela com a coroa do Império do Brasil, que se agitava triunfante, já em solo paraguaio. Assalta-lhe à mente o pensamento condizente com seu temperamento: desalojar o invasor o mais rapidamente possível e com toda a fúria possível explorar o fator surpresa em toda sua dimensão, para maior segurança do êxito.

O duelo de artilharia manteve-se incessante nos dias 6, 7, 8 e 9. Lopes ordenou a instalação de mais duas peças de 68 no Forte de Itapiru e duas baterias de artilharia de campanha, na margem do rio. Tamandaré mandou navios da esquadra auxiliar a defesa da Ilha. O General Mitre, que pelo artigo 3º do Tratado da Triplíce Aliança, celebrado a 1 de maio de 1865 entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, era o comandante-chefe dos exércitos aliados, em virtude das operações ainda se estarem realizando no "território da República Argentina ou na parte do território paraguaio que é limítrofe com aquêle", determinou que todas as tropas se concentrassem no Passo da Pátria e aí ficassem em condições de embarcar à primeira ordem.

Solano Lopes, o Ten-Cel Diaz e Mme Lynch, companheira do ditador, que a trouxera de Paris, planejaram a operação para expulsar os brasileiros da Ilha. Com esta finalidade selecionaram 1.200 homens entre as melhores praças, dividindo-os em três vagas de assalto, com 400 homens cada um. O comando da primeira vaga caberia ao Ten Leonardo Riveros; o da segunda, ao Ten Mateo Romero; e o da terceira, ao Alferes Matias Margas. Como se pode deduzir facilmente, a tropa escolhida era composta na sua totalidade por elementos jovens, entusiasmados até ao fanatismo e estimulados diretamente pelo ditador e sua companheira. Na verdade, a operação que os paraguaios se propunham a realizar, exigia um planejamento meticuloso, reunião de meios necessários e preparação psicológica, tal como hoje são submetidas as tropas especiais, para ações semelhantes.

Cêrca das 04,00 horas do dia 10 de abril a 1ª vaga aproxima-se da Ilha, em mais de trinta canoas, em absoluto silêncio. As sentinelas, sen-

tindo a chegada do inimigo, dão o alarma. A luta se desencadeia pelo fogo e pelo corpo a corpo. A força invasora aproxima-se das trincheiras. Ameaça com maior perigo as da esquerda. Alcança o fôssco e tenta transpor o parapeito do entrincheiramento. Chega a 2ª vaga com reforços, imprimindo maior ímpeto ao desembarque anfíbio. As horas passam naquela luta sangrenta. Verificando as partes mais fracas de sua posição defensiva, Vilagran Cabrita revela a presença do chefe, decidindo mandar o valente Cap Tiburcio defender o espaço aberto da extrema esquerda, ao mesmo tempo que confia o centro ao bravo Ten Emiliano de Carval e se dirige para a direita, onde se batia com denôdo o 7º Batalhão de Voluntários e o 14º Provisório de Infantaria. A 3ª vaga de desembarque chegou mais tarde. Não consegue desembarcar todos seus componentes, pois a canhoneira Henrique Martins que fazia parte da vanguarda da esquadra, comandada pelo Ten Jeronimo Francisco Gonçalves, vendo a Ilha atacada, procurou informar o comandante da vanguarda, do ataque que estavam realizando os guaranis. Em seguida tocou a todo vapor para interceptar as canoas. Foi seguida da canhoneira Greenhalgh, comandada pelo Ten Marques Guimarães e pela Chuí, sob o comando do Ten Neto de Mendonça. Muitas canoas foram postas a pique. Os canhões paraguaios atiram sem cessar sobre as canhoneiras e a Ilha e estas se defendem como podem. É um duelo titânico! Sem poder desembarcar mais combatentes pela ação decisiva das três canhoneiras, embora o Ten-Cel Diaz estivesse pronto na margem paraguaia com uma reserva superior a 2.000 homens, a força remanescente na Ilha, se rende. Eram aproximadamente 0700 horas, quando a luta terminou. Vilagran Cabrita no seu batismo de fogo havia se revelado um chefe valente, sereno, inteligente e combativo.

Pinheiro Guimarães, em "Um Voluntário da Pátria", informa que "aos primeiros tiros disparados na Ilha acordaram os exércitos aliados. Pouco a pouco a margem esquerda do rio ficou coberta de espectadores. Um batalhão de infantaria dormia tôdas as noites na margem do Paraná para ser transportado à Ilha, caso a guarnição carecesse de socorro; nessa noite coubera ao 12º êsse serviço". Segundo o mesmo autor, o batalhão não pôde socorrer a guarnição da Ilha por falta de remos nas canoas, destinadas ao transporte do mesmo.

Ao término do combate, Vilagran Cabrita procurou fazer um balanço das perdas, constatando: 640 cadáveres e 62 prisioneiros paraguaios; 52 mortos e 102 feridos da briosa guarnição da Ilha. Em seguida recolheu-se a uma chata que se encontrava fundeada no sul da Ilha com o fim de escrever sua parte de combate e comer alguma coisa. Estavam com êle: o Cap Sampaio, seu amigo, que de terra lhe fôra felicitar por sua brilhante atuação; o Ten Francisco Antonio Carneiro da Cunha e o Álfere Carlos Luiz Woolf, ambos do Batalhão de Engenheiros. Ainda é Pinheiro Guimarães quem nos conta na obra citada: "Os paraguaios, enfurecidos pela derrota, bombardearam a Ilha com fúria desusada. O rio havia enchido, a chata que se elevava com as águas mais exposta

fica. Uma bomba lançada de Itapiru, é dirigida pela mão certa da fatalidade, arreventou entre Carneiro da Cunha, Sampaio, Woolf e Cabrita que, como Nelson, sucumbe gloriosamente, findo o combate, na hora do triunfo, batizando com o seu sangue o desconhecido banco por seu valor ilustrado. Carneiro da Cunha e Woolf são gravemente feridos; Sampaio cai redondamente morto."

O Gen Tasso Fragoso, em sua monumental História da Guerra entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai, faz referência a uma curiosidade de que o tiro que abateu Vilagran Cabrita foi apontado por um seu discípulo quando de sua permanência no Paraguai, por volta de 1851, como instrutor de artilharia, de nome Bruguez. A funesta ocorrência verificou-se às 1300 horas aproximadamente, de 10 de abril de 1866. A vitória foi mesclada de amargor, pela perda tão preciosa. Cabrita pagou com a vida o seu destemor. Colocado como uma ponta de lança sobre o território inimigo, indicava a iminente invasão de seu território. Morreu aos 45 anos de idade, na linha de frente, porque "a vanguarda é o lugar dos heróis".

4. O RECONHECIMENTO DA PÁTRIA

A guerra prosseguiu por quase quatro anos mais, enchendo de glórias nossa História com outros feitos heróicos, mas a ação de Vilagran Cabrita na pequena ilha do rio Paraná foi a pedra de toque que revelou a tempera de um povo valoroso que, por contingência diversas, enfrentava outro povo de igual valor, irmão sul-americano. Ao indômito Batalhão de Engenheiros que não gozava da prerrogativa de possuir e usar a Bandeira Nacional, pelo Decreto n. 3.644, de 1 de maio de 1866 foi dado este direito em consequência de seus feitos e serviços na guerra contra o Paraguai, "enquanto subsistir um oficial ou praça de pré que tiver tomado parte nos seus trabalhos na atual campanha".

Conforme o Decreto-lei n. 2.553, de 4 de abril de 1938, o 1º Batalhão de Transmissão que tomou esta denominação em virtude do Aviso n. 99, de 18 de fevereiro de 1935, pois antes se chamava 1º Batalhão de Engenharia, passou a chamar-se "Batalhão Vilagran Cabrita", "continuando a vida da denodada e gloriosa unidade e usando tôdas as suas insígnias, como se nenhuma solução de continuidade houvesse na existência do Batalhão que permitiu ao legendário Duque de Caxias a famosa Travessia através do Chaco".

O Decreto n. 57.429, de 13 de março de 1962, homologou a escolha já consagrada dos Patronos do Exército e das Armas, onde encontramos o da Arma de Engenharia, o Ten-Cel João Carlos de Vilagran Cabrita, e estabeleceu como data de comemoração das Armas o dia de nascimento de cada Patrono. O dia 30 de dezembro não é favorável a comemorações cívicas por óbvias razões. Seria mais conveniente que fosse escolhida outra data. Sugerimos o dia 10 de abril, por ter sido para Vilagran Cabrita um dia de consagração do seu valor profissional e da

vitória que o fêz entrar pela porta do sacrifício da vida nas páginas imorredouras da História Pátria.

Convém lembrar que no próximo dia 10 de abril completará 100 anos que Vilagran Cabrita sucumbiu na Ilha de Redenção. Seria conveniente que no centenário de sua morte reverenciássemos com o maior brilhantismo a memória do soldado e de patriota tão ilustre, cuja morte prematura interrompeu o curso de uma vida que se afigurava extremamente brilhante. À arma de Engenharia que êle tanto enalteceu no campo da luta cabe o dever de homenagear seu ilustre Patrono e exemplar soldado brasileiro com especial destaque, organizando para isso um programa de festividades cívicas bem à altura dos méritos de João Carlos de Vilagran Cabrita.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

OS PERIGOS DA EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

Ten-Cel GERMANO SEIDL VIDAL

A medida do crescimento populacional está integrada na rotina administrativa da quase totalidade dos países. Os Censos demográficos, geralmente decenais, fornecem os elementos numéricos não só sobre a quantidade de pessoas como a sua distribuição, suas características, composição etária, condições familiares e de habitação, enfim um valioso repertório de informações sobre os efetivos humanos nacionais.

Ao acentuado incremento anual dêsses efetivos tem sido dada a designação de explosão demográfica, como querendo indicar uma forma violenta de aumento. O neologismo tem razoável procedência, como veremos a seguir, face aos atuais aspectos particulares do fenómeno e às suas tendências.

Lembraríamos, de início, que ao alvorecer da era cristã, quando Jesus peregrinava pelo Mundo, este possuía 250 milhões de almas e só atingiu 1 bilhão de pessoas em 1800, com uma taxa média anual de crescimento de um por cento. Hoje a população mundial atinge 3,3 bilhões, com coeficiente de expansão de 2 por cento ao ano; o que poderá levar a dobrar o número de habitantes do planeta ao atingirmos o ano 2000.

Vale registrar a recente estimativa de populações apresentadas, oficialmente, à XIX Sessão da Assembléia-Geral da ONU (com base na data de 30-6-64). Por ela, pode-se saber quais os países mais populosos de cada Continente. Na África, a Nigéria com seus 56 milhões de habitantes surpreendeu tôdas as expectativas dos próprios técnicos nacionais, seguindo-se a República Árabe Unida (Egito) com 28,7 milhões. Na América, os EEUU adensam o Norte com 192,61 milhões de pessoas, enquanto o Brasil pontifica no Sul com seus 79,8 milhões. Na Ásia, a República Popular da China, apesar da imprecisão de suas estatísticas demográficas, anda pela casa dos 690 milhões de criaturas, efetivo elevado que é acompanhado dos 468,5 milhões da Índia, 102,2 milhões da Indonésia e 100,7 milhões do Paquistão. Nesse cômputo entra a URSS com seus 228,6 milhões de pessoas distribuídas parte na Europa e parte na Ásia.

Importante é ainda saber as condições de crescimento das populações para se fazer conjecturas sobre as mesmas no futuro.

As taxas anuais de crescimento mais altas estão na Ásia, com o percentual 4,5 em Hong-Kong, 3,7 na República do Vietname (Sul), 3,6 nas Filipinas e 3,4 no Vietname do Norte; e, na América Latina, com 4,3 em Costa Rica, 3,6 na República Dominicana e em El Salvador, 3,5 na Nicarágua e 3,4 na Venezuela. Os índices de aumento populacional mais baixos estão na Europa, com 0,3 % na República Democrática da Alemanha, 0,4 % na Hungria, 0,5 % na Bélgica, Malta e Suécia e 0,6 % na Áustria e Itália.

Inferese dêsses dados que em determinados países adotam-se medidas para restringir os nascimentos, ao mesmo tempo que se ampliam as médias de limite de vida, através de condições sanitárias que dão higidez às populações, de tal sorte que se lê recentes declarações do atual Presidente dos EEUU nas quais constam ser meta do Governo passar de 70 para 75 anos de idade a média de vida naquele país.

Outras ilações pertinentes para o nosso esboço de raciocínio conduzem-nos a considerar os números absolutos de crescimento anual nos países de elevados efetivos demográficos. Assim, na República Popular da China há um aumento de cerca de 14 milhões de pessoas por ano, na Índia, de 10 milhões e no Brasil, de 2 milhões, o que equivale para os primeiros a números correspondentes à população de importantes cidades como Nova York (11 milhões de habitantes) e até de muitos países, comparando-se com o aumento populacional do Brasil, como a Líbia, o Panamá, o Paraguai, o Laos, a Albânia e o Luxemburgo.

Em 1980, os dez países mais populosos, segundo as projeções do "Population Reference Bureau" (Washington—EEUU), seriam os seguintes :

1º) República Popular da China	840,0 milhões
2º) Índia	661,5 milhões
3º) URSS	277,8 milhões
4º) EEUU	240,9 milhões
5º) Paquistão	153,6 milhões
6º) Indonésia	152,8 milhões
7º) Brasil	126,7 milhões
8º) Japão	111,1 milhões
9º) Reino Unido	57,3 milhões
10º) Itália	56,4 milhões

Manter-se-á 56 % da população mundial na Ásia, com os seus 2,4 bilhões, fora a URSS; a América participará com 15 %, a Europa dará um contingente de 11 % e a África contribuirá somente com 10 %.

Tais considerações pareceram-nos necessárias para uma análise do crescimento da população mundial, dentro dos setores fundamentais da vida do homem e das nações, deduzindo-se daí os perigos futuros por que passará a Humanidade caso persistam as condições atuais.

No campo social recrudescerá o predomínio numérico das populações não cristãs e se destacará a maioria da raça amarela, com as tensões decorrentes da distinta filosofia de vida e de aspirações e as dificuldades de intercâmbio cultural e científico.

Sob o prisma econômico, surge de imediato a carência alimentar — qualitativa e quantitativa — para as superpopulações. Em alguns países é justo mencionar a incipiente tecnologia para resolver complexos problemas de produção. A queda da renda “per capita” significará menos bens e serviços à disposição do povo, em consequência, estagnação ou deterioração da economia interna. A baixa porcentagem da população economicamente ativa para o efetivo global indicará que o trabalho está em poucas mãos para alimentar muitas bocas. O sintoma seguinte será a ameaça do desemprego, no campo ou na cidade, por falta de demanda de mão-de-obra, condenando a uma posição marginal parcela da população ou submetendo-a a atividades de subemprego. Outros países enfrentarão o problema da velhice de seus habitantes, tanto mais longa quanto se aperfeiçoam as ciências médicas — que, às vezes, baixam concomitantemente a natalidade, invertendo a pirâmide etária da população.

O quadro político mundial será inexoravelmente convulsionado pelas pressões demográficas, onde as zonas fracamente povoadas constituirão foco de atração daquelas de densidade excessiva. Os países mais populosos, se desenvolvidos, aspirarão hegemonia sobre outros povos para mantê-los como consumidores de seus produtos industrializados e de seus excedentes de alimentação, fornecedores de matérias-primas essenciais ou como integrantes de um cinturão estratégico de defesa.

As migrações internacionais sofrerão do “pecado original” das influências políticas. Os Pactos, Blocos ou Coligações em torno de interesses regionais e ligados às superpopulações contrariarão o espírito da época consubstanciado pela Carta de S. Francisco que criou a Organização das Nações Unidas.

O panorama militar será logicamente consequência desse turbilhão de problemas com o homem no epicentro. Haverá excesso de disponibilidade de efetivo para as lutas armadas de que participem os países muito populosos. Isto afetará a doutrina militar, que pode substituir a inteligência no emprego das Grandes Unidades de Combate pela desumana ação de massa fazendo o povo de aríete. A guerra declarada, aceita ou “fria” tem dois espectros: a insurreição popular e a explosão atômica; em ambas o vencedor está em Marte...

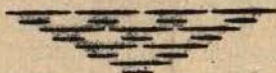
Concluiremos focalizando alguns pontos sôbre o que pode provocar a explosão demográfica, os quais se destinam à meditação dos leitores.

As lutas deflagradas pela má distribuição da riqueza e pela desigualdade de oportunidade para as populações trazem o corolário da intemperança, do ódio e do desespero e, por isso mesmo, fogem aos parâmetros convencionais.

A fome endêmica ou aguda pode não movimentar exércitos, mas serve de escorva para as rebeliões e inspiração para aventuras militares.

A conquista de áreas de expansão, o predomínio econômico, o contrôlle político e o domínio militar serão formas de imperialismo, a repetir no futuro as lições do passado.

Finalmente, o vírus ideológico envenenará as consciências dos indivíduos e das nações. A exportação de idéias, a exploração dos desajustamentos sociais, as miragens das soluções utópicas e a sublimação das frustrações nacionais estarão no vírus vermelho que ameaçará o Mundo com sua doutrina de que o homem não foi feito à semelhança divina, mas de matéria considerada tão desprezível quanto ele próprio !



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua **tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

PLANO SUCINTO PARA INSTALAÇÃO DO BATALHÃO ESPORTIVO DAS FÔRÇAS ARMADAS

Cap JOSÉ ANTONIO PIRES GONÇALVES

SUMÁRIO

- 1 — A TENDÊNCIA ATUAL DO ESPORTE NO MUNDO
- 2 — ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO ESPORTIVO
 - 2.1 — Pessoal
 - 2.2 — Material
- 3 — PLANO DE CONVOCAÇÃO
- 4 — ALGUMAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVO-MILITARES ESTRANGEIRAS
- 5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — A TENDÊNCIA ATUAL DO ESPORTE NO MUNDO

1.1 — Desde há muito é sentido que na organização esportiva brasileira existe uma lacuna, que bem poderia ser preenchida pelas nossas Fôrças Armadas, já que elas dispõem de grande parte dos meios necessários: é a criação de um Batalhão Esportivo.

1.2 — Atualmente há uma tendência acentuada entre as grandes potências (e mesmo as pequenas) de aperfeiçoar os desportistas existentes em seus Exército, Marinha e Fôrça Aérea, por finalidades óbvias. Lembro, como exemplo, a Equipe Olímpica da França, na qual 70% de seus participantes provêm dos Batalhões Esportivos de JOINVILLE, LE PONT e PAU, os quais nem por isto perderam em absoluto o seu poderio bélico: O Batalhão Esportivo de JOINVILLE foi o mais condecorado na campanha da ARGÉLIA.

1.3 — O falso amadorismo já mais de uma vez foi delatado nas universidades e clubes norte-americanos; na quase totalidade dos atletas dos países socialistas; na totalidade dos atletas russos — funcionários que são do Estado e que têm por trabalho e ocupação treinar! Cito ainda que nas universidades européias que conhecemos e uma particularmente em que tivemos oportunidade de estudar (MAINZ UNIVERSITAT — ALEMANHA), o desportista é tratado com um

desvêlo bem maior ao dedicado ao simples amador, seja lhe dando alimentação e teto grátis, seja em ofertas de material (agasalhos de treinamento, sapatos etc.), seja muitas vezes até com o próprio dinheiro.

1.4 — Tôdas as nações hoje em dia têm interesses políticos em se fazerem bem representar esportivamente no conceito mundial: é sinônimo de organização, desenvolvimento, fôrça e pujança de uma terra. Além disso, há o principal — incrementando o esporte, estarão indiretamente impulsionando seus países, haja vista o aumento das resistência, vitalidade e saúde do povo, com as benéficas conseqüências e reflexos no rendimento do trabalho.

1.5 — Há no mundo inteiro, nas nações ditas civilizadas, uma preocupação constante dos governos em propiciar e prestigiar o esporte. As netas do rei da SUECIA são professoras de educação física; o príncipe herdeiro da NORUEGA foi o chefe da delegação do seu país aos Jogos Olímpicos de TÓQUIO; o atual rei da GRÉCIA é o campeão olímpico de ROMA; a família real japonêsa compareceu diáriamente às provas das últimas Olimpíadas; homens como o anterior presidente americano se preocupavam com o esporte em seu país, a tal ponto que, já eleito, KENNEDY escreveu uma série de artigos para a juventude americana, condenando o esmorecimento da educação física nas escolas e tecendo comparações entre os estudantes europeus e norte-americanos, desfavoráveis aos últimos. Isto para não ser mais extenso.

1.6 — Em contraprodução a êstes fatos, o que vemos atualmente no BRASIL é o desporto relegado a um plano secundaríssimo e o decréscimo do número de representantes que enviamos aos Jogos Olímpicos, já que o Comitê Olímpico Brasileiro fêz valer os índices mínimos estipulados. Êste sintoma é realmente significativo: bem denota o padrão esportivo atual brasileiro — baixo, também com reflexos, como não poderia deixar de ter, em tôdas as camadas sociais. A maior prova do que foi dito acima está no resultado de TÓQUIO: um país com oitenta milhões de habitantes conquistou uma medalha de bronze.

1.7 — Há soluções, naturalmente. Em nosso modo de encarar as coisas, sugerimos que um dos meios de nos justapor aos nossos adversários esportivos do mundo inteiro, é o de utilizar as mesmas armas, nas mesmas bases empregadas por eles. Não foi assim no futebol, basquetebol e pentatlo militar, todos mundialmente no ápice? Por que não nos outros esportes também? A nosso ver, falta um órgão essencialmente prático, que congregue nossos atletas o ano inteiro, dando-lhes as assistências técnica, tática e médica de que tanto necessitam. Urge procurar a solução ideal e lógica — o Centro Esportivo. Não se trata de criar um órgão que propugne pelo amadorismo marrom — não. A nossa formação repugna isto. Mas um órgão sério, disciplinado, organizado, capaz de arcar com a responsabilidade e apto a resolver o problema. Algo que fôsse uma espécie de celeiro, onde a Comissão de Desportos do Exército, Comissão Desportiva das Fôr-

ças Armadas e Confederação Brasileira de Desportos pudessem em pouco tempo dispor de elementos categorizados a disputarem nos mais variados desportos, onde bem lhes aprouvesse, quaisquer campeonatos. Algo que fôsse o orgulho do esporte brasileiro: isto seria possível, com a existência de um Batalhão Esportivo das Fôrças Armadas. A esta missão não nos podemos furtar — representa a redenção do esporte no BRASIL.

2 — ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO ESPORTIVO

2.1 — Pessoal

2.1.1 — Comando e órgãos de Comando — oficiais superiores e capitães das três Fôrças Armadas.

2.1.2 — Instrutores retirados das dezenas de oficiais e sargentos das nossas Fôrças Armadas e Auxiliares com Curso de Educação Física; dos ex-instrutores e monitores da própria Escola de Educação Física do Exército e Centro de Esportes da Marinha.

2.1.3 — Departamento de Saúde com 1 (um) oficial médico e 3 (três) enfermeiros, 1 (um) oficial dentista.

2.1.4 — Um pelotão de serviços, composto de 1 (um) sargento e de 20 (vinte) homens.

2.1.5 — Efetivo de atletas-soldados variável e de acôrdo com as possibilidades da organização.

2.2. — Material

2.2.1 — Mínimo:

- alojamento e refeitório em uma unidade qualquer
- 1 (um) estádio próximo com campo de futebol, que seria também local de ginástica.
- 1 (uma) pista de atletismo
- 1 (uma) quadra de basquetebol e vólibol
- 1 (uma) piscina de 25 m.

2.2.2 — Ideal:

- alojamento e refeitório para 200 homens
- 1 (um) departamento médico com aparelhagem completa
- 1 (um) laboratório de exames clínicos
- 1 (um) estádio com pista de atletismo e campo de futebol
- 1 (uma) piscina de 50 m

- 2 (duas) quadras de basquetebol
- 1 (uma) quadra de vólibol
- 1 (um) ringue de boxe
- 1 (uma) sala para halterofilismo e ginástica
- 1 (uma) sala para ataque e defesa e esgrima
- 1 (um) estande de tiro
- 1 (uma) pista de obstáculos tipo C-2120
- consequentes acessórios.

2.3 — A segunda hipótese dificilmente seria conseguida. Logicamente, o caminho a ser tomado seria, em etapas sucessivas, aprimorar e aumentar o que se obtivesse a princípio, política esta exatamente igual à seguida pelos exércitos da FRANÇA, ITÁLIA, NORUEGA, TUNÍSIA, MARROCOS, AMÉRICA DO NORTE e FINLÂNDIA. A título de esclarecimento, friso que o eficiente Batalhão Esportivo de JOINVILLE até hoje tem os seus alojamentos feitos em compensado de madeira e todos pré-fabricados. Os exércitos dos países africanos citados são de poucos recursos econômicos e financeiros, mas nem por isto deixaram de construir seus Centros Esportivos, dado o valor com que encaram empreendimento de tal ordem para suas Nações e Forças Armadas.

3 — PLANO DE CONVOCAÇÃO

3.1 — Nossos homens seriam convocados entre a grande quantidade de atletas das nossas Forças Armadas e Auxiliares. São já famosas as equipes de corridas do Núcleo de Pára-quedistas, do Corpo de Fuzileiros Navais e da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, grandes ganhadores de provas tradicionais como a Corrida da Fogueira, Corrida de S. João e outras. As Olimpíadas entre as três Escolas Militares, da Artilharia de Costa e do Grupamento de Unidades-Escola já se tornaram conhecidíssimas — atraem grandes assistências, demonstrando a imprensa um interesse inusitado.

3.2 — É fácil de adivinhar o que produziram estes atletas-soldados bem treinados e alimentados, o que absolutamente não acontece hoje em dia, com esforços mal orientados.

3.3 — Mas não pararemos aí: nosso plano de convocações vai mais longe. Vamos esquematizá-lo, exemplificando-o com dados verossímeis: suponhamos o atleta A, campeão estadual de natação no Nordeste, com 18 anos — portanto na idade de servir às Forças Armadas.

Seria incorporado às fileiras e imediatamente após terem conhecimento de sua condição de atleta de certo gabarito, os seus comandantes participariam ao comando do Batalhão Esportivo da sua existência, aptidões, resultados etc. Após ser estudado o caso no Batalhão, seria dada, posteriormente, resposta à sua Unidade, da aceitação ou não em seus efetivos, do atleta em questão. Tal atleta, porém, não iria imediatamente para o Batalhão Esportivo — primeiro despenderia o

tempo suficiente para aprender o mínimo exigido a uma praça (Período de Adaptação, do Exército, por exemplo) e então seria enviado para passar os meses restantes no Batalhão. Lá, o período de instrução poderia ser idêntico ao que observamos em JOINVILLE LE PONT, PAU e na COMPANHIA ESPORTIVA ITALIANA: pela manhã, treinamento da sua modalidade esportiva, e à tarde, treino de sua especialidade militar, ou tomando parte no preparo de sua tropa de assalto de elite (ênfase em ataque e defesa, pista de obstáculos, operações de comando etc.).

3.4 — Com o nível de conhecimento e disciplina de treinamento dos nossos instrutores militares cursados em Educação Física — comparável ao que há de bom na EUROPA — certo viria a elevação do nível técnico destes rapazes ao cenário brasileiro e continental ou — quem sabe? — mundial, habilitando-os em prazo relativamente curto (esportivamente falando), a competições internacionais. Além disso, o que representaria para o acervo esportivo brasileiro a volta destes atletas para os seus estados natais, trocando idéias e ensinamentos com técnicos e companheiros mais novos? Seria uma reação em cadeia fácil de adivinhar e os beneficiários seriam o Esporte, as Forças Armadas, o próprio Povo e principalmente a Nação.

3.5 — A título de esclarecimento, seguem-se abaixo algumas organizações de Batalhões e Companhias Esportivas existentes, alguns dos quais por nós visitados. Constatamos o desvelo dos oficiais, graduados e soldados na parte esportiva e militar e a disciplina exemplar em todas as unidades visitadas, sendo considerado verdadeiro prêmio a um profissional das armas a sua inclusão nelas.

3.6 — Notar, na maioria, o dado significativo da subordinação direta dos Batalhões em questão a secretários de Estado e ministros da Defesa, bem denotando a importância com que são tratados, dentro dos esquemas militares e esportivos locais.

4 — ALGUMAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVO-MILITARES ESTRANGEIRAS

4.1 — Batalhão Esportivo de JOINVILLE LE PONT

4.1.1 — Considerando que o treinamento físico e esportivo é parte integrante da instrução militar, foi criado com o fim precípuo de coroar a educação física nas Forças Armadas Francesas, tanto em doutrina como em meios de trabalho.

4.1.2 — Subordinação

É diretamente subordinado ao Ministério da Defesa

4.1.3 — Organização

— Comando: coronel de cavalaria pára-quedista e especializado em educação física, FRANCIS POTTIER, que

é também um dos três dirigentes de Seção do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM).

- Subcomandante — 1 (um) tenente-coronel
- Chefe dos Serviços Administrativos — 1 (um) major
- Diretor técnico — 1 (um) comandante
- Médico chefe do serviço médico-esportivo — 1 (um) oficial
- Diretores esportivos nos vários esportes
- 1 (uma) companhia de infantaria, auxiliar.

4.1.4 — Instalações

Na cidade de JOINVILLE LE PONT, nos arredores de Paris.

Consta de vários locais numa extensão considerável de terreno. Há:

- campos de futebol, andebol e hóquei
- pistas de atletismo e pentatlo militar
- quadras de basquetebol e volibol
- estande de tiro
- piscina
- garagem de barcos (para remo)
- salas de esgrima, boxe e judô.
- Há uma sala-cinema, vários locais de descanso, um pátio de desfiles e formaturas matinais, refeitórios e um centro médico completo. Os alojamentos são em quartos de dois, para os atletas e em dormitório para os homens da companhia auxiliar.

4.1.5 — Em JOINVILLE são treinadas equipes nos desportos seguintes:

- atletismo, ginástica e judô
- futebol, basquetebol, volibol e andebol
- remo, hóquei e halterofilismo
- pentatlo militar
- esgrima, boxe e lutas
- tiro e tênis
- natação e vela
- ciclismo.

4.1.6 — É considerado, no plano esportivo francês, o rival do civil Instituto Nacional de Esportes (INS) e ainda *das unidades mais aguerridas das Forças Armadas.*

4.2 — Centro de Treinamento Físico Militar da TUNÍSIA

4.2.1 — Subordinação

Diretamente subordinado ao Secretário de Estado da Defesa Nacional.

4.2.2 — Organização

- um chefe de Corpo
- uma companhia de instrução (formação dos quadros)
- uma seção de esportes equestres
- uma seção de esportes náuticos

4.2.3 — Instalações

Adaptação do velho quartel do BARDO, que foi a antiga Academia Militar, caserna esta transformada em Centro Esportivo e agrupando o seguinte:

- uma sala de boxe e "power training"
 - uma sala de halterofilismo e ginástica
 - piscina aquecida
 - quadras de basquetebol e vólibol
 - campo de futebol
 - pistas de atletismo e pentatlo militar
 - estandes de tiro
 - percurso equestre
 - um edifício com centro médico-esportivo completo, podendo alojar 172 homens no segundo andar, tendo no térreo os refeitórios.
- Há ainda uma sala de conferências e cinema e local de descanso para os homens, com TV, revistas, jornais e jogos.

4.3 — Pelotões Esportivos da FINLÂNDIA

4.3.1 — Subordinação

Diretamente subordinados ao Ministro da Defesa.

4.3.2 — Organização

Os pelotões são em número de quatro, situados em diferentes localidades: os de esporte de verão estacionados perto de HELSINQUE, os que praticam os esportes de inverno ao norte e este do país.

Cada pelotão tem como comandante um oficial e dois outros servindo como treinadores, geralmente de larga prática. Há ainda número variável de graduados, que são monitores.

4.3.3 — Os pelotões estão divididos da seguinte maneira:

- 1º pelotão — atletismo, futebol e tiro: 43 homens.
- 2º pelotão — ginástica, basquetebol, natação, remo e pentatlo: 42 homens

- 3º pelotão — esqui: 30 homens.
- 4º pelotão — patinadores e hóquei: 19 homens.

Os atletas acima foram seleccionados entre mais de 300 candidatos, tendo como base seus resultados nos diversos esportes.

4.3.4 — Instrução

A finalidade máxima dos pelotões é desenvolver os homens que foram aceitos como soldados nos pelotões ao ápice de suas capacidades esportivas, sem descurar o seu preparo militar.

É dedicada especial atenção à aquisição da força em adição ao treinamento especializado normal.

De 20 a 50% do tempo de serviço é utilizado no treinamento esportivo.

O tempo de duração do serviço é o ordinário, indo de oito a onze meses.

4.4 — Centro Esportivo das Forças Armadas Marroquinas

4.4.1 — Subordinação

Diretamente subordinado ao Ministro da Guerra.

4.4.2 — Organização

- um comandante do Centro
- um diretor técnico
- uma companhia de serviços
- equipes representativas de andebol, basquetebol, futebol e atletismo.

4.4.3 — Instalações

Fica situado em RABAT e conta com:

- campos de futebol
- quadras de basquetebol, vólibol e tênis
- pista de atletismo
- piscina
- estande de tiro

Há ainda várias salas de instrução e uma de conferências.

Como departamento médico encontramos:

- uma pequena enfermaria
- um pequeno laboratório
- uma sala de radioscopia

- uma sala de tratamentos diversos com aparelhos de eletrocardiograma, ultra-som, ultravioleta, ondas-curtas, infravermelho e reanimador.
- uma farmácia bem sortida

4.4.4 — As finalidades do Centro são:

- trabalhar em benefício das várias Confederações Esportivas
- formar os quadros especializados
- treinar e selecionar equipes militares
- treinar unidades especiais de comandos
- trabalhar em benefício de hospitais militares.

5 — CONSIDERAÇÕES GERAIS

— Considerando o potencial humano e a disponibilidade de técnicos militares de alto gabarito no País;

— considerando que nossas Forças Armadas já estão habilitadas a organizar e instalar um Batalhão Esportivo no molde dos melhores, já que países de menores recursos como o MARROCOS e a TUNÍSIA o conseguiram;

— considerando que o esporte dentro do esquema mundial atual não comporta mais soluções improvisadas, heróicas e individuais;

— considerando a importância para o Exército e as nossas Forças Armadas o aperfeiçoamento físico e técnico de seus homens ministrado em uma unidade deste quilate;

— considerando que os similares existentes na AMÉRICA, EUROPA e ÁFRICA são também de alto valor militar;

— considerando que a criação desta unidade seria um motivo de orgulho militar e esportivo para as Forças Armadas do País;

— e considerando que a sua instalação não acarretaria grandes gastos para a Nação: proponho a criação do Batalhão Esportivo das Forças Armadas do BRASIL, nos moldes descritos acima.



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **Hidrografia do Nordeste Brasileiro** —
Maj Darino Castro Rebelo.
- **Rondônia** — Cel João Marques Ambrósio.
- **Operação "Centelha"** — Maj Estelio Teles
Pires Dantas.
- **A Batalha de Kursk** — Cap Ney Salles.
- **Seleção de Oficiais ao Curso da ECEME**
— Ten-Cel Alkindar Machado Bonna.
- **O mais humano dos heróis** — Ten-Cel
Octavio Costa.
- **Introdução ao estudo da Geopolítica** —
Maj-Brig Godofredo Vidal.
- **O Canal do Panamá** — Cap Luiz Paulo
Macedo Carvalho.
- **Barbarie versus Civilização (Canudos)** —
Mal T. Alencar Araripe

REFLEXÕES SOBRE A GUERRILHA

— Cap de Eng (do Serviço de E-M), ANTÔNIO
MIR SALAS

— Tradução e Notas pelo Ten-Cel de Art (de Estado-
Maior) JONAS CORREIA NETO.

— I —

A GUERRA DE GUERRILHAS

a. Há hoje um grande interesse, por parte de todos os exércitos, no estudo do que se vem denominando “guerra de guerrilhas”, e na preparação para esta guerra. Nosso exército acompanha passo a passo este movimento, sendo disto uma prova a existência da instrução de guerrilhas e os artigos publicados nesta e noutras revistas de caráter militar. (I).

Oferecemos aos leitores estas reflexões, fruto da meditação e da leitura de alguns trabalhos sobre o problema da guerrilha, tão antigo mas tão moderno, e tão vivo em nossos dias. Nelas encontrarão coisas já sabidas e algumas opiniões com que, de antemão sabemos, nem todos concordarão, mas, pelo menos servirão para lhes apresentar uma perspectiva diferente de alguns aspectos concretos e, sobretudo, dar-lhes-ão mais uma oportunidade para refletir e assim aperfeiçoar os conhecimentos que possuem sobre o tema.

b. Diversidade de Critérios

Depois de ler uma porção de escritos sobre guerrilhas, sentimo-nos um tanto desconcertados pela diversidade de opiniões e de critérios expostos, que impedem chegar-se a um conhecimento claro e preciso do assunto. Há quem considere como sinônimas as expressões “guerra subversiva” e “guerra de guerrilhas”, e há quem as distinga inteiramente. (II). Há quem opine que as guerrilhas devem ser organizadas pelos exércitos, com suas próprias unidades, enquanto que outros acham que elas devem ser constituídas única e exclusivamente por civis, agrupados em torno de um chefe espontâneo, surgido da massa do povo. (III). Às vezes se confunde o “comando” com a “guerrilha”, a “infiltração” com a “guerra de guerrilhas”, o “guerrilheiro” com o “sabotador”, o “terrorista”, o “agitador”, etc. (IV).

(*) Da revista espanhola Ejército — n. Mai-Jun 64.

Cremos que o problema da guerrilha, em muitos casos, não tem sido focalizado em toda a sua extensão, mas estudado apenas parcialmente; noutros, não tem sido levada na devida conta a evolução por que vem passando através dos anos, e principalmente nestes últimos tempos, seguindo o compasso evolutivo da guerra em geral.

Já foi mencionado que o problema da guerrilha é velho, mas é novo. De fato, é antigo, porque a guerrilha existe desde a mais remota antiguidade; e é moderno, porque ultimamente se apresenta com características renovadoras, sistematizou-se, organizou-se e, acima de tudo, a *subversão adotou-a como meio para alcançar seus fins*. Eis porque já não se pode considerar a guerrilha como um caso particular da batalha, senão como uma guerra especial, no mesmo nível da guerra nuclear. "No estágio atual da sua evolução, pode-se dizer que, na arte militar, a guerrilha é uma novidade comparável à bomba atômica". (1).

A guerra de independência espanhola marcou uma etapa importante na evolução da guerrilha, o mesmo ocorrendo com as guerras subversivas da China, Indochina e Argélia. (V).

c. Conceito de Guerrilha

A primeira pergunta que podemos formular é: o que é realmente a guerra de guerrilhas?

Vamos buscar a sua resposta numa correta conceituação. E aqui se tropeça com a confusão de uma série de definições, em sua maioria parciais ou incompletas, algumas contraditórias. Eis a análise das que foram possível recolher.

(a) Figura no dicionário enciclopédico abreviado Espasa — Calpe (de 1932) a que é considerada a mais vulgar:

"Guerrilha — grupo de civis, geralmente não muito numeroso, que, sob o comando de um chefe próprio e com pouca ou nenhuma dependência do exército, acossa e perturba o inimigo."

A guerra de guerrilha, que não aparece nesse dicionário, será logicamente a que as guerrilhas realizam. A definição apresentada baseia-se em três pontos:

- forças componentes: bandos de civis;
- relações com operações de exército regular: pouca ou nenhuma;
- finalidade: acossar e perturbar o inimigo.

(1) Cel Demange: "A guerrilha — aspectos atuais".

(b) Nossa "Doutrina Provisória para o emprêgo tático das Armas e Serviços" trata ligeiramente (artigo 59) da guerra de guerrilhas, definindo-a assim:

"A guerra de guerrilhas constitui um meio de hostilizar o inimigo, obrigando-o a distrair forças para a proteção de estacionamentos, comboios, comunicações, centros de produção e de abastecimentos, povoações e, de um modo geral, para realizar tudo quanto possa prejudicar o desenvolvimento de suas atividades bélicas."

Esta definição se fundamenta em um só conceito: a finalidade — encaixada em um quadro de guerra regular; portanto, pressupondo-se dois exércitos em presença. Então, parece ser incompleta, em vários sentidos. Cabe perguntar se a atividade dos bandos de guerrilheiros, num ambiente de guerra subversiva, nas fases anteriores à criação ou aparecimento do exército regular rebelde, não se poderá chamar guerra de guerrilhas. Na Argélia, onde o exército francês não chegou a combater o exército regular argelino, não se realizou uma autêntica guerra de guerrilhas? E que dizer-se da luta de Fidel Castro, e mesmo dos contra-revolucionários cubanos, em Sierra Maestra? Supondo-se a inexistência de guerrilhas, na retaguarda inimiga — uma atividade intensa de golpes de mão, com unidades de "comandos", que obrigassem ao desvio de forças para proteger estacionamentos, etc, — poderia chamar-se guerra de guerrilhas?... Repetimos, definição incompleta, por não estar baseada a não ser na finalidade e por não compreender esta a totalidade dos objetivos que atualmente se podem designar, numa luta desta natureza.

(c) No folheto "Aspectos gerais da luta de guerrilhas", se bem que não apareçam as definições de "guerra de guerrilhas" e de "guerrilha", define-se "luta de guerrilhas" como sendo:

"a sabotagem com violência, executada não por indivíduos ou pequenos grupos, mas por bandos organizados"

entendendo-se por "sabotagem" as "ações físicas que têm por objetivo danificar a máquina de guerra do inimigo, embora realizadas independentemente e sujeitas a um planejamento prévio". Aqui se fala somente da sabotagem, que é apenas uma das formas de atuarem as guerrilhas.

(d) Em artigo publicado na revista *Exército*, podemos ler:

"A guerra de guerrilhas é uma ação bélica especial e irregular, que não é regida pelas normas gerais da guerra."

Definição negativa — logo, imprecisa. É baseada exclusivamente na maneira de proceder, que afirma não ser a mesma que a da guerra em geral.

(e) Noutro artigo, define-se:

“Guerra de guerrilha é o conjunto de ações que, — na retaguarda do inimigo, em tôda a extensão do território por êle ocupado, e de forma permanente, — realizem pequenas unidades do exército, com o objetivo de facilitar a atuação do exército regular, de manter o espírito de luta entre a população civil e de criar um ambiente tal que o exército inimigo desgaste seus meios ou se retire do país, por lhe faltarem as condições para viver e combater.”

Esta é mais completa do que as anteriores, notando-se que se baseia no espaço onde se luta, nas forças empenhadas, no tempo e na finalidade da luta.

Tratando-se de aplicar esta definição a casos concretos, verificamos que ela não é cabível em todos. Fala de uma retaguarda do inimigo, e conviria aclarar êste conceito, pois se o entendermos como “o espaço que se estende por detrás de uma força”, tal como está nos nossos regulamentos — onde se achava a retaguarda na Indochina, Cuba e Argélia, quando aí se iniciou a luta de guerrilhas? E se as guerrilhas devem ser pequenas unidades do exército regular — o que foram as guerrilhas da nossa guerra de independência, e as da Indochina, Cuba, F.L.N., etc? No que tange à finalidade, pressupõe também a existência de dois exércitos enfrentando-se.

(f) Para completar êste conjunto de definições, vejamos agora duas que figuram nos respectivos regulamentos do exército dos EE.UU. Primeiramente, no “Dicionário Terminológico do Exército dos Estados-Unidos” (320-5-1, Especial, de Ago 50) aparece, sobre guerra de guerrilhas:

“atividades levadas a cabo contra um inimigo por pessoal que segue devotadamente uma causa, mas não pertencente às forças militares organizadas e reconhecidas”.

Estriba-se esta nas forças que realizam o tipo de luta em estudo, mas neste mesmo aspecto está diametralmente oposta à definição anterior.

(g) Por último, o FM 31-15 (VI) “Operações contra ataques aéro-transportados, ação guerrilheira e infiltração” dá esta definição:

“A guerra de guerrilhas consiste em operações levadas a cabo por forças independentes, geralmente na retaguarda do inimigo. Estas operações são normalmente realizadas por forças irregulares, atuando nitidamente separadas ou mesmo em conjunto com forças regulares, — embora às vezes possam ser realizadas por forças regulares. O objetivo das guerrilhas é, em princípio, fustigar o inimigo, retardar e prejudicar suas operações militares. A guerrilha se caracteriza comumente pelo amplo emprêgo de táticas não ortodoxas.”

Agora, levaram-se em conta as forças participantes, o espaço, a finalidade e os procedimentos. É curioso observar-se como no exército norte-americano também não existe acôrdo sobre se o guerrilheiro deve pertencer ou não ao exército regular. (VII).

A vista de tôdas as definições apresentadas, dois detalhes despertam nossa atenção. É o primeiro, que na maioria delas se entende que existem dois exércitos regulares adversários, em cujo benefício (ou contra) as guerrilhas atuam; assim, excluem-se as ações guerrilheiras realizadas no quadro de uma guerra subversiva, anteriormente à criação ou atuação do exército regular rebelde (como já assinalado antes). O segundo detalhe é que, ao falar de "guerra de guerrilhas", compreende-se sempre a ação ofensiva de partidas ou guerrilhas, mas não a ação defensiva a cargo das forças inimigas que ocupam o território.

Isto está a exigir uma revisão da terminologia empregada, pois o conceito de "guerra" traz implícita a existência de duas forças antagônicas e, portanto, compreende tôdas as ações realizadas por ambas, dentro da guerra. É de se considerar, assim, que a expressão "guerra de guerrilhas" deve ser interpretada num sentido mais amplo do que os aqui mostrados, abarcando o conjunto de tôdas as ações, tanto dos guerrilheiros como dos antiguerrilheiros.

Na guerra regular, distinguem-se duas formas de ações, segundo se marche rumo ao inimigo, para atacá-lo, ou se espere a sua acometida, procure-se evitá-lo ou retardá-lo; num ou noutro caso, denominar-se-á "ação ofensiva" ou "ação defensiva". Anàlogamente, pode-se admitir que na guerra de guerrilhas seja cabível diferenciarem-se dois aspectos: o da ação desenvolvida pelas guerrilhas, que se pode chamar de "ação guerrilheira", e o das contraguerrilhas, que se pode denominar "ação antiguerrilheira". (VIII).

Assentadas estas premissas e julgando-se agora oportuno ensaiar uma definição, visando colocar em foco o problema em tôda a sua extensão, poderíamos dizer que —

"guerra de guerrilhas é a ação bélica especial, desenvolvida em um território, entre uma força que o ocupa e controla, e que pretende conservar esta situação, — e outra força constituída por grupos armados, a serviço de uma idéia, apoiados pela massa (ou por parte) da população civil que habita aquele território, e que constitui a retaguarda deles, — com a finalidade de cooperar, direta ou indiretamente, para o êxito das operações do exército regular próprio ou aliado, e de estorvar as do inimigo, ou de criar as condições necessárias para arrebatar o controle do referido território à força contrária".

Com esta definição (IX), de sentido amplo, dentro da qual é possível distinguir-se os dois aspectos mencionados — ofensivo ou "ação guerrilheira" e defensivo ou "ação antiguerrilheira" — devemos convir

que, tal e qual na guerra regular, a de guerrilhas conta com seus próprios princípios e atitudes, sua estratégia, sua tática, sua logística, sua organização, etc. (X).

Passaremos, agora, a uma breve análise da relação entre a "guerra de guerrilhas" e os outros três tipos de guerra (2).

d. Guerrilha e Guerra Convencional (ou atômica)

Ninguém duvida de que, em caso de uma guerra de qualquer destes tipos, — que poderiam ser agrupados sob a denominação de "guerra regular" — simultaneamente com a batalha dos exércitos haverá uma "guerra de guerrilhas", na retaguarda dos mesmos e na zona do Interior de cada um dos países beligerantes. A finalidade das guerrilhas será a já ressaltada, de facilitar as operações do respectivo exército e dificultar as do inimigo.

As operações de guerrilhas poderão servir a um fim tático (por exemplo, dificultar movimentos de reservas) ou a um fim estratégico (como inutilizar determinada indústria básica do inimigo). Portanto, estarão mais ou menos interligadas às operações regulares dos exércitos, ou no mínimo as beneficiarão indiretamente. Em consequência, a coordenação deverá realizar-se, via de regra, nos escalões mais elevados: Teatro de Operações, Comando Supremo.

e. Guerrilha e Guerra Subversiva

O terceiro tipo de guerra — a "subversiva" (XI) — não podendo desligar-se do uso das guerrilhas, apesar disto também não pode ser confundida com estas. São dois termos diferentes, mas relacionados.

Define-se a "guerra subversiva" como "a ação conduzida no interior de um território controlado por uma autoridade de fato ou de direito, considerada como inimiga por uma parte de sua população, ajudada e reforçada ou não do exterior, com o fim de arrebatara àquela autoridade o controle do referido território, ou ao menos de paralisar a sua ação". (3) (XII).

À primeira vista, esta definição se parece muito com a que foi apresentada anteriormente para "ação de guerrilha", porém cada qual responde a um conceito diverso. Aqui, fala-se de uma ação que se reveste de formas distintas: política, psicológica, de sabotagem, terrorista, militar, etc. Lá, refere-se a "ação bélica... realizada por grupos armados..."; poderá ser, portanto, uma forma de ação militar, no quadro da guerra subversiva.

(2) Veja-se "As Três Guerras", do Gen Díaz de Villegas — série de artigos publicados nos n.ºs 272, 275 e 278 da revista *Ejército*.

(3) Cel Rocolle: "As constantes da guerra subversiva" (*"Revue de Défense Nationale"*, Paris, fevereiro de 58.)

Nesta definição, vê-se que a finalidade que se persegue pela luta de guerrilhas, em uma primeira fase, é distinta da clássica, já que não há exércitos combatentes. As guerrilhas constituem-se no único elemento militar que, enfrentando o adversário, trata de conseguir "criar as condições necessárias para arrebatar o controle do território ao inimigo", isto é, de conquistar algumas bases para o exército regular, donde ele possa dar início às operações decisivas. Ainda que seja unânimemente aceito que a ação guerrilheira não pode chegar a decidir a contenda, por si só, o fato é que a experiência demonstra que, em certas ocasiões, ela pode criar um clima capaz de provocar uma solução (como nos casos de Cuba e Argélia). Numa fase final, surge então o exército regular, do mesmo partido das guerrilhas, e a ele caberá agir decisivamente. Somente a partir deste momento as guerrilhas atuarão na sua forma clássica, ou seja, estorvando as operações do exército inimigo e facilitando as do seu próprio.

"Sob o aspecto militar, o exército se apresenta em três estágios: guerrilhas, tropas provinciais e tropas regulares; as duas primeiras servem para proteger a força regular, à qual são dispensados todos os cuidados". (4).

A guerra de guerrilhas é um meio militar que a subversão adotou e que emprega em larga escala, pois, como disse Mao-Tse-Tung, "um exército vermelho, força principal, sem o apoio da população em armas e da guerrilha, seria um guerreiro maneta".

— II —

A AÇÃO GUERRILHEIRA

a. A ação guerrilheira pode ser definida como "um aspecto da guerra de guerrilhas, consistindo na ação bélica especial desenrolada num território ocupado e controlado pelo inimigo, por uma força constituída por grupos armados, a serviço de uma idéia, apoiados pela massa ou por parte da população civil habitante desse território, e que representa a retaguarda deles — com a finalidade de cooperar, direta ou indiretamente, para o êxito das operações do exército regular amigo (nacional ou aliado), e de estorvar as do inimigo, ou criar as condições para arrebatar deste o controle do referido território". (XIII).

Passemos agora a considerar alguns pontos importantes da guerra de guerrilhas, sob o prisma da ação guerrilheira.

b. Os Princípios

Devemos convir em que os princípios que regem a guerra regular são perfeitamente aplicáveis à luta de guerrilha: vontade de vencer, ação combinada, surpresa, liberdade de ação, economia de forças, aproveitamento do êxito. (XIV).

(4) Veja-se "A guerra revolucionária e a arma psicológica" — conferência pronunciada pelo Cel Lacheroy, na Sorbona (2 Jul 57).

Nossa doutrina provisória destaca, como princípios fundamentais de emprêgo das guerrilhas, a "surpresa" e a "audácia".

Vendo-se os chamados "Sete Pontos principais da tática de guerrilhas", que figuram em um documento vietnamita divulgado pela 2ª Seção do EM das Forças Terrestres Norte-Vietnamitas, e que foram aplicados na China, Indochina e Argélia, encontram-se os seguintes: inteligência, iniciativa, força de vontade, decisão, segredo, rapidez e perfeição.

Deve-se juntar a êstes princípios um outro, que, conforme o juízo de destacados técnicos neste tipo de luta, é o mais importante: o da "solidez da retaguarda". Mao-Tse-Tung, ao analisar as constantes da guerra revolucionária (e o que são elas, senão os princípios?) (XV), dizia: "Distingo cinco, porém o primeiro é o mais importante dos fatores que atuam constantemente: o da solidez da retaguarda." "A solidez da retaguarda coloca-se à frente do número e qualidade das divisões, do armamento destas, da capacidade de organização dos quadros do exército." E acrescentava: "Quando é preciso passar à contra-ofensiva, deve-se pensar nos fatores, que são, naturalmente: o inimigo, o terreno, a missão, os meios; porém só há um que é realmente essencial: a solidez da retaguarda. Se não se conta com esta, nem vale a pena começar." Princípio que se deve considerar antes de iniciar uma ação de guerrilhas, assegurando-se a existência de uma retaguarda estável, compacta, capaz de suportar o peso da luta. Se não se dispõe dela, há que tratar de conseguí-la e se não se consegue, "não vale a pena começar".

Todavia, dissemos (ao definir a ação guerrilheira) que sua retaguarda é constituída pela população civil que habita o território convulsionado, — sendo esta a característica diferenciativa dêste tipo de guerra: a superposição, em um mesmo espaço geográfico, da zona de combate e da retaguarda. (XVI).

Portanto, conforme já se disse (5), "o problema número um é o de ter na mão as populações que servem de apoio a esta guerra, e no meio das quais ela tem lugar. Quem as atrair para seu lado ou as puser na mão — já terá vencido". E o Cel Demange afirmou: "condição imperativa, primordial, é o apoio da população, obtida voluntariamente ou, à falta de coisa melhor, conseguido pela violência". Esta premissa não implica em que, necessariamente, a totalidade da população deva estar do lado das guerrilhas, para que estas possam iniciar sua ação. E' ainda Demange quem diz:

"Miksche considera viável a fórmula a seguir: 2 a 3% sòmente de rebeldes ativos, apoiados por uns 10 a 20% de simpatizantes; o resto do país, desejoso acima de tudo de poder viver em paz, manterá em relação a êles uma atitude passiva e inclusive hostil. (XVII). Quando os habitantes, em sua maioria, tiverem aderido espontâneamente às

(5) Cel Lacheroy — ver obs. (4).

idéias e fins pelos quais luta a guerrilha, — é fácil a tarefa desta.” “Creio que devemos abandonar por completo o conceito de que as guerrilhas se bastam por si mesmas, com a “colaboração” de alguns elementos da população civil. Importante, fundamental, não é o número dos colaboradores, mas o fato de existir uma verdadeira organização paralela à das guerrilhas, encarregada de criar, manter e ampliar a retaguarda.” “O controle ou a conquista da população repousa na existência de uma organização político-militar-territorial conducente à militarização.”

Essa organização — que cumprirá as funções da “base logística” e de grande “rede de informes” — deverá estar forçosamente arraigada na massa da população, e em íntima coordenação com as guerrilhas. Quando se contar com a população, ainda que somente de forma reduzida, mas com perspectivas de ampliação, — aí, as guerrilhas poderão iniciar sua ação. Intentá-lo antes seria “puro romantismo” (Cel Demange).

c. Os Processos

É lógico que os processos empregados numa guerra de guerrilhas diferem dos empregados numa guerra regular; o que se compreende facilmente, já que esse tipo de luta se desenvolve em condições totalmente diferentes. Esta circunstância, que lhe valeu a denominação de “guerra irregular”, cremos não deva ser interpretada de modo absoluto, mas até bem geral.

A luta de guerrilhas se processa em forma de pequenos combates independentes, a cargo de diferentes grupos, entre os quais não é necessária uma estreita coordenação (XVIII), como ocorre na guerra regular, entre duas unidades vizinhas. Naquela luta será possível maior iniciativa, não condicionada por normas nem por regulamentos (XIX). A prática de estratégias, de ardis, será a todo momento usada, à procura da surpresa.

Porém, não quer dizer que os procedimentos sejam sempre irregulares. Algumas vezes, ao menos em certas fases da ação, o “modus operandi” da guerrilha será idêntico ao adotado por uma pequena unidade no ataque a objetivo semelhante, na guerra regular. (XX).

Aqui poderíamos dizer, em coerência com a nossa doutrina, que — a aplicação acertada, em cada momento, dos procedimentos mais adequados, exprime bem a capacidade de um chefe guerrilheiro.

d. Estratégia

A luta de guerrilhas tem suas próprias normas e constantes estratégicas, que importa estudar e conhecer. Geralmente não se aborda este aspecto do problema e, além do mais, não se distingue dos aspectos tático e logístico, que costumam ser tratados em mais profundidade e mais detidamente. A sua importância, mesmo assim, é fundamental.

Numa ação guerrilheira, a estratégia responderá, entre outras, às perguntas abaixo:

— *Quando?* — Vimos que, para ter garantia de êxito, é preciso preparar a retaguarda, dando-lhe a necessária solidez. Esta preparação ficará normalmente a cargo de elementos alheios às guerrilhas, se bem que, eventualmente, possam estas próprias colaborar para aquele fim. A organização guerrilheira, por sua vez, ir-se-á processando dentro de certos prazos. Estes fatores, além de outros de diversa natureza, indicam qual o momento mais propício para ser desencadeada a guerra de guerrilhas.

— *Onde?* — O terreno é fator essencial neste tipo de luta. As regiões acidentadas e dificilmente acessíveis aos meios motorizados são tradicionalmente reputadas como favoráveis às guerrilhas. Porém, não é menos certo que, para que as suas ações tenham real efeito, deverá o inimigo ter necessidade daquelas regiões. (XXI). Afirma Mao-Tse-Tung que não interessa aos guerrilheiros permanecer nos desertos, porquanto o inimigo não vai aos desertos... E há mais: entre várias regiões, umas serão mais valiosas, pelos objetivos que contenham, do que outras. A estratégia é que definirá onde vai ser feito o esforço principal, ou seja, onde se conduzirão as operações com maior intensidade.

— *Para que?* — Eis a finalidade. Será preciso marcar objetivos gerais e os fins a atingir na luta de guerrilhas. Tudo isto coordenado e em benefício das operações do exército regular (se existir), ou de acordo com a política geral da guerra — seja regular, seja subversiva.

e. Tática

A tática responderá à pergunta: “como levar a cabo as operações para alcançar os objetivos propostos”?

Toda operação guerrilheira deverá ser preparada minuciosamente, baseando-se em informações amplas e de confiança. Tem-se que ter em mente que “se a vitória não está assegurada, é preciso saber abandonar o plano de ataque e aguardar ocasião mais favorável” (conforme consta dos “Sete Pontos...”, já referidos).

A atenção para tais minúcias se impõe principalmente visto como, uma vez demarrada uma ação, quando a guerrilha houver iniciado seu movimento em demanda do objetivo, por grupos dispersos, será muito difícil — talvez impossível — modificar o plano traçado, a não ser que haja facilidade de ligações. O segredo, preocupação constante da guerrilha, há de ser conservado antes, durante e após as operações. Não é possível pensar-se em ligações rádio, pois, dada sua vulnerabilidade, seriam sem tardança localizadas as estações pelo serviço de escuta inimigo. Cada grupo, cada homem saberá por onde aproximar-se do objetivo, o que lhe tocará fazer e por onde se retirará, para que tudo seja executado com o máximo segredo e rapidez.

f. Logística

A logística responderá à pergunta — “com que”? Repetimos que as guerrilhas se apóiam em sua retaguarda, constituída pela população civil. Em princípio, aproveitarão ao máximo os recursos naturais oferecidos pela região. Como certos elementos, notadamente armamento e material, não poderão ser conseguidos assim, e outros escassearão ou não serão suficientes — devido ao contróle exercido pelo adversário, que por este meio estará minando a organização guerrilheira — haverá que valer-se de outras fontes, tais como depósitos secretos, estabelecidos previamente (se possível), e abastecimentos oriundos do exterior, transportados por meios aéreos, navais ou terrestres.

Por outro lado, pensar em sustentar uma guerra de guerrilhas exclusivamente com estes últimos meios seria bastante arriscado. Não se olvide que “o fator essencial da superioridade do guerrilheiro sobre o soldado regular é a simplicidade das exigências daquele” (segundo Rougeron); e que o guerrilheiro pode satisfazer a maioria de suas necessidades básicas valendo-se dos recursos da área em que combate.

O problema logístico deve estar resolvido antes de se iniciar a luta de guerrilhas. Será um ponto importantíssimo a se encarar nas fases que precederam àquele início.

Finalmente, considerando-se (com o Cel Demange) que “a guerrilha é a estratégia de 1 contra 10, a tática de 10 contra 1, a ação psicológica de 1 que vale 100”, — poderíamos agora dizer que é também “a logística da exploração de cem por cento de recursos locais”.

g. Organização

Todos os que se preocupam com este problema — ou, pelo menos, a maioria — estão acordes em que a guerra de guerrilha já não pode ser improvisada: tem de ser preparada. (XXII).

Há tratadistas que a consideram como uma “arma de dissuasão” muito eficaz. Diz o Cel Demange: “o próprio fato, que não pode ser ignorado, da preparação para a luta de guerrilhas, demonstrará ao agressor em potencial a resolução do povo, a sua indômita vontade de lutar pela sobrevivência; isto será o mesmo que se possuir a bomba atômica: um poderoso fator dissuasivo da guerra”.

Entendemos que a organização guerrilheira deva reunir três características fundamentais:

1.ª — Territorialidade.

Cada partida ou guerrilha terá uma zona designada, dentro da qual atuará. Isto se impõe por duas razões: a de que todos os homens da guerrilha devem conhecer perfeitamente o terreno e a população em cujo meio operam; e a de que é necessário evitar interferência dos diferentes bandos entre si, ao mesmo tempo permitindo-lhes ampla iniciativa dentro das diretrizes recebidas.

As hierarquias guerrilheiras, preparadas e reconhecidas com antecedência, também se adaptarão a este critério de territorialidade, (XXIII) devendo ser recrutadas dentro da zona onde vão exercer a chefia.

2.^a — *Flexibilidade.*

Na organização das guerrilhas, esta é uma qualidade que será levada em particular conta. Se as guerrilhas vão atuar em zonas diferentes — pelo terreno, a demografia, o caráter individual e o grau de receptividade à influência guerrilheira — é lógico que não poderão ter a mesma constituição.

Fixar uma “guerrilha-tipo”, com um determinado número de homens, (XXIV) seria como “regularizar” o instrumento de uma guerra irregular. Para os restritos fins de dar instrução tática de guerrilhas, será aceitável estabelecer-se uma organização padrão, porém isto na prática não parece conveniente, nem sequer possível, como mais adiante vamos ver.

Não é a quantidade, e sim a qualidade, o que é verdadeiramente importante. Em toda guerrilha haverá uma série de funções, de combate e técnicas, que precisarão ser desempenhadas por homens capazes. Tais funções poderão ser fixadas, de um modo geral; mas não o número de indivíduos de cada uma delas, que devam constituir a guerrilha. Este número somente será estabelecido em função das circunstâncias concorrentes, em cada caso particular, com as limitações de um mínimo julgado indispensável à eficiência da guerrilha, e de um máximo imposto pela segurança e pelos recursos de toda espécie de que poderá dispor.

Assim, vemos que na obra “Aspectos gerais da luta de guerrilhas” (anteriormente citada) está dito que o efetivo da guerrilha varia entre 40 e 200 homens. Alguns tratadistas reduzem esses limites para 20 e 150. O certo é que se aceita uma ampla margem de variação.

Ademais disto, dentro da guerrilha convém distinguir duas organizações, que poderíamos denominar “de comando” e “operacional”. A organização “de comando” compreende todas as pessoas que a integram. A “operacional” se adota para cada ação específica, e desta depende obviamente. A primeira se constituirá de combatentes, especialistas em comunicações, destruições, saúde, etc; a segunda, somente de quem a mais seja necessário para a operação em vista. (XXV).

3.^a — *Progressividade.*

Do ponto de vista orgânico, a guerrilha deve ser flexível, ter vida própria, e não ser um elemento estático. Além de suas missões peculiares, caber-lhe-á a tarefa de recrutar indivíduos, instruí-los e com eles organizar e adestrar novas guerrilhas.

Há que considerar que um dos recursos que oferecem as áreas sob ação de guerrilheiros é precisamente o potencial humano. As baixas nas

guerrilhas têm de ser cobertas com partidários da sua causa, que a elas queiram incorporar-se. Se lhes faltar instrução, tem-se que ministrá-lhes; de qualquer forma, treiná-los neste tipo de luta e no perfeito conhecimento da região.

Os bandos surgirão espontaneamente ou orientados por elementos especialmente dedicados a esta tarefa (dos quais se falará depois); também ocorrerá que muitos indivíduos irão recompletar bandos já existentes, ou engrossar suas fileiras, chegando a ser impositiva a necessidade e a conveniência de fracionar-se em dois, dividindo-se igualmente a zona de ação. Este processo se repetirá quantas vezes haja interesse, resultando assim uma reação em cadeia.

As pequenas unidades ou os indivíduos do exército regular que tenham sido ultrapassados pelo inimigo e que não contem com possibilidade alguma de se reunir às suas forças, deverão constituir-se em guerrilhas; porém, isto só poderá ser feito com bons resultados quando já exista uma organização de guerrilheiros (ou quinta-colunas) na área, que os acolha e os proteja, inicialmente. A não ser assim, pensando numa guerra futura, cremos que seria de se esperar a anulação, em curto prazo, daqueles elementos. Não nos esqueçamos de que o nosso provável inimigo — o comunismo — é mestre na guerra de guerrilhas, da qual tem larga experiência; conhece perfeitamente a técnica de controle da população e, desde o primeiro instante, contará com simpatizantes e partidários ideológicos, que atuarão em seu benefício. (XXVI).

h. O Exército e a Guerra de Guerrilhas

Enfim, qual será o papel do exército regular relativamente à guerra de guerrilhas?

Pensamos que isto poderia ser respondido, — em termos gerais e cingindo-nos aos aspectos abordados neste trabalho, — com quatro palavras somente: preparar, provocar, controlar e apoiar (a ação guerrilheira).

1.º — Preparação.

Compreenderá a organização e a instrução das guerrilhas e das hierarquias guerrilheiras territoriais. Esta preparação se efetuará desde o tempo de paz e será continuada mesmo depois de iniciada a luta no território ocupado pelo inimigo. Inclui-se nesta tarefa, por exemplo, a instrução no manejo de armamento e material fornecido às guerrilhas, e que não sejam bastante conhecidos.

2.º — Provocação.

Mesmo que na retaguarda inimiga haja ambiente favorável ao desencadeamento duma guerra de guerrilhas, nos primeiros momentos pesará sobre a população uma inércia que normalmente retardará o

comêço da luta. Será preciso que os habitantes sejam provocados e estimulados, mediante intensa ação psicológica e pela aparição dos primeiros bandos guerrilheiros. (XXVII).

Esta provocação, esta faísca iniciadora, irá sendo repetida em diversos pontos, que logicamente se distribuirão segundo uma concepção estratégica do comando.

3.º — *Contrôle.*

Este deve-se entender no sentido de fixação de diretrizes, que naturalmente serão coerentes com as operações do exército regular e com a política de guerra desta facção. Também terá o sentido de encaminhar e fiscalizar a atuação das forças guerrilheiras na sua forma correta.

Deve-se supor que ao lado das guerrilhas promovidas e organizadas pelo que poderíamos chamar organismo oficial guerrilheiro, aparecerão outros grupos combatentes, surgidos espontaneamente, fruto do espírito de resistência da população, que atuarão por conta própria, alheios às diretrizes emanadas do comando. Alguns tratadistas opinam que tais grupos não participam da guerra de guerrilhas; seja como fôr, este fenómeno, que precisamente se dará com tanto maior profusão quanto maior seja a fortaleza espiritual da população, lançada decididamente à luta contra o opressor, — deve ser aproveitado adequadamente. Não se podem deixar entregues à própria sorte estas guerrilhas “não controladas” (ou “fora de contrôle”); ao invés, é necessário tratar de incorporá-las à organização guerrilheira. E não será este um aspecto importantíssimo do encargo geral de contrôle, pelo exército?

Coisa diferente poder-se-ia dizer daquelas hostes que, convidadas a se incorporarem ao movimento oficial guerrilheiro, neguem-se a acatar ordens e pretendam fazer campanha por sua conta, buscando outros fins, tais como o lucro pessoal. Serão seus componentes nada mais que bandoleiros e como tais deverão ser considerados.

4.º — *Apoio.*

Quando tratamos de logística, vimos que as guerrilhas se apóiam sobretudo em sua retaguarda — que é a população civil. Porém, como isto nem sempre é suficiente, podem precisar ser abastecidas de fora, quanto a alguns itens, tais como armamento, material de comunicações, explosivos, etc. Esta será outra importante responsabilidade do exército regular. Em ocasiões menos frequentes, poderá apoiá-las com outros meios, para certas operações (ações aéreas, comandos, etc.).

Esclareçamos que êsses quatro encargos, expostos de maneira sucinta, não se apresentarão em toda sua amplitude, em qualquer tipo de guerra de guerrilhas em que o exército tenha de cooperar. Não se deve pensar unicamente nas hipóteses de ocupação parcial ou total do nosso território por um inimigo, mas também de intervenção nossa em território ocupado por ele — seja em um país aliado limítrofe, seja até no próprio país inimigo.

Para se desincumbir de tôdas essas missões, o exército necessita dispor, além de um órgão diretor (6), de equipes especialmente preparadas e treinadas, e contar com uma doutrina que lhes sirva de orientação. Sua tarefa seria organizar, instruir, controlar e abastecer um núcleo importante de guerrilhas. Sua composição, na base de uns 15 a 20 homens, compreenderia, em princípio, especialistas em armamento, destruições, comunicações e saúde. Para infiltrar-se em território inimigo, por terra, mar ou ar, deveriam estar habilitados em pára-quedismo, esquiação e natação submarina.

É assim que a questão tem sido encarada em alguns Exércitos estrangeiros. Por exemplo, no dos EE.UU. existem os chamados Grupos de Forças Especiais (7), formados por equipes de composição variável com a missão, ainda que tendo estrutura similar; e essa missão é "infiltrar-se por terra, mar ou ar, até a retaguarda inimiga, e organizar, instruir, abastecer, controlar e dirigir um "regimento" de guerrilhas, para levar a cabo operações dêste tipo". (XXVIII).

Não é normal que o exército regular — por si mesmo, isto é, por meio de suas unidades — realize a guerra de guerrilhas (dizendo-se exército quer-se referir à organização e não aos indivíduos que o integram).

O fato de que na instrução militar se inclua um ciclo de guerrilhas, e de que todo soldado ou unidade ultrapassada pelo inimigo tenha a obrigação de prosseguir lutando como guerrilha (caso não possa voltar ao seu elemento), — não deve levar-nos à idéia de imaginar a guerra de guerrilhas como o combate de pequenas unidades de forças regulares na retaguarda inimiga. Isto se encaixaria melhor na moderna concepção da tática de "infiltração" (8), mesmo assim não o seria no exato sentido que hoje se dá a esta forma de luta. Não devemos confundir o fato de que a guerrilha deva ter uma organização militar, com o de que deva pertencer ao exército regular. O exército que faz a guerra de guerrilhas é o organismo militar guerrilheiro; seu soldado — o guerrilheiro — é único, qualquer que seja sua procedência (civil ou militar).

O exército regular está voltado para a missão que lhe foi atribuída: travar a batalha decisiva com o exército inimigo. Para êste fim, "explorará" a guerra de guerrilhas, não significando isto que tenham que ser suas unidades as que sustentem esta espécie de luta. Se assim fôsse, seriam cabíveis, entre outras, as seguintes perguntas: — não se afrouxaria o estímulo da população civil, permanecendo em atitude passiva, ao ver seu exército combatendo de uma maneira que a ela caberia? —

(6) O Dept. de Serviços Estratégicos dos EE. UU. desempenhou esta função na 2ª G. M.

(7) Veja-se "Um critério norte-americano sobre a criação de forças guerrilheiras", pelo Cap Pezele — trad. na revista Ejército, n. 237.

(8) Leia-se "Reflexões sobre a infiltração", pelo Cap Martin Cifuentes Y Miró — revista Ejército, n. 278

como seria possível, nestas condições, levar-se a luta organizada ao interior do país inimigo? — não constituiria um desperdício de forças, em detrimento da missão principal? — não se estaria abrindo mão da vantagem de mobilizar os recursos humanos existentes no território sob ocupação inimiga, com os quais se aumentaria nosso próprio potencial humano?

— III —

CONCLUSÃO

A guerra de guerrilhas não se concebe hoje como um fato espontâneo; (XXIX) a ela se atribui prévia preparação e organização.

Incumbe aos organismos da Defesa Nacional sua preparação, que terá dois ramos: um militar, outro civil. O primeiro, com vistas à organização e atuação das guerrilhas, como tais; e o segundo, voltado para a criação de uma retaguarda que sustente e apóie aquelas, no país. (XXX).

Para que isto seja possível é indispensável uma doutrina, que unifique critérios e que oriente numa mesma direção todos os esforços realizados neste campo.

Condição fundamental para o êxito de uma guerra de guerrilhas é contar com a participação ativa da população civil. Não sejamos por demais otimistas e pensemos que a ideologia comunista se mostra tentadora para certas camadas populares. Nossos inimigos não vacilarão em mentir e em adotar o disfarce mais conveniente, para conseguir para si o apoio dessa população, pôsto que conhecem o seu real valor por sua grande prática em subversão. Assim como houve pró-franceses durante a invasão napoleônica em Espanha, poderá haver colaboracionistas numa guerra futura.

Entretanto, não é menos certo que nosso povo, por seus tradicionais valores morais, por seu espírito da independência e religiosidade, e por sua própria experiência do que se pode esperar do comunismo, — se fôr o caso, saberá demonstrar uma vez mais ao mundo seu valor e abnegação. (XXXI).

— IV —

NOTAS DO TRADUTOR

I) Aplicável ao nosso Exército, embora sob o aspecto de instrução, prática, objetiva, ainda nos achemos muito aquém do que seria desejável, e é imprescindível e urgente atingirmos.

II) Não é comum a sinonímia referida pelo A. A guerra de guerrilhas é uma das várias formas de atuação numa guerra, — seja revolucionária, insurrecional, subversiva (e nestes casos ela avulta como fator da máxima importância), seja até convencional (quando ela será meramente um meio subsidiário de ação). Ver a respeito a "Conceituação de Aspectos da Guerra Moderna", do EMFA, no Mensário de Cultura Militar (Jan, Fev (62)).

III) Não existe propriamente divergência, quanto a isto: ambas as formas podem aparecer, segundo as circunstâncias, as possibilidades, as missões. A segunda é a mais comum.

IV) "Comando", com "guerrilha" pode ser confundido, pois têm alguns aspectos comuns, como sejam: a relativa independência, a audácia, a violência, a surpresa. Mas são essencialmente diferentes, quando caracterizados em detalhe. Por outro lado, todo guerrilheiro é potencialmente um sabotador, um terrorista; mas um destes, sobretudo o urbano, não possui necessariamente as condições para ser um guerrilheiro.

V) Os espanhóis denominam "guerra de independência" a que fizeram contra o reinado de José Bonaparte (1803-1813), em verdadeira "guerra insurreccional", — conforme a referida conceituação do EMFA. Ainda segundo esta, as "guerras subversivas" citadas pelo A. seriam "revolucionárias", dada a sua inspiração comunista.

VI) O FM 31-15, de Mai 61 — "Operações contra forças irregulares" — substituiu o FM 31-15, de Jan 53; parece ter sido este o consultado pelo A., pois o FM 31-15 mais antigo (de Set 41) não tratava de guerrilhas ("Operações na neve e em frio extremo")....

Diz agora o vigente:

"São variáveis as táticas empregadas pelas forças irregulares; entretanto, as que se seguem são comuns a todas elas:

(1) Táticas de guerrilhas — visam a debilitar o inimigo e obter o apoio da população; seguem preceitos bastante conhecidos: "se o inimigo ataca,... (etc.)."

Mas o A. não cita o FM 31-21 (de Set 61) — "Guerra de Guerrilhas e Operações de Forças Especiais" — que, no n. 5, define aquele tipo de guerra, e no n. 6 dá as suas características, abordando ligeiramente: apoios de que precisa (a guerrilha), aspecto políticos e legais, táticas que adota, e como se desenvolve. A conceituação é a seguinte: "A guerra de guerrilhas compreende operações de combate, conduzidas num território dominado pelo inimigo, a cargo principalmente de forças nativas, em condições militares ou paramilitares, com o objetivo de reduzir a eficiência combativa, a capacidade industrial e a força moral do inimigo. As operações de guerrilhas são realizadas por grupos relativamente pequenos, empregando táticas ofensivas. A guerra de guerrilhas se usa em apoio a outras operações militares" (regulares).

VII) Embora, realmente, entre as duas últimas definições (USA) haja uma diferença no modo de afirmar qual a origem dos guerrilheiros, a segunda delas deixa claro que, embora estes as mais das vezes sejam civis, e ajam independentemente, poderão ser elementos militares capacitados, convenientemente treinados; e, neste caso, forçosamente ligados às forças regulares. Cremos que o assunto, nesta última definição, está bem conceituado e bem explicado, e é aproveitável, quer para a guerra

convencional, quer para a revolucionária (após determinada fase de desenvolvimento). Ainda mais: é interessante notar que, na 2ª G.M., a doutrina russa fixava que o emprêgo de guerrilheiros, mesmo quando agissem em grupos mais ou menos independentes, seria coordenado por um Estado-Maior Central, diretamente subordinado ao Comitê Central do PCUS ("Doutrina Militar Soviética", 2º Vol., Bibliex, 1957 — R. L. Garthoff, trad. pelo Cel Paulo Enéas Ferreira da Silva.)

VIII) Tanto faz dizer-se "contraguerrilha" como "antiguerrilha". Suas ações, que se fazem para opor-se às das guerrilhas inimigas, compreendem ações de guerrilhas, também, ou ações de tropas regulares, — ou de ambas, colaborando mutuamente.

IX) Nesta definição, da lavra do A., ressaltam logo dois pontos: que samente um dos lados parece estar "a serviço de uma idéia"...; e que a população civil é a própria "retaguarda" das guerrilhas (conceito este muito bem aplicado, e que não é original — outros autores já o usaram). Quanto ao primeiro ponto, cumpre assinalar que é geralmente mais difícil (na guerra revolucionária) incutir-se a compreensão do dever democrático até o sacrifício, no antiguerrilheiro, do que preparar-se o guerrilheiro comunista, depois de "trabalhado" ideologicamente no sentido do ódio, da luta de vida ou morte.

X) No que respeita aos princípios, é discutível. A opinião mais aceita, e bastante lógica, é a de que a "guerra de guerrilhas" tem alguns princípios peculiares, mas obedece também àqueles clássicos "princípios de guerra" — imutáveis, se bem que adaptáveis. Poderíamos, no caso das guerrilhas, dar ênfase aos seguintes:

1) objetivo — 2) ofensiva — 3) surpresa — 4) segurança — 5) economia de forças — 6) massa.

O número de Fev 61 da Military Review (Ed. Bras.), o nº de Mar 57 da mesma revista, e diversos artigos dessa e de outras publicações (como "A Defesa Nacional") têm abordado a interessante questão dos "princípios de guerra".

XI) O que diz o A., para a guerra subversiva, é válido para a revolucionária (de que alguns estudiosos consideram aquela como parte integrante, como o seu período inicial — subversão); igualmente o é para a insurrecional (que tem também seu período subversivo, distinguindo-se da guerra revolucionária, sobretudo, pela inexistência da motivação comunista).

XII) Esta definição é coerente com os conceitos franceses, — firmados pela Escola Superior de Guerra, de Paris, em 1958. Difere da definição hoje recomendada pelo EMFA, e se aproxima bastante da que damos à "guerra insurrecional". (Ver M.C.M., citado na Nota II.)

XIII) Esta definição é a da lavra do A., já vista anteriormente ("guerra de guerrilhas"), retirados os aspectos que seriam de ação antiguerrilheira.

XIV) Ver nota VIII.

XV) O que o A, parece aceitar como "princípio", e que Mao analisa como "constantes", são os nossos velhos e permanentes "fatores da decisão": missão — inimigo — terreno — meios. Princípios, mesmo, não o são estes; mas a "estabilidade da retaguarda" é princípio de guerra exclusivamente soviético, como o são "Armamento (qualidade)", "Comandos (competência)" e "GU (valor e quantidade)".

XVI) "Zona de Combate", aqui, está empregado em sentido genérico: área em que se travam os combates. Não se atribua à expressão aquele caráter delimitativo, da guerra convencional, em que apareceria como a parte anterior do TO, por sua vez dividida em zonas de ação das grandes unidades (Ex, CEx, Div).

XVII) Esta idéia de que a população civil da área, desejosa de paz, poderá manter-se alheia aos guerrilheiros, e até ser-lhes hostil, é em parte verdadeira, como assinala Roger Hilsman, em "O que Giap não disse" (tradução do 1º Ten FN Sérgio S. Sanctos, in Boletim do Clube Naval, 3º trimestre de 64). No entanto, há que observar que, apesar dessas possíveis disposições da população, pode ela ser levada a apoiar efetivamente os guerrilheiros, pela ameaça, pela violência, para evitar mal maior, enfim, pelo terror. Isto será tanto mais provável quanto mais ativos e vitoriosos estiverem sendo os guerrilheiros, e paralelamente, mais tímidas, omissas e débeis as forças legais.

XVIII) A afirmativa é discutível. Sobretudo depois de as guerrilhas terem alcançado certo vulto (áreas, efetivos), como no Vietnã, suas ações sujeitam-se a mais rígido controle e coordenação, em que pese a autonomia (relativa) para o cumprimento da missão específica de cada grupo guerrilheiro.

XIX) No começo das ações de guerrilhas, é assim. Mas, à proporção que estas vão-se ampliando, em todos os campos, sua organização e preparação vão se tornando cada vez mais cuidadosas — com campos de treinamento, manuais de instrução, regulamentos, ordens especiais, etc. As normas de conduta, em particular — quer dentro da unidade guerrilheira, quer no trato com os civis — são incisivas, e seu descumprimento, freqüentemente, é pago com a vida. Exemplos disto tudo se acham no "Relatório sobre a agressão norte-vietnamita ao Vietnã do Sul", divulgado pelo Departamento de Estado dos EE.UU., em 27 Fev 65. (Publicação em português pela Bloch Editores S.A. — Rio, 1965 — sob o título "A Verdade sobre o Vietnã.")

XX) Casos típicos desta similitude, vamos encontrar na publicação da Bibliex (vol. 30, de 1964), "Ação das Pequenas Unidades Alemãs na Campanha da Rússia" — tradução do Ten Cel Celso dos Santos Meyer.

XXI) De um modo geral, a guerrilha necessita de certa área, para um de dois fins: — para ser usada como base e refúgio, facilitando o acoitamento dos guerrilheiros e a defesa destes contra as atuações an-

tiguerrilheiras (como exemplo, podemos citar a Sierra Maestra de Cuba e, atualmente, as selvas meridionais siamesas, trazendo um nôvo lance ao xadrez complicado do SE da Ásia); — e para ser usada na ampliação das conquistas territoriais (e humanas), ao mesmo passo que, dessa área, vai sendo aliado o inimigo (tanto no sentido físico como no psicológico). As duas observações do A., no texto, cabem respectivamente em cada uma das finalidades citadas.

XXII) O nosso manual C 31-20 ("Operações contra Guerrilheiros") estuda as maneiras como a guerrilha — assim chamado o bando guerrilheiro — pode ser formada, e admite dois casos: o da formação regular, digamos programada; e o da formação espontânea, em que ela surge, cresce e atua, até certo ponto, sem qualquer norma prévia. A guerra de guerrilhas, para valer-se das guerrilhas improvisadas, deverá primeiramente enquadrá-las, coordená-las para delas obter o máximo.

XXIII) O raciocínio é verdadeiro também para as ações de anti-guerrilha. É muito interessante a concepção que destas nos apresenta o Cel do EM do Ex Português, Hermes de Araujo Oliveira, em um dos seus vários e ótimos estudos sobre os problemas da guerra revolucionária e subversiva. Diz êle ("Subsídios para uma estratégia de reação" — "A Defesa Nacional" Jul-Ago 65)

"Impõe-se a implantação de um sistema apropriado, que cubra por completo o território. Este será dividido em malhas, — regiões, zonas, setores e subsetores — a serem ocupadas por forças de volume sucessivamente decrescente. Cria-se, desta maneira, uma quadrícula, tanto mais eficiente quanto mais apertadas forem as suas malhas elementares". "O dispositivo, pois, deverá ser implantado não sobre o terreno topográfico, como na guerra clássica, mas sobre a população, verdadeiro terreno em que se desenvolve a luta subversiva e seu único objetivo". De passagem, aponte-se o valor que o citado autor atribui às implicações psicológicas, que formam o íntimo desses tipos de guerra.

XXIV) O A. refere-se apenas a efetivo, mas o mesmo se poderia dizer quanto às especializações do pessoal, ao material a conduzir, etc.

XXV) A organização "de comando" seria, então, uma espécie de "núcleo-base" da guerrilha. E neste caso seria uma verdadeira "guerrilha-tipo", embora contando com a flexibilidade indispensável ao cumprimento das mais variadas missões. Este aspecto não parece bem explícito, no texto.

XXVI) Pela leitura desse período, é reforçada a convicção, que o A. deseja mesmo reafirmar, de que as tropas regulares também precisam ter instrução para atuar como guerrilhas (ou, mais apropriadamente, como antiguerrilhas). E cremos deva ser intensa, objetiva e prioritária essa instrução, pela sua oportunidade e importância, aqui no Brasil.

XXVII) Segundo as conceituações que o EMFA recomenda, e que adotamos, difere a "ação" psicológica da "guerra" psicológica em ser esta feita sobre o inimigo, enquanto que aquela se faz sobre os nossos. Em conjunto, o trabalho feito pode ser denominado "operações psicológicas"; muitos autores preferem "fôrça psicológica" (ao nível das demais "Fôrças" clássicas), ou ainda "arma psicológica" (comparável às Armas militares)...

Lembremo-nos de que, na situação apresentada pelo A., o próprio aparecimento das guerrilhas desencadeará, reforçará ou decidirá dos resultados da ação psicológica, na região.

XXVIII) O FM 31-21, citado na Nota VI, contém todos os assuntos relacionados com as Fôrças Especiais do exército norte-americano.

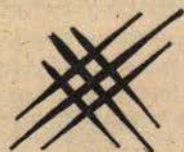
Estas Fôrças — que são pára-quedistas ("Airborne Special Forces Group") — têm a missão assim especificada, naquele manual (Ed. 1961, Cap 4): "... fomentar, organizar, equipar, treinar e dirigir fôrças nativas na conduta de guerra de guerrilhas"... "podem também aconselhar, treinar e assistir (essas fôrças) em operações de contra-insurreição". Refere-se, é claro, às fôrças de outros países; e o sentido de contra-insurreição (counter-insurgency) é para ser tomado, muito mais, como contra-revolução.

XXIX) O A. fala da guerra, não da guerrilha em si. Refere-se ao fato, não ao seu elemento. (Ver Nota XXII.)

XXX) Trata-se, evidentemente, duma ação de base, de âmbito nacional. Considerou o A. a possibilidade de que tal país, sendo invadido, pretenda utilizar-se de guerrilheiros (em ações típicas destes) e preparar a população civil para constituir-se de fato em "retaguarda" deles, — atuante, decidida e compenetrada.

XXXI) Logo na parte inicial do seu estudo, e agora neste período final, o A. toca no caso particular espanhol.

Não achamos razão para alterar o texto, nesses pontos, até porque a situação assemelha-se bastante à brasileira. Sômente não tivemos — graças a Deus! — a experiência de enfrentar uma guerra revolucionária comunista, ensanguentando nossa terra. Mas tivemos outra, menos terrível, porém não menos gloriosa, de perceber com nitidez o perigo e conjurá-lo a tempo, se bem que em cima da hora — a 31 de março de 1964!



REPRESENTANTE!

1. Prestígie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 51 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto mínimo em fôlha está sendo de Cr\$ 200;
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nosso preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

ANÁLISE HISTÓRICA DA BANDEIRA DO BRASIL

Cap. Int. FILADELFO REIS DAMASCENO

SUMÁRIO

- I — Uma concepção lírica
- II — A verdade histórica
- III — A formação através das Bandeiras Históricas
- IV — Análise da Bandeira Nacional
- V — Conclusões

I — UMA CONCEPÇÃO LÍRICA

Existe uma opulenta Bibliografia a respeito da Bandeira Nacional em que se procura vislumbrar com exatidão a sua origem, história, tradição e simbolismo. Muito foi escrito sobre o significado das cores e símbolos e esse afã de esclarecimento tem apaixonado inteligências, levando-as a polêmicas em torno do nosso lábaro estrelado.

Julgando que, no momento, não mais se justificam controvérsias acerca do nosso pavilhão, sintetizamos no presente estudo o que há de histórico e irrefutável, como uma modesta contribuição ao conhecimento do magno tema que diz respeito a todos os brasileiros.

Há, arraigado no espírito de nossa gente, um simbolismo lírico para explicar o significado das cores de nossa Bandeira. Pouca gente procura conhecer o seu sentido e a maioria se contenta com a descrição poética aprendida na escola elementar, romântica e fascinante, sem dúvida, mas muito distanciada da realidade histórica.

O Verde representa, dêsse modo, o luxuriante reino vegetal, a natureza viva, as nossas imensas florestas equatoriais, "a perpétua mocidade de nossa terra e a meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre as nossas praias". O Amarelo simboliza a natureza morta, o reino mineral, o ouro, "o sol que nos alimenta e excita, pai de nossas searas e de nossos sonhos, nume de fartura e de amor, fonte inesgotável de alento e de beleza" ou então traduz a "fase da mineração de ouro, nos tempos coloniais, que tanto incrementou o povoamento da Nação e assim determinou a sua prosperidade". O Azul é "o céu que nos abençoa, inundando de soalheiras ofuscantes, de luars mágicos e de enxames de estrelas". O Branco significa para uns os nossos anelos de paz e de concórdia e, para outros, o rio Amazonas. O lema "Ordem e Progresso", em verde sobre a faixa

oblíqua de prata, lembra a língua portuguesa, instrumento de que nos servimos para traduzir os nossos anseios e aspirações, além de recordar a nossa filiação histórica à terra de Camões...

II — A VERDADE HISTÓRICA

A par dessa interpretação poética, há a explicação da origem das côres, da disposição geométrica e de como se formou o pendão republicano. É exatamente o significado verdadeiro o mais desprezado e, porque não dizer, ignorado pela maioria das pessoas cultas e instruídas. Não há, como deveria existir, aulas de História do Brasil destinadas ao conhecimento dos símbolos pátrios e a juventude ingressa nas Universidades sem a menor noção do histórico do Hino e da Bandeira. Pretendemos, com o presente trabalho, sintetizar a história do nosso estandarte, de modo que qualquer leigo, que venha a se interessar pelo mesmo, possa compreender as suas origens e a real significação do seu simbolismo. Para atingirmos o nosso objetivo utilizamos a pesquisa histórica e lançamos mão, vez por outra, da Heráldica, para sanar dúvidas ou fundamentar as nossas conclusões.

Desejamos reunir tão-somente o que há de comprovado e insuspeito em torno da nossa Bandeira, abandonamos as suposições, evitamos as polêmicas estereis e procuramos, através da formação do estandarte republicano, pela análise das Bandeiras Históricas, explicar o seu aspecto atual.

III — A FORMAÇÃO ATRAVÉS DAS BANDEIRAS HISTÓRICAS

A bandeira republicana é a síntese de vários estandartes representativos do Brasil em épocas pretéritas. A tradição e as leis heráldicas fizeram com que fôssem mantidas até hoje alguns dos símbolos do passado que falam das nossas origens lusitanas e dos nossos avós.

Estudaremos, a seguir, os pavilhões relacionados com a evolução de nossa Pátria e incorporados à nossa Bandeira. Trataremos somente dos que presidiram o nosso progresso e bem assim contribuíram, através de seus matizes, do seu formato ou de sua herança espiritual, para a criação do pendão auriverde da esperança.

1 — Bandeira da Ordem Militar de Cristo

Cronologicamente, é o primeiro pavilhão relacionado com a nossa terra. "A cavalaria de Cristo" foi instituída em 1319 por El Rey D. Dinis ("O Rei-Lavrador" ou "Rei-Poeta") para substituir, em Portugal, a "Ordem dos Templários" que fôra extinta pelo Papa Clemente V, instigado por Felipe IV, o "Belo", Rei de França, desejoso de se apossar dos seus opulentos bens.

Rica e poderosa, a "Ordem de Cristo" patrocinou as grandes navegações portuguesas e incluiu os argonautas lusos entre os seus membros. O Infante D. Henrique, o "Navegador", foi seu Grão Mestre em Tomar e os valorosos capitães de Sagres foram seus Cavaleiros.

Porque se propunham a dilatar o Império e a propagar a Fé teológica entre os infiéis, as expedições lusitanas dela receebam todo o apoio material. "As lusas naus gloriosas", com a cruz da Ordem de Cristo pintada de forma particular, em vermelho vivo, nas brancas velas adejando ao vento, singravam os "mares nunca dantes navegados", como mensageiros, antes de tudo, daquela ordem monástico-religiosa.

Esse estandarte esteve exposto em Belém durante a missa pontifical rezada na véspera da partida da frota cabralina. Depois do sermão, o Bispo de Ceuta benzeu-o e D. Manoel I entregou-o a Cabral. Findo o ofício religioso, todos, inclusive o Rei, acompanharam a Bandeira arvorada, em solene procissão, até a praia onde ancoravam as treze naus.

Na sua famosa epístola ao "Venturoso", Caminha relata a presença dessa Bandeira, na Primeira Missa, celebrada por Frei Henrique Soares, na Coroa Vermelha: "Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada da parte do Evangelho". Adiante, afirma: "Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta".

Também esteve presente à Segunda Missa e à tomada de posse da terra, segundo o escrivão da armada: "E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira". "Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela".

A "Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo" teve notável influência na nossa formação histórica. Os marcos que assinalavam a posse da terra, como o que foi chantado, em 1501, no cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, traziam de um lado o escudo português e, do outro, a Cruz de Cristo, para significar que "as terras conquistadas pertenciam ao Rei para a difusão da Fé".

Foi essa Bandeira adotada no Brasil até meados do século XVII, tendo presidido, portanto, as expedições exploradoras e colonizadoras, as capitânias, o governo-geral, as lutas contra os franceses e os holandeses. Dois acontecimentos de que ela participou, fazem-na merecedora da nossa estima: o nosso descobrimento e as primeiras entradas e bandeiras, pois os nossos sertanistas a conduziam.

2 — Bandeiras de D. Manoel I

A Bandeira Real de 1495, tendo, em campo branco, o escudo real sem coroa, sobreposto à cruz da Ordem de Cristo, acompanhou, por

certo, a frota descobridora. Além dessa, a "Bandeira Pessoal de D. Manoel I", esquartelada em aspa, de vermelho e branco, com uma esfera armilar de ouro no centro, marcou com sua presença todos os empreendimentos de vulto havidos até 1521. Ambas tremularam ao lado da "Bandeira da Ordem de Cristo", como era costume na época.

A esfera armilar foi conferida a D. Manoel I por seu primo, D. João II, o "Príncipe Perfeito", "como divisa sublime do império do mundo" e, também, "um providencial augúrio dos grandiosos feitos marítimos ocorridos no seu reinado".

3 — Bandeira de D. João III

No pavilhão de D. João III, de 1521, a cruz da Ordem de Cristo que havia sobre o escudo foi substituída pela coroa real em amarelo ouro. Foi o balsão de "Colonizador" que assistiu os passos iniciais da nossa evolução: A expedição de MARTIM AFONSO DE SOUZA, o sistema de Capitânias Hereditárias, o Governo-Geral, a luta contra os franceses na Gaunabara e a divisão do Brasil em dois governos, em 1572.

Em 1616, sob o domínio espanhol dos Habsburgos, foi substituído por outro, ladeado por grandes ramos verdes, criado pelo rei da Espanha para a terra lusa, o qual vigorou até 1640, quando findou o "cativoiro de Portugal".

De 1630 até 1654 hasteou-se nas capitânias dominadas a flâmula das "Províncias Unidas de Holanda", composta de três faixas horizontais; vermelha a superior, branca a do meio e azul a inferior, tendo ao centro o monograma da "Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais".

4 — Bandeira de D. João IV

Finda a "União Ibérica" e restaurada a independência lusa em 1640, D. João IV, o fundador da Casa de Bragança, instituiu um novo estandarte para o seu reino. Apresentava uma orla azul nas extremidades e alteração na forma da coroa real, agora encimada por uma cruz amarelo-ouro. Tanto a orla azul como a cruz visavam ligar o culto da Pátria ao de N. S. da Conceição que em 1646 passou a ser padroeira do reino português. Este vexilo é também conhecido como "Bandeira da Restauração".

5 — Bandeiras de D. Pedro II

Em 1669, D. Pedro II substituiu o "campo branco com orla azul nas extremidades" por um campo verde e alterou a coroa real sobreposta ao escudo. O retângulo verde, que seria consagrado mais tarde nas bandeiras do Império e da República, surgiu como uma homenagem à "Ordem Militar de Avis", cujos cavaleiros imortalizaram-se nos tempos medievais propagando a fé cristã.

Embora menos utilizada do que a bandeira acima descrita, também foi usada em nossa terra a Bandeira de 1667, pavilhão ordinário, rôto em bandas diagonais, sendo seis azuis, cinco vermelhas e cinco brancas, esquartelando o campo, e, no primeiro quartel, uma cruz de branco.

Foram essas insígnias que assistiram ao apogeu da epopéia bandeirante, quando ocorreram as grandes descobertas de ouro no interior do Brasil.

6 — Bandeira do Principado do Brasil

O Rei D. João IV conferiu ao seu filho Teodósio o título de "Príncipe do Brasil", em 27 de outubro de 1645, após a vitória do Monte das Tabocas, distinção que foi transferida aos demais herdeiros presuntivos da Coroa. O novel Principado recebeu, como emblema heráldico, uma esfera armilar de ouro que passou a ser adotada desde 1647 nas bandeiras de nosso país, nas moedas cunhadas em nossa terra ou para ela bem como nos nossos selos.

PEREIRA LESSA, contudo, afirma, com plausíveis razões, que o pendão, da esfera armilar de ouro, em campo branco, pertencia à "Companhia de Comércio para o Estado do Brasil".

7 — Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

A elevação do Brasil a Reino, em 1815, determinou a criação de novo lábaro, assim descrito: Num campo branco, um escudo real, formado pelas armas do Brasil (esfera armilar de ouro em campo azul), Portugal e Algarves, timbradas pela coroa real. Essa bandeira vigorou de 13 de maio de 1816 até 18 de setembro de 1822, quando foi instituída a Imperial. Foi o pavilhão da luta contra Artigas, tendo sido hasteada a 20 de janeiro de 1817, em Montevidéu, quando da ocupação daquela praça pelas tropas de LECÓR.

Em 1821, por proposta de 21 de agosto, do Deputado TRIGOSO, foi instituído um pendão azul e branco, representando o Regime Constitucional, por serem essas as cores de escudo de AFONSO HENRIQUES.

8 — Bandeira-Projeto do Reino do Brasil

Entre 1820-1821, quando esteve na iminência de ser deposto pelas Côrtes de LISBOA, D. João VI cogitou de criar um Brasil-Reino, independente de PORTUGAL, de que seria soberano. Determinou ao célebre pintor francês João Batista Debret a confecção de uma bandeira para a nova Nação, o que foi executado. O modelo, encontrado há pouco tempo em LISBOA por AUGUSTO LIMA JR., no arquivo particular do monarca, em poder dos descendentes dos marqueses de Aguiar e Lavradio, é assim descrito por GUSTAVO BARROSO: "Em campo verde um losango amarelo, em cujo centro um círculo de 19 estrelas sob uma coroa real, sendo maior a estrela logo abaixo desta, rodeia a esfera armilar com a cruz da Ordem de Cristo, sustida

por dois ramos, um de cana e outro de fumo, unidos na parte inferior por um dragão, tudo de verde". A importância dessa Bandeira reside no fato de ser, em traços gerais, a Imperial, de que preveio a Republicana, e de apresentar dois detalhes singulares: a inclusão de um losango no campo e as estrélas de cinco pontas para representar as Províncias, sendo a maior delas a Côte.

A recente descoberta desse esbôço veio mostrar a verdadeira origem das côres auriverde — concepção de DEBRET — e pôr um fim a inúmeras lendas e suposições, mais ou menos galantes e fantasiosas, que procuravam explicar a razão daqueles matizes.

Quando, adiante, citarmos a "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil", estamos nos referindo a êsse esbôço feito por DEBRET para D. João VI, o fundador do Brasil-Nação.

9 — Bandeira do Império do Brasil

Como D. João VI levou consigo para Portugal o projeto desenhado por DEBRET, somente êste ou alguém que dêle tomara conhecimento poderia refazê-lo, em 1822, quando da confecção do pendão imperial. As diferenças entre êste e a "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil" são mínimas, conforme observa GUSTAVO BARROSO: Os elementos heráldicos, que estão em verde no centro do losango amarelo, serão reunidos e conjugados no brasão do Império, o qual, sustido por dois ramos, então de café e fumo, será verde com uma esfera armilar de prata de cinco pontas. A coroa imperial fechada e alta domina êsse escudo. As estrélas representativas das Províncias tornam-se tôdas perfeitamente iguais".

Projetada por DEBRET, a pedido de D. Pedro I, sofreu pequenas modificações feitas por outro artista francês da "Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro", FÉLIX EMÍLIO TAUNAY. O próprio soberano ordenou fôsse a côr do escudo mudada para verde porque o vermelho era a côr do brasão português. JOSÉ BONIFÁCIO, o Patriarca, também participou dos estudos da criação desse pavilhão e referendou o decreto que criou os nossos símbolos.

No dia 10 de novembro de 1822, festa da Apresentação de Nossa Senhora, realizou-se a cerimônia de benzimento das Bandeiras Nacionais, sendo entregue a primeira ao Alferes do 1º Batalhão de Granadeiros (Batalhão do Imperador), LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, futuro DUQUE DE CAXIAS e Patrono do EXÉRCITO BRASILEIRO.

10 — Bandeira Provisória da República

No período de 15 a 19 de novembro de 1889, foi adotada pelo Governo Republicano, como bandeira provisória, a do "Clube Republicano Lopes Trovão", que foi hasteada na Câmara Municipal pelo cidadão Francisco Gonçalves e ali mantida até o dia 25 do mesmo mês,

quando foi substituída pelo símbolo oficial da República. Este estandarte tinha treze listras horizontais, alternadamente verdes e amarelas, tendo no canto superior, junto à tralha, um quadrado de preto, com vinte estrelas brancas, em quatro grupos de cinco estrelas cada um, como uma quina. Bandeira semelhante a descrita, foi hasteada no jornal "A Cidade do Rio" por José do Patrocínio. Uma variação desse pendão foi o arvorado no vapor "Alagoas" que conduziu a família imperial ao exílio. O quadrado preto do topo foi substituído por um retângulo azul.

As atuais bandeiras de Goiás, Piauí e Sergipe, ao que tudo indica, foram inspiradas nessa "Bandeira Provisória da República".

11 — Bandeira Republicana

Além das banderias acima citadas, foram feitas outras com "listras brancas e azuis, topo vermelho, ou então vermelha com estrelas brancas. Havia ainda o projeto de Júlio Ribeiro, o notável gramático, que era uma "bandeira em 13 listras horizontais, alternativamente brancas e pretas, canteada de vermelho: no canto vermelho, sobre um bloco de prata, o Brasil em azul, entre quatro estrelas de ouro". É a atual insígnia do Estado de São Paulo, onde foi exposta logo após a proclamação da República. Todas essas, no entanto, como a Provisória, nada mais eram do que adaptações da "Stars and Stripes" dos Estados Unidos, sem manterem qualquer laço com os pavilhões da Colônia e do Império.

Os projetos do Barão do Rio Branco, do Barão do Rio da Prata e de Silva Jardim, ao contrário, mantinham certos símbolos representativos da nossa filiação histórica. Alguns clubes republicanos, aliás, queriam que apenas fôsse substituída a coroa pelo barrete frígido ou por uma estrela de prata para simbolizar a República. Todos os projetos citados pecavam por virem desacompanhados de qualquer descrição dos seus símbolos.

Ao examinar os diversos projetos apresentados, ressaltou logo à vista o oriundo do "Apostolado Positivista do Brasil", pela originalidade, preservação das cores e forma do lábaro imperial, além de vir acompanhado de uma descrição feita por Teixeira Mendes, a pedido de Rui Barbosa. Benjamim Constant achou o projeto excelente no que foi apoiado por Floriano. O Marechal Deodoro preferiu-o dizendo: "Este é o melhor dos projetos apresentados". Rui opinou com grande entusiasmo: "Para mim, esta é a Bandeira mais bela do mundo". O projeto de Teixeira Mendes foi consagrado pela opinião unânime dos julgadores.

A Bandeira Republicana, instituída pelo Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, conservou a forma inspiradora na Revolução Francesa e as cores imperiais. O "Proclamador da República" queria que fôsse retirada da Bandeira apenas a coroa, em respeito às nossas origens e tradições, mas os republicanos exaltados, em maioria, triunfaram. Também foi suprimido o escudo verde sendo substituído

por um globo azul celeste pontuado por 21 estrelas e atravessado por uma faixa branca com a legenda "Ordem e Progresso". Esse pavilhão foi hasteado, oficialmente, pela primeira vez, ao meio-dia de 25 de novembro de 1889, na Câmara Municipal, em solenidade a que compareceram o Marechal Deodoro e altas autoridades do novo regime. Esta a razão pela qual é hasteada às 12 horas, no dia destinado ao seu culto. O dia 19 de novembro, por haver sido o da instituição de nosso estandarte é considerado o "Dia da Bandeira" e dedicado ao seu louvor.

12 — Bandeiras Nativistas

Embora desligadas do simbolismo da Bandeira Nacional, existiram outras bandeiras históricas, relacionadas com os movimentos nativistas, como a da Inconfidência Mineira (a de Minas Gerais, com o triângulo mudado para vermelho), a da Revolução de 1817, (hoje, de Pernambuco) e a dos Farroupilhas (a atual do Rio Grande do Sul, que foi acrescida do escudo). Foram bandeiras revolucionárias, transitórias, de vida efêmera, que não chegaram a se constituir em símbolos do Brasil. Foram insígnias precursoras da Independência e da República que merecem o nosso carinho e admiração.

Apresentamos, assim, todas as bandeiras relacionadas com o nosso desenvolvimento e com o atual pendão republicano, embora façamos restrições à importância de algumas delas. Julgamos que as flâmulas do Domínio Espanhol de 1616 e do Domínio Holandês recordam períodos de opressão, sob o jugo de povos estranhos a nossa colonização. Também a Bandeira de D. Pedro II, de 1667, a "Bandeira para a Índia e a América" (branca, tendo no centro a esfera armilar, à direita desta um jesuíta empunhando uma cruz e à esquerda o escudo português), a Bandeira Real do Século XVII (branca, com o escudo circundado por uma corrente, na qual está dependurada a cruz da Ordem de Cristo), o Pavilhão Mercante, cortado em 11 faixas horizontais, seis verdes e cinco brancas e o "Pavilhão Para Converter a América" (branca, no meio uma esfera de ouro com zodíaco vermelho), foram insígnias expedicionárias e temporárias que não influíram na formação de nosso estandarte republicano.

IV — ANÁLISE DA BANDEIRA NACIONAL

1 — As Côres:

a — O Verde:

Os primeiros Lusitanos tinham um dragão verde desenhado no campo branco de sua bandeira. O verde era a cor da "Ordem Militar

de São Bento de Avis", cujos cavaleiros realizaram prodígios de bravura nas batalhas de Atoleiros e de Valverde, na Idade Média. Em 4 de agosto de 1385, o Condestável de Portugal, D. Nuno Álvares Pereira, empunhando um estandarte verde com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, notabilizou-se na batalha de Aljubarrota comandando a célebre "Ala dos Namorados". Nas lutas pela Restauração, e sob o mando de D. João IV, o verde era a cor das bandeiras de guerra de Portugal. Seu sucessor, D. Pedro II, modificou a Bandeira lusa em 1669, colocando um campo verde (igual ao retângulo de nossa atual insígnia) com as armas reais no centro. D. João I mudou para verde a cor da cruz da Ordem de Cristo no brasão luso. Verde era o pendão de Fernão Dias Pais e de outros bandeirantes que dilataram as nossas fronteiras. Verde foi a cor escolhida por D. Pedro I para o escudo imperial, a fim de diferenciá-lo do português. Vemos, dêsse modo, que o verde sempre foi uma das cores preferidas na Heráldica lusitana, tradicional mesmo, razão pela qual foi escolhida por Debret para compor o campo da nossa Bandeira.

b — O Amarelo:

Desde D. Manoel I, surge como cor da esfera armilar que lhe foi concedida por seu primo D. João II, o maior soberano de Portugal, como símbolo de autoridade, domínio, poder e soberania. Com D. João III, era a cor da coroa real, e D. João IV coloriu com ela a cruz sobreposta à coroa. D. Pedro II matizou de amarelo a sua coroa real, no campo verde.

Sendo a cor da Casa de Lorena, foi escolhido por Debret, quando da confecção da "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil", para figurar a aliança luso-austriaca, mantida através de Da. Mariana, esposa de D. José I e de quem descendia D. João VI, como também por intermédio da Arquiduquesa Da. Maria Leopoldina, esposa do príncipe herdeiro, D. Pedro, na época da execução do modelo. Foi também o amarelo a cor da esfera armilar do Principado do Brasil e de nossas armas na Bandeira do Reino Unido e na do Império.

c — O Azul:

Segundo a "Ciência dos Brasões", o azul de nossa Bandeira tem origem muito remota, pois era uma das cores fundamentais de Borgonha. Era a cor da cruz existente na bandeira de Henrique de Borgonha e do Condado Portucalense — origem do reino lusitano. O filho deste, D. Afonso Henriques, o fundador da monarquia lusa, empunhou um pendão azul na batalha de Ourique e, depois, escolheu essa cor para colorir os cinco escudos em forma de cruz da primeira bandeira portuguesa. Permaneceu, sob idêntica forma, no escudo português, até os dias presentes, tendo assim figurado nos pavilhões de D. Manoel I, de D. João III, de D. João IV, de D. Pedro II e do

Reino Unido. "Na Bandeira das Quinas", era a côr dos besantes ou do campo, na variação dêsse estandarte, muito usada na época. Em 1645, era a côr da esfera celeste, pequena, que encimava a esfera armilar de ouro. Na sua "Bandeira da Restauração", D. João IV mandou colocar uma orla azul nas extremidades do campo para homenagear N. S. da Conceição, padroeira do reino lusitana. Em 1816, quando da criação das armas do Reino Unido, foi dada ao Brasil, por armas, a esfera armilar de ouro, em fundo "azul". Na "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil" e no pendão Imperial, foi o azul mantido, no círculo, com as 19 estrêlas. Na Bandeira Republicana, o globo celeste é a transformação da esfera celeste de 1645, da esfera armilar de 1816, em fundo azul, e do círculo onde foram postas as estrêlas, na do Império.

d — O Branco:

O branco remonta às bandeiras dos primeiros Lusitanos, de Henrique de Borgonha e do Condado Portucalense, onde formava o campo. No primeiro pário do Reino de Portugal, de D. Afonso Henriques, era o matiz do campo e dos cinco besantes inscritos nos cinco escudetes. Permaneceu, dessa maneira, no brasão luso, até a atualidade, perpassando pelas insígnias de D. Manoel I, D. João III, D. João IV, D. Pedro II e na do Reino Unido. Foi também o branco a côr preferida para o campo de inúmeros pavilhões, como os seguintes: o dos primeiros Lusitanos, o de Henrique de Borgonha, do Condado Portucalense, de Afonso Henriques, da Ordem Militar de Cristo, de D. Manoel I, de D. João III, de D. João IV, do Principado do Brasil, sòmente citando os pavilhões ligados à nossa evolução.

O Branco e o Azul lembram o Brasil-Colônia, em particular, nossa origem lusitana, a fase da Restauração, nossa fé católica e o Regime Constitucional. O auriverde indica a continuidade histórica pois é um traço de união entre a Monarquia e a República.

2 — Forma Geométrica:

A forma geométrica da bandeira republicana, um losango inscrito num campo, é concepção rara e contrasta com as demais insígnias nacionais existentes, "tôdas elas divididas em cruz ou esquarteladas, cortaças em faixas ou agironadas". Tal representação foi inspirada nas bandeiras regimentais da época da Revolução Francesa e do Império napoleônico. Então, eram comuns os estandartes tricolores constituídos de um losango branco cercado por quatro triângulos, dois vermelhos e dois azuis, alternados, formando o campo. No padrão da Bandeira Imperial, nota-se que o losango está "inscrito" no campo, o que faz com que se formem quatro triângulos verdes, mas, na República, o losango passou a ser centralizado, deixando os vértices dos quatro ângulos de tocar no retângulo.

O círculo central foi inspirado, sem dúvida, na esfera armilar em fundo azul, e recorda os feitos náuticos de D. Manoel I, o Príncipe do Brasil e o Brasil-Reino. É interessante observar, para a confecção, que o céu é exatamente igual nas duas faces da Bandeira, não havendo, portanto, direito e avesso. A faixa branca baseou-se no Zodíaco, embora não esteja traçada na abóboda sideral mas atravessando a esfera.

O Triângulo Austral simboliza o estandarte dos inconfidentes mineiros e o Cruzeiro do Sul foi colocado em substituição à cruz da Ordem de Cristo. Esta última constelação recorda ainda a insígnia colonial lusitana, o nome "Vera Cruz" dado à nossa terra, a fé gloriosa dos nossos antepassados e o nosso descobrimento, quando ela foi avistada sobre o Monte Pascoal.

O dístico "Ordem e Progresso" fundamentou-se em bandeiras anteriores, francesas, lusas e mesmo brasileiras, como a da Inconfidência, que apresentavam inscrições. As estrelas de cinco pontas já figuravam nas bandeiras da Revolução Pernambucana de 1817 e da "Confederação do Equador".

3 — O Céu da Bandeira

A esfera celeste da nossa bandeira fixa, de forma simbólica, um aspecto do céu do Rio de Janeiro, em projeção estereográfica, no instante da proclamação da República, às doze horas siderais (cêrca de 08h 30), da manhã de 15 de novembro de 1889, naquela latitude.

Foram escolhidas constelações austrais, com exceção do Pequeno Cão (situada ao norte do Equador e ao sul da Eclíptica), para significar que a União Brasileira tem terras no hemisfério Norte.

Destaque especial foi dado à constelação do Cruzeiro do Sul porque essa "Cruz Maravilhosa", descrita pelo Físico-Mor da armada de Cabral, Mestre João Faras, na sua carta ao Rei Venturoso, narrando a viagem descobridora, recorda os nossos primeiros dias, o nome inicial da terra e a fé cristã sob a qual construímos a nossa civilização.

Para estabelecer relação entre as estrelas, foi tomado o momento do dia sideral, em que o Cruzeiro do Sul está em culminação superior, na vertical, de pé, próximo ao meridiano do Rio de Janeiro, local do fato histórico. As estrelas que estavam próximas do Zênite figuram no centro do círculo e as que estavam vizinhas do horizonte figuram nos bordos da esfera.

O globo azul é apresentado como se o vissemos do infinito: está invertido, como se fôsse visto num globo celeste, de cima, ou através de um espelho. A posição invertida dos astros pode ser comprovada

pela observação da estrela "Intrometida" (Epsilon do Cruzeiro do Sul) que, olhada diretamente no firmamento, aparece sob a estrela Delta da mesma constelação, à direita do observador, mas, na Bandeira, aparece à esquerda de quem a contempla.

A faixa branca é uma idealização do Zodíaco e da Eclíptica. Representada no plano desta, mostra o movimento do Sol, fonte de toda a vida, como também a direção da órbita da Terra. Serve, ao mesmo tempo, para dar ao círculo a perspectiva esférica e permite a inscrição da legenda "Ordem e Progresso".

"A estrela Espiga, da constelação da Virgem, situada abaixo do Equador e da Eclíptica, foi colocada acima da faixa planetária para figurar toda a constelação da Virgem, que tem parte no hemisfério Austral e no Boreal e enriquecer o céu acima da faixa, atendendo ao relativismo estético" e quebrando a monotonia do hemisfério Norte. Na realidade, porém, estaria encoberta pela faixa branca, como ocorreria também com Antares e outras estrelas do Escorpião.

O Sigma, de Oitante, (a estrela mais ao sul da bandeira), considerada a nossa estrela Polar, representa com acerto o Distrito Federal (Brasília) pois todos os meridianos convergem para os pólos ou deles partem e a Capital do país será sempre o pólo político da Nação.

4 — As Estrelas

As estrelas de cinco pontas surgiram pela primeira vez representando as Províncias, na "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil" de Debret, sendo a estrela maior o símbolo da Côrte. Na Bandeira do Império as Províncias eram figuradas por 19 estrelas iguais e equidistantes.

Em 1828, com a perda da Cisplatina, passariam a ser 18 estrelas mas tal não ocorreu porque a Cidade do Rio de Janeiro (Côrte) foi nela incluída, à parte da Província Fluminense, permanecendo, assim 19 estrelas. Em 1852, com a elevação do Amazonas à Província, passaram a existir 20 estrelas e, no ano seguinte, o número sobe a 21 com a autonomia do Paraná.

Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, surgiu nova estrela e, no presente, uma Comissão estuda a inclusão de mais uma estrela correspondente ao Estado do Acre.

Os Decretos existentes sobre a Bandeira apenas dizem que as estrelas representam os Estados e o Distrito Federal mas não as identificam, de per si. Por essa razão, abandonamos a identificação tradicional e adotamos a feliz concepção do General Djalma Polli Coelho, por ser mais coerente com a disposição geográfica dos Estados e com a nossa formação histórica.



ESTRELAS:

- 1 — Espiga
- 2 — Procion
- 3 — Uma estrela de 1ª Grandeza
- 4 — Sírio
- 5 — Canopo
- 6 — Sigma

CRUZEIRO DO SUL

- 7 — Alfa
- 8 — Beta
- 9 — Gama
- 10 — Delta
- 11 — Epsilon

TRIÂNGULO AUSTRAL

- 12 — Alfa
- 13 — Beta
- 14 — Gama

ESCORPIÃO

- 15 — Antares
- 16 — Beta
- 17 — Epsilon
- 18 — Lâmbda
- 19 — Capa
- 20 — Mu
- 21 — Teta
- 22 — Iota

ESTADOS:

- 1 — Pará
- 2 — Amazonas
- 3 — Guanabara
- 4 — M. Grosso
- 5 — Goiás
- 6 — D. Federal (Brasília)

CRUZEIRO DO SUL

- 7 — São Paulo
- 8 — Rio de Janeiro
- 9 — Bahia
- 10 — Minas Gerais
- 11 — E. Santo

T. AUSTRAL

- 12 — R. G. Sul
- 13 — Sta. Catarina
- 14 — Paraná

ESCORPIÃO

- 15 — Piauí
- 16 — Maranhão
- 17 — Ceará
- 18 — Rio G. Norte
- 19 — Pernambuco
- 20 — Paraíba
- 21 — Alagoas
- 22 — Sergipe

Para facilidade de memorização, grupamo-las do seguinte modo:

A — **Estrêlas Independentes** 1 — Espiga, da constelação da Virgem, Pará. Está sobre a faixa branca (Zodiaco) por possuir o Estado parte de sua superfície no hemisfério Norte. 2 — Prócion, do Pequeno Cão, Amazonas. Embora tenha território setentrional a sua maior extensão é a noroeste, razão por que é apresentado próximo do Zodíaco e nos limites ocidentais do horizonte. 3 — “Uma estrêla de primeira grandeza”, Guanabara. 4 — Sírio, do Grande Cão, o gigante do céu, representa em grandeza e situação, Mato Grosso. 5 — Canopo, de Argos ou Navio, simboliza Goiás. 6 — Sigma, do Oitante, Distrito Federal (Brasília). B — “**Cruzeiro do Sul**” — “Ocupa a área central do círculo azul e representa a região centro-oriental, onde se processou a primeira civilização do Brasil com o descobrimento da terra de Santa Cruz, os governos gerais e a catequese dos índios pelos padres, que levaram a Cruz, como símbolo”. 7 — Alfa, São Paulo. 8 — Beta, Rio de Janeiro. 9 — Gama, Bahia. 10 — Delta, Minas Gerais. 11 — Epsilon, Espírito Santo. C — **Triângulo Austral** — Inspirado no pavilhão dos Inconfidentes mineiros; as “Três Marias” representam os nossos três estados sulinos. 12 — Alfa, Rio Grande do Sul. 13 — Delta, Santa Catarina. 14 — Gama, Paraná. D — **Escorpião** — As restantes oito estrêlas do Escorpião são os oito Estados do nosso Norte oriental. 15 — Antares, Piauí. 16 — Delta, Maranhão. 17 — Epsilon, Ceará. 18 — Lâmbda, Rio Grande do Norte. 19 — Capa, Pernambuco. 20 — Mu, Paraíba. 21 — Teta, Alagoas e 22 — Iota, Sergipe.

As estrêlas são de várias grandezas para indicar que a União possui Estados de maior e menor extensão territorial, além de contribuirem para maior harmonia da composição.

5 — O Dístico “Ordem e Progresso”

A inscrição existente no nosso pavilhão não constitui inovação de mau gosto como pretendem alguns. Os pavilhões regimentais franceses continham dizeres como “Disciplina e Obediência à Lei” e a própria bandeira gaulesa adotou as palavras “Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Unidade”, alteradas pela Revolução de 1848 para “Liberdade, Ordem Pública”. Em Portugal, D. João II acrescentou ao seu estandarte a frase “Pola Ley y Pola Ordem” enquanto D. João I preferiu o “slogan” “Il me plaist pour bien”. Entre nós, a Inconfidência consagrou o verso de Virgílio (Écloga, I, v. 27) “Libertas quae sera tamen” (A Liberdade, ainda que tardiã).

A legenda “Ordem e Progresso”, em letras verdes, inspirada sem dúvida na tese de Augusto Comte, “o Amor por princípio e a Ordem por base o Progresso por fim”, revela a grande influência positivista na implantação da República. O dístico, atualmente, não é secretário, porque sendo um postulado de ciência social, é universal, e não

privativo de positivistas. É uma síntese da Sociologia, objetiva, visual e fônica, que serve para o congraçamento dos brasileiros e estimula-os a trabalharem pelo bem geral.

O que o lema da bandeira está a indicar é que a Ordem, aferrada à Estática, e o Progresso, inspirado na Dinâmica, longe de serem antagônicos, podem e devem harmonizar-se, porquanto, nas palavras do Apóstolo da Humanidade, "o Progresso é o desenvolvimento da Ordem assim como esta é a consolidação daquele". "O que significa que não se podem romper bruscamente os laços com o passado e que toda reforma política, para frutificar, há de tirar os seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado".

A Dinâmica social de Comte veio completar e desenvolver a Estática social de Aristóteles, mostrando a conciliação da Ordem, base da sociedade, com o Progresso, o seu aperfeiçoamento.

O dístico está escrito na zona dos planetas para indicar que essa conciliação ocorre não só no campo social e que os fenômenos astronômicos estão também sujeitos à "ordem cósmica".

A sentença existia antes da República. Feijó, o enérgico Ministro da Justiça da Regência, já dizia: "Sem Ordem não há progresso". Por volta de 1840 circulou no norte do país um periódico de nome "Ordem e Progresso" e em 11 de agosto de 1872, o Conselheiro João Alfredo, o autor da Lei Áurea, já a enunciava como norma de governo.

"Do acerto da legenda e da sua repercussão internacional diz bem expressiva mensagem de saudação enviada pelo saudoso rei Jorge V da Inglaterra quando, em 1922, dizia que a Grã-Bretanha e as demais nações civilizadas não poderiam almejar melhor lema para orientar-se do que o de nossa bandeira".

O General Agustin Justo, presidente platino, ao nos visitar, certa vez, declarou: "Fácil nos é convidar todos os povos — e especialmente os da América do Sul — a unirem seus esforços para a obra que queremos realizar e está admiravelmente definida no lema "Ordem e Progresso" de vossa insígnia e nas mãos unidas do escudo de minha Pátria".

Este é o modo como deve ser encarado o lema do nosso pavilhão; antes de tudo, uma mensagem de fraternidade e evolução. "Conservar, melhorando".

6 — Os Autores da Bandeira

O criador da Bandeira Imperial foi o famoso pintor francês João Batista Debret, a quem já nos referimos. O modelo de nosso pavilhão independente foi calcado na "Bandeira-Projeto do Reino do Brasil", que ele mesmo fizera para D. João VI, acrescido de sugestões de Emílio Taunay, José Bonifácio e do próprio Imperador que mandou fosse trocada a cor do escudo de vermelho para verde.

A Bandeira Republicana foi idealizada por Miguel Lemos e projetada e descrita por Raimundo Teixeira Mendes, "um homem respeitável por suas virtudes e méritos", de quem Afrânio Peixoto disse ser um dos raros que podem ser o orgulho da espécie e Edmundo Lins afirmou: "a sua prédica de todos os dias e de tôdas as horas era a sua vida puríssima, tôda de fé, tôda de abnegação, tôda de humanidade, tôda de amor". Foi êste santo e sábio quem alterou o nosso pendão sem cometer sacrilégio.

Benjamin Constant opinou no sentido de dar maior realce ao Cruzeiro do Sul e o professor Manoel Pereira Reis, Catedrático de Astronomia da Escola Politécnica, deu aos asterismos a situação em que se achavam no momento histórico. O consagrado pintor patricio Décio Vilares executou o desenho colorido do projeto que se transformaria no pátio da República.

As duas primeiras bandeiras do nôvo regime foram bordadas por Da. Flora Simas de Carvalho, a primeira, em pano de algodão, e a segunda, em sêda, tendo sido a última hasteada a 25 de novembro de 1889, com grandes solenidades, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

7 — Os Mártires da Bandeira

Quando presta o seu compromisso à Bandeira, o jovem que se torna soldado da Pátria, jura defendê-la, até mesmo com a imolação da própria vida, se preciso fôr. É um pacto de honra jamais desrespeitado pelos nossos combatentes que têm arcado muitas vêzes com o sacrifício supremo para manter incólume a nossa soberania, simbolizada pelo auriverde pendão. Quantos heróis sucumbiram em defesa das nossas Bandeiras? Quantos ofereceram a vida para livrar o nosso estandarte de um ultraje? Ninguém pode afirmar com exatidão.

Recordemos, contudo, alguns dêsses abnegados, cujos nomes a História guardou e estaremos também cultuando aquêles que ocultaram o seu gesto sublime no anonimato ou no olvido dos cronistas coevos.

Citemos a página imortal de Riachuelo cujo centenário estamos a comemorar neste ano de 1965: Em determinado momento do combate, a corveta brasileira "Parnaíba" volta, num lance de audácia, águas acima, para socorrer o "Jequitinhonha" que encalhara e estava sob cerrado fogo inimigo. O tiroteio é tremendo e a sorte parece contrária ao valoroso barco que bate com o leme num banco de areia e fica desgovernado, debaixo de terrível metralhar dos guaranis.

Nesse instante, os navios paraguaios "Salto", "Paraguari", "Marquês de Olinda" e "Taquari" vendo a corveta desorientada, lançam-se sobre ela, cercam-na, e fazem uma abordagem terrível. O "Paraguari" é bravamente repellido mas os outros atacam-na com fúria e conseguem subir ao seu convés, em número quatro vêzes maior.

O combate é aterrador e os lances de bravura multiplicam-se a cada instante. Andrade Maia e Pedro Afonso, dois oficiais do Exército que viajavam a bordo, defendem, com bravura sem par, a arma branca, a Bandeira do 9º Batalhão. Maia, com a mão direita decepada, segura a espada com a mão esquerda e esgrima com maestria até que os dois bravos, ante a superioridade numérica do inimigo, caem sob os golpes de machadinha.

Um paraguaio volta-se para o marinheiro de 1ª Classe, Marcílio Dias, chefe do rodízio raído de ré, e intima, com desdém: — “Rende-te, cambai”. O marujo brasileiro responde: — “Qual rende nem pera rende”.

Quatro adversários aproximam-se, dispostos a arriar a nossa Bandeira, mas têm pela frente um dos heróis de Paissandu, o Imperial Marinheiro, Marcílio Dias.

Graças à habilidade com que maneja o sabre, consegue abater dois guaranis mas é atingido com golpe profundo no braço direito. Toma o sabre com a mão esquerda, abate outro contedor, mas es-correga no sangue do convés, cai, é golpeado profundamente na cabeça.

Dominado o navio, um oficial paraguaio resolve escarnecer dos vencidos e ordena ao guarda marinha João Guilherme Greenhalg apontando para a nossa Bandeira: — “Desça êsse trapo.” O jovem oficial não permite que se consume a afronta e sacando do seu revólver, descarrega-o no maculador de nosso lábaro. O seu gesto sublime custou-nos uma vida preciosa, pois os guaranis castigam-no cruelmente, sacrificam-no a golpes de sabres, degolam-no. Pagaram caro pela sua bravura, êsses brasileiros, mas fizeram respeitar o nosso pavilhão em Riachuelo.

Lembremos também o soldado Martinho José Ramos, na Segunda Batalha de Tuiuti, travando um corpo a corpo com um oficial inimigo que se apossara de nossa Bandeira. Arrebatou-a ao paraguaio, mas, ao tentar entregá-la aos seus companheiros, foi atingido pelas descargas guaranis e rolou moribundo para a vala. O estandarte ensanguentado acolheu-o nas suas dobras e recolheu com carinho o seu último suspiro.

Em Curupaiti, na ânsia de conservar arvorado o nosso pendão, sucumbiram, um após outro, os alferes Lopes Ferreira e Garcia, seguidos do sargento Perdal.

Em Tuiuti, quando tentava erguê-la no centro da batalha, é morto o alferes Celso de Assis, mas seus companheiros conservam-na alta-neira. Que dizer do cearense João Sorongo abatido pelos paraguaios e encontrado morto com os pedaços da Bandeira entre os dentes cerrados?

“Ditosa Pátria que tais filhos teve!”

Quantos outros não consentiram fôsse aviltado o nosso estandarte? Quantos bravos pereceram nos campos gelados da Itália, regando com o seu sangue a árvore da Liberdade? Dificil enumerar, pois todos os soldados são defensores acérrimos de sua Bandeira. Para os mártires do nosso pavilhão, além da nossa admiração é respeito, consagremos os versos do poeta, como um saudoso epitáfio:

"Quem cai na luta com glória
Tomba nos braços da História
No coração do Brasil".

V — CONCLUSÕES

Do que acima foi exposto, podemos concluir que a História explica como se formou a nossa Bandeira e qual o significado do seu simbolismo. É uma versão diversa da que estamos acostumados a ouvir, talvez menos sentimental e atraente, mas, sem dúvida, autêntica e muito lógica.

Assim como a vida moderna, no seu ritmo febril, fundiu o romântico e o real em alternâncias felizes, podemos conciliar as duas interpretações existentes em torno do nosso estandarte.

Conheçamos as suas origens e transformações sofridas para compreendermos o seu aspecto atual e, ao mesmo tempo, intensifiquemos o seu culto, entoemos o seu hino, recitemos as suas poesias, para melhor amá-lo e respeitá-lo.

São estágios que podem ser atingidos sucessivamente, um completando o outro, na escola elementar e nas classes mais adiantadas. Primeiro, o lirismo, a fragrância, o perfume, o despertar dos sentidos para a beleza da flor, para a forma e o seu cromatismo. Em uma segunda fase, o conhecimento de sua natureza, a análise das partes, para a formação de um juízo perfeito. O que deve prevalecer em tôdas as etapas é o sentimento de veneração e carinho para com a imagem da Pátria e um orgulho contagiante por têmos um pavilhão de beleza ímpar entre as demais nações.

Já não existe campo para críticas e polêmicas a respeito da bandeira "verde auricécula" do Brasil. A época que vivemos impõe união e respeito ao Passado para podermos construir o Porvir.

O "lábaro estrelado" é uma representação simbólica de nossa terra-e, como tal, não carece de precisão milimétrica na disposição de seus símbolos. Apesar disto, não contém o nosso estandarte erros e imprecisões, pois foi projetado de maneira feliz, em que se conservou um relativismo estético e científico.

Para manter essa coerência é que fazemos séria restrição à maneira um tanto arbitrária como foi acrescentada a mais recente estrela, correspondente à Guanabara. O Decreto n. 48.124, de 16 de abril de 1960, promulgado cinco dias antes da inauguração de Brasília, manda incorporar ao nosso pálido "uma estrela de primeira grandeza",

de modo vago, sem nomeá-la nem indicar a sua localização. Esse açodamento, de 16 de abril de 1960, característico da época, ocasionou um disparate, pois na zona onde foi colocada a "estrela de primeira grandeza", ligeiramente acima e à esquerda do Cruzeiro do Sul, não existe estrela de primeira grandeza.

Fazendo cômico ao que já foi sugerido por outros estudiosos da Bandeira, achamos que tal erro deve ser corrigido sem tardança, o que poderia ser feito pela Comissão encarregada de locar a estrela correspondente ao Estado do Acre.

O auriverde pendão da esperança é o símbolo sagrado do Brasil. É a síntese da nossa História, das nossas lutas, dos empecilhos ao nosso progresso, das nossas vitórias, nossos anseios e aspirações. É a própria imagem da Pátria, o culto aos antepassados, a antevisão do futuro de nossos filhos, o elo que tem irmanado gerações no ideal de liberdade.

Pavilhão sacrossanto, digno dos nossos mais puros sentimentos, curvemo-nos reverentes e cheios de fé à sua passagem. Os militares perfilados na continência de estilo e os civis descobertos, mão direita sobre o peito, numa manifestação pública de amor e carinho para com a nossa Bandeira.

Fazemos votos, ao concluir este trabalho, que as casernas e escolas retornem ao culto do nosso pavilhão, entoando o "Hino da Bandeira", pelo menos, uma vez por semana. Essa prática sadia despertará nos espíritos em formação a chama do patriotismo e fá-los-á amantes de sua terra e de sua gente, sem inveja de pátrias alheias.

Somente pelo culto cívico é que atingiremos o estado de espírito de Castro Alves, que, num arroubo de eloquência, dedicou à Bandeira de nossa terra os mais perfeitos versos escritos até hoje na língua portuguesa:

*"Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
As promessas divinas da esperança ..."*

BIBLIOGRAFIA

- Brasões e Bandeiras do Brasil — Clóvis Ribeiro;
A Descoberta do Brasil — Faustino Fonseca;
Carta a El Rey D. Manoel — Pero Vaz de Caminha;
Nos Bastidores da História do Brasil — Gustavo Barroso;
Bandeira do Brasil — Janari Nunes;
Bandeira, Evolução e Síntese — Antônio Medeiros de Azevedo.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras

- "Berlin Report" (n. 25 — 1965).
- "Revista Militar" — Portugal (n. 10, outubro; n. 11, novembro de 1965).
- "Military Review" — Edição Brasileira (maio; junho de 1965).
- "Revue de Défense Nationale" — França (dezembro, 1965).
- "Revista Militare" — Itália (n. 10, outubro de 1965).
- "Revista de Las Fuerzas Armadas de La Nación" — Paraguai (n. 189, maio — junho de 1965).
- "Jornal do Exército" — Portugal (outubro de 1965).
- "Ejército" — Espanha (n. 309, outubro de 1965).
- "Guión" — Espanha (n. 281, outubro de 1965).
- "Boina Negra" — Revista Paracaidista — Espanha (n. 34, novembro, dezembro de 1965).
- "El Caballo" — Argentina (outubro — novembro de 1965).
- "TAM" (Terre-Air-Mer) — França (n. 78, 25 Nov 65).
- "Guido Giannettini" — Tecniche della Rivoluzionaria — Come il comunismo assoggetta le masse.

Nacionais

- "Carta Mensal" — CNC — SESC (n. 124, julho; n. 125, agosto de 1965).
- "Revista da Es Com" (n. 3, Abr/Mai/Jun 65).
- "Digesto Econômico" (n. 186 — Nov/Dez 65).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

PRISIONEIRO DE GUERRA

1.º Tenente de Artilharia A. MACHADO DE PAIVA

1 — GUERRA — FENÔMENO SOCIAL

Através dos tempos, nos mais diversos grupos humanos e nos mais variados recantos da terra, tem sido a guerra uma constante sempre presente. Ora como causa, ora como consequência das transformações sociais dos povos, de tal forma se identifica com as suas vidas, que, ao se falar em história de uma nação, de imediato nos vêm à mente seus combates como fatos principais, em torno dos quais se desenrolam os demais acontecimentos. Tal concepção leva mesmo alguns autores clássicos a considerarem-na como único elemento constitutivo da história, que se torna assim “uma vasta e fatigante enumeração de batalhas”.

Crendo mais correto o conceito de Michelet “de que tudo o que pode ser evocado é suscetível de ser objeto da história”, não negamos, entretanto, o valor da guerra como fenômeno social dos mais marcantes, dadas as múltiplas consequências, imediatas ou longínquas, que gera nos mais diversos campos. Sobre ela pouco se saberá, afirma Proudhon, “enquanto se permanece no materialismo dos combates e dos sítios; não se tem uma visão dela porque se tenha seguido sobre uma carta o movimento dos exércitos ou porque se tenham contado homens, cavalos, canhões, etc.”.

2 — GUERRA E DIREITO

Da mesma forma que a guerra na história dos povos, o direito tem sido uma constante que a ela se opõe, tentando diminuir ou mesmo evitar os danos que possa causar, através de práticas e costumes que se perdem nas origens da civilização e que com o passar dos tempos se fortalecem, chegando muitos aos nossos dias em forma de dogmas universalmente aceitos, codificando-se outros em leis e tratados do direito público internacional.

A conduta das hostilidades armadas está regulada, atualmente, por lei inspirada no desejo de diminuir os efeitos da guerra, procurando-se proteger combatentes e população civil de sofrimentos desnecessários, salvaguardando-se os direitos humanos fundamentais dos que venham a cair em mãos do inimigo, particularmente prisioneiros, doentes, feridos e civis, assim facilitando-se a própria restauração da paz. Tenta-se, desta forma, evitar o emprêgo de qualquer espécie ou grau de violência desnecessários para a conquista dos objetivos militares, fazendo-se com que as hostilidades, uma vez iniciadas, sejam levadas a cabo dentro de certos princípios humanitários.

3 — PRISIONEIRO DE GUERRA

Introdução

O prisioneiro de guerra tem sido e continuará a ser uma das conseqüências mais imediatas da guerra, razão por que o tratamento a êle dispensado é hoje objeto do mais cuidadoso exame por parte das nações.

Através de uma lenta evolução, onde a princípio é torturado e mutilado, chega-se no dia de hoje a um estágio, onde se lhe reconhecem direitos que os antigos jamais teriam sonhado fôsse dados, através da chamada Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949.

Definição

No seu art. 4, a Convenção de Genebra estabelece que serão tratados como prisioneiros de guerra tôdas as pessoas pertencentes a uma das categorias abaixo enumeradas que tenham caído em poder do inimigo:

- Membros das Forças Armadas, bem como membros de milícias ou corpos de voluntários que delas façam parte;

- Membros de outras milícias ou outros corpos de voluntários, inclusive os de movimento de resistências organizadas, operando dentro ou fora de seu próprio território, desde que sejam comandados por uma pessoa responsável por seus subordinados, tenham um símbolo distinto e constante, portem armas abertamente e conduzam suas operações de acordo com as leis e costumes de guerra;

- Membros de forças armadas regulares que apoiem um governo ou uma autoridade não reconhecido pela parte que faça o prisioneiro;

- Pessoas que acompanhem as forças armadas sem delas serem membros, tais como correspondentes de guerra, desde que por elas reconhecidas e autorizadas;

- Membros de tripulação, incluindo comandantes, pilotos e aprendizes, da Marinha Mercante e tripulações de aeronaves civis, não beneficiados por tratamento mais favorável;

- Habitante de um território não ocupado que, em aproximando-se o inimigo, espontaneamente se armem para resistir às forças invasoras, sem que tenham tido tempo de se organizarem em unidades armadas regulares, desde que portem armas abertamente e respeitem as leis e costumes de guerra. Cumpre aqui ressaltar que as forças armadas das partes em conflito podem se constituir de elementos combatentes e não combatentes e que ambos, em sendo capturados, têm o direito de serem tratados como prisioneiro de guerra. Os membros de operações especiais (comandos), bem como as tropas aeroterrestres, embora operando através de métodos de combate violentos e de surpresa, serão também tratados, quando capturados, como prisioneiros de guerra.

Proteção da lei

O prisioneiro de guerra fica protegido pela convenção a partir de sua captura até que seja solto ou repatriado. Um comandante não poderá aniquilar prisioneiros, alegando que retardam seus movimentos

ou diminuem seu poder de resistência, pela necessidade de reforçar sua guarda, ou porque causem um aumento no consumo de suprimentos. Poderão ser concluídos entre as partes em conflito, outros acordos especiais sobre o assunto; quais que eles sejam, entretanto, não poderão afetar ou restringir os direitos conferidos ao prisioneiro pela convenção. O prisioneiro, por sua vez, em nenhuma circunstância, poderá renunciar em parte ou inteiramente aos direitos a ele assegurados. O prisioneiro de guerra não pertence aos indivíduos ou unidades que o têm aprisionado. É prisioneiro de uma nação, devendo sempre ser tratado com humanidade. Não poderá sofrer qualquer mutilação física ou ficar sujeito à experiências médicas ou científicas de qualquer espécie. De igual modo deverá ser protegido todo tempo, particularmente contra atos de violência, intimidação, insultos ou curiosidade pública. Medidas de represália são proibidas. Sua pessoa e sua honra serão respeitadas. A mulher prisioneira deverá ser tratada tendo em vista seu sexo. Entre os prisioneiros não deverão existir distinções baseadas em raça, nacionalidade, crença religiosa ou opinião política.

Interrogatório

Qualquer prisioneiro, quando interrogado, é obrigado a dizer, apenas, seu nome e posto, data de nascimento e número. Se, sem coação, presta outras informações, estará ele próprio restringindo seus privilégios. As partes em conflito deverão fornecer às pessoas que possam cair em mãos inimigas, um cartão ou placa de identificação contendo aquelas informações e outras julgadas necessárias. Tais placas ou cartões deverão permanecer constantemente com o prisioneiro.

Nenhuma tortura, mental ou física poderá ser infringida ao prisioneiro a fim de obter-se informações. Prisioneiros que se recusem a dar informações, não poderão ser insultados ou maltratados e os que não possuam condições físicas ou mentais de responder, deverão ser encaminhados ao serviço médico. O interrogatório deverá ser feito em uma língua que o prisioneiro compreenda.

Propriedade

Artigos e objetos de uso pessoal, excetuando-se o armamento, cavalos e equipamentos e documentos militares, deverão ficar em poder do prisioneiro, bem como as peças de proteção individual (como máscara contra-gases, etc.). Artigos de vestuário e de alimentação, embora de caráter militar, também deverão com ele permanecer. Os símbolos de graduação ou posto e de nacionalidade, bem como peças de valor sentimental também não poderão ser retirados do prisioneiro. As somas em dinheiro e objeto de valor sentimental não poderão ser retirados, senão por ordem de um oficial e depois de devidamente arroladas e mediante recibo legível. Tais objetos e somas serão devolvidos ao prisioneiro de guerra ao findar sua prisão (Art. 18).

Evacuação de prisioneiro

Os prisioneiros de guerra deverão ser evacuados tão logo que possível, após sua captura, para campos situados em áreas bastante afastadas da zona de combate e fora de perigo. Somente os feridos ou doentes que possam correr risco de vida com o deslocamento, poderão permanecer nessas zonas. Nenhum prisioneiro deverá ficar desnecessariamente exposto ao perigo, enquanto aguarda sua evacuação. A operação deve ser feita de maneira humana e em condições similares às das forças da parte que o mantém. Ao ser evacuado deverá estar suprido em quantidade suficiente de alimento e água potável e com a necessária atenção no que tange a vestuário e assistência médica.

Restrição de liberdade de movimento

O prisioneiro de guerra poderá ficar sujeito a restrição de liberdade de movimento, podendo-se-lhe impor a obrigação de não abandonar dentro de certos limites, o campo onde fôr internado, ou em sendo tal local cercado, não puder transpor seu perímetro. Exceto nos casos especificados na convenção e relativos a sanções penais ou disciplinares, o prisioneiro não poderá ficar confinado em locais fechados, ou ainda quando tal fato se fizer necessário para salvaguarda de sua saúde e, ainda assim, somente em um mínimo de tempo. Os locais de internamento deverão possuir condições mínimas de higiene e de bem-estar; em sendo insalubres ou de climas não favoráveis ao prisioneiro, deverá ser ele daí retirado tão logo que possível, para outro de melhores condições. Os prisioneiros deverão ser juntados em campos ou partes do campo de acordo com suas nacionalidades, língua e costumes desde que em assim procedendo-se, não seja o prisioneiro separado dos demais elementos pertencentes à força armada com que servia por ocasião da captura. Tal norma, porém, poderá não ser seguida, se assim concordar o prisioneiro.

Segurança

O prisioneiro de guerra não deverá ser detido em áreas onde fique exposto ao fogo da zona de combate, nem pode sua presença ser usada a fim de forçar certos pontos ou áreas a se tornarem livres de operações militares. Deverá ter abrigo contra ataques aéreos e as demais proteções em condições idênticas à população civil, sendo-lhes aplicáveis as mesmas medidas de defesa que venham a ser tomadas em favor dessa população. A localização geográfica dos campos, bem como outras informações, deverão ser prestadas pela parte que mantém o prisioneiro. Sempre que as injunções de caráter militar permitirem, os campos de prisioneiros de guerra deverão ser identificados à luz do dia através das letras P W (Prisoners of War) ou P G, colocadas em local que seja visível de aeronave. Outros sistemas de identificação poderão ser ajustados entre as partes em conflito.

Aquartelamento, alimentação e vestuário

Os aquartelamentos para prisioneiros de guerra, afirma o art. 25 da convenção, deverão possuir condições idênticas às das forças armadas do país que mantêm os prisioneiros naquele local. Tais condições deverão levar em conta os hábitos e costumes do prisioneiro. Essas normas aplicam-se, em particular aos dormitórios, principalmente no que tange à superfície total e à cubagem mínima.

Manda a convenção que se leve em conta o aquecimento e a iluminação, bem como as precauções contra o perigo de incêndio.

Em havendo prisioneiros de ambos os sexos, deverão existir acomodações separadas para homens e para mulher.

A ração diária de alimento deverá ser em quantidade, qualidade e variedade suficiente a fim de se manter o prisioneiro em bom estado de saúde e evitar-se a perda de peso ou o desenvolvimento de deficiências de nutrição, levando-se em conta, ainda, o hábito de alimentação do prisioneiro. Os empregados em trabalho, deverão receber ração adicional, a fim de fazer face ao desgaste resultante desse trabalho. Água potável em quantidade suficiente é outro cuidado a se ter em conta, devendo ser permitido o uso do fumo. Tanto quanto fôr possível, o próprio prisioneiro deverá ser empregado no preparo do seu alimento e no de seus companheiros. Medidas disciplinares coletivas que afetem a alimentação são proibidas pelo art. 26.

Roupas adequadas ao clima, interiores e exteriores, em quantidade suficiente, deverão ser dadas aos prisioneiros. Os prisioneiros empregados em tipos de trabalho especiais deverão receber roupas apropriadas a esse trabalho.

Poderão ser instaladas cantinas em todos os campos, nas quais os prisioneiros possam adquirir sabão, cigarros e outros artigos de uso diário. Os preços não poderão ser maiores que os existentes nos mercados locais. A criação dessas cantinas é feita através de um fundo especial obtido entre os prisioneiros. Quando o campo, por qualquer motivo, é fechado, o saldo deverá reveter a uma organização beneficente a fim de ser empregado em benefício de prisioneiros de guerra da mesma nacionalidade da dos que contribuíram para a formação do fundo. Nenhuma dispensa relativa a aquartelamento, alimentação e vestuário será cobrada.

Higiene e cuidados médicos

Tôdas as medidas sanitárias serão tomadas, a fim de assegurar-se aos prisioneiros, limpeza e salubridade nos campos e evitar-se, desta forma, possíveis surtos epidêmicos. Para isso, deverão dispor, dia e noite, dos meios necessários às normas de higiene, devendo as dependências sanitárias serem limpas e asseadas. Deverão existir acomodações separadas para homens e mulheres. Água, sabão, chuveiros e demais facilidades serão dadas, bem como o tempo necessário para tais fins. Os campos serão dotados de enfermarias adequadas, devendo existir locais separados para os casos de moléstias mentais ou de caráter contagioso.

O prisioneiro que sofra de moléstia mais séria ou que se encontre em condições que requeiram tratamento especial, deverá ser admitido em qualquer unidade hospitalar, civil ou militar, onde tal tratamento lhe possa ser ministrado, mesmo que sua repatriação esteja próxima.

Inspecções médicas

Pelo menos mensalmente deverão os prisioneiros ser submetido a uma inspecção médica, a fim de verificar-se o estado geral de saúde, nutrição e limpeza e evitar-se a propagação de doenças contagiosas, especialmente tuberculose, malária e doenças venéreas..

Aquêles que forem médicos, dentistas, enfermeiros ou possuam algum conhecimento do assunto, poderão ser usados nas inspecções de seus companheiros. Nêsse caso, embora continuando na condição de prisioneiro, receberão tratamento idêntico ao pessoal médico, sendo-lhe assegurado pelo art. 49, o direito de somente realizar trabalhos nesse setor.

Liberdade religiosa

Ao prisioneiro é assegurada completa liberdade religiosa desde que não afete a rotina disciplinar imposta ao campo. Membros de credos religioso e que tenham sido feitos prisioneiros nessa situação, gosarão da liberdade necessária, de modo a poderem prestar aos seus companheiros a assistência adequada, o mesmo ocorrendo com aquêles que, em não sendo membros de credos religiosos, oficialmente, estejam em condições de melhor do que os outros, prestar aquela assistência.

Disciplina

Os prisioneiros de guerra pertencentes à fôrças armadas, devem saudar todos os oficiais do país que os mantêm nessa situação externando as manifestações de respeito e hierarquias previstas nos seus regulamentos. Oficiais prisioneiros, prestarão as continências regulamentares àqueles de maior patente, devendo entretanto, também, fazê-lo, para o Comandante do Campo, independente de seu pòsto.

Os distintivos de pòsto, nacionalidade, especialização, bem como o uso de condecorações, é permtido pelo art. 40 da convenção.

O uso de armas contra os prisioneiros, especialmente contra os que tentam escapar, deve constituir uma medida de caráter extremo, sempre precedida de avisos e advertências adequadas.

Pòsto e graduação

A fim de assegurar-se igualmente de tratamento entre os prisioneiros de mesmo pòsto ou graduação, as partes em conflito, após o início das hostilidades, deverão comunicar os postos e graduações do pessoal

previsto no art. 4, bem como suas equivalências, sendo inclusive reconhecida pela parte que mantém o prisioneiro, qualquer promoção que ocorra e que seja comunicada oficialmente.

Oficiais e prisioneiros de nível equivalente serão tratados em concordância com seu posto e idade.

Trabalho

Os prisioneiros fisicamente aptos, poderão ser utilizados em trabalhos que digam respeito à administração, instalação e manutenção do campo, além daqueles ligados aos seguintes setores:

- a) agricultura;
- b) indústrias ligadas à produção e extração de matérias-primas, com exceção das indústrias metalúrgicas, de maquinaria ou química;
- c) trabalhos públicos ou construções que não tenham caráter ou objetivos militares;
- d) transporte e estocagem de materiais sem caráter ou objetivo militar;
- e) negócios comerciais ou artísticos;
- f) serviço doméstico.
- g) serviço de utilidade pública sem caráter militar.

Aos oficiais somente poderão ser dados trabalhos de supervisão.

Tais trabalhos deverão levar em conta as condições climáticas, dando-se ao prisioneiro, acomodação, alimentação, vestuário e equipamento condizentes.

As condições de trabalho não poderão ser tornadas mais árduas como medida disciplinar, bem como não se poderá dar ao prisioneiro missões de caráter humilhante, insalubres ou de natureza perigosa, como remoção de campo minados, etc.

A duração do trabalho não deverá ser excessiva, devendo existir em meio à jornada pelo menos uma hora de descanso e ao fim de semana, 24 horas de folga, de preferência aos domingos.

Relação dos prisioneiros com o exterior

Ao prisioneiro de guerra é permitido enviar e receber cartas ou cartões. Tal correspondência deverá ser enviada tão rapidamente quanto possível e não deverá ser retida por qualquer motivo. Considerando necessários, o país que mantém o prisioneiro poderá limitar o mínimo de cartas ou cartões enviados, mas tal número não deverá ser inferior a 2 cartas e 4 cartões por mês. Maiores limitações poderão ser impostas, quando surgirem dificuldades na tradução para fins de censura. Poderão também, ser enviados pelos prisioneiros, telegramas, ficando as despesas por sua conta. Como regra geral, a correspondência deverá ser escrita em sua língua nativa, podendo as partes em conflito permitirem o uso de outros idiomas.

O prisioneiro poderá receber pelo correio ou outros meios, pacotes contendo, alimento, roupas, remédios e artigos de caráter religioso, educacional ou recreativo, equipamento científico, instrumentos musicais ou materiais esportivos, o que entretanto não desobriga a parte que o mantém de prestar as assistências previstas na convenção.

As encomendas destinadas ao prisioneiro ficarão isenta de selos ou outras taxas. A correspondência e encomendas poderão sofrer censura, mas tal censura deverá ser feita o mais rapidamente possível e por sua causa não deverão os alimentos, por acaso existentes, sofrerem deterioração, devendo ser feita em presença do prisioneiro ou de algum por ele autorizado.

O recebimento dessa correspondência só poderá ser suspenso por períodos os mais breves possíveis e quando existirem razões de caráter militar ou político que justifiquem a suspensão.

Sanções disciplinares e penais

O prisioneiro de guerra poderá ficar sujeito a leis, regulamentos e ordens da parte que o mantém, que poderá, portanto, submetê-lo a medidas de caráter judicial ou disciplinar, quando este cometer ações contrárias a tais leis.

Medidas disciplinares serão sempre tomadas em preferência às judiciais, quando for possível.

O prisioneiro deverá ser julgado por uma corte militar, a menos que as leis da parte que o mantém permitam a cortes civis julgar membros das forças armadas. Em nenhuma circunstância, porém, deverá ser julgado por uma corte que não ofereça garantias essenciais de independência e imparcialidade e onde não possa usar os direitos e meios de defesa previstos no art. 105 da convenção.

Nenhum prisioneiro poderá ser punido duas vezes pela mesma falta. As punições não poderão ser diferentes daquelas que membros das forças armadas da parte que o mantém sofreriam, se cometessem a mesma falta.

Punições coletivas por atos individuais, maltratos físicos, reclusão em locais fechados onde não entre luz solar, de maneira geral, qualquer forma de tortura ou maldade, são proibidas pelo art. 87; nenhum prisioneiro, poderá ser privado de usar suas insígnias ou distintivos, não podendo ser tratado de modo diferente dos outros, pelo fato de já ter sido punido, ou ser a punição desumana, brutal ou perigosa à sua saúde.

A duração de qualquer punição não poderá ser maior do que 30 dias, incluindo neles, os dias passados aguardando a solução da punição a ser imposta.

Para punições maiores de 10 dias, duas ou mais, consecutivas, deverá haver um período de 3 dias entre o fim de uma e o início da outra.

A tentativa de fuga ou a fuga, ainda que repetidas, não devem ser consideradas circunstâncias agravantes o prisioneiro está sujeito a julgamento judicial referente a atos cometidos na fuga ou na tentativa.

Os atos cometidos com a só intenção de facilitar a fuga e que não tenham provocado violência a pessoas físicas ou objetos, só deverão gerar punições de caráter disciplinar. Ao acusado deve ser dado o direito de explicar sua conduta e de defender-se.

Os locais de prisão devem ser separados tendo em vista o sexo do prisioneiro e sua patente. O prisioneiro deverá ser alertado pela parte que o mantém dos atos puníveis com pena de morte. Ao ser declarada a pena de morte, deverá haver um intervalo de pelo menos 6 meses, antes de ser posta em execução.

Agência Central

Uma Agência Central de Informações deverá ser criada em uma nação neutra a fim de tratar dos assuntos atinentes à prisioneiros de guerra das partes em conflito e que receberá delas tôdas as informações necessárias a fim de cumprir sua finalidade. A criação desta agência, se necessário, poderá ser solicitada pela Cruz Vermelha Internacional e servirá como ligação entre as partes em conflito, que darão os recursos financeiros necessários à sua existência e facilitarão seu funcionamento, em benefício dos seus próprios prisioneiros. Deverá gozar de isenção de taxas, sêlos ou impostos e não deverá ser interpretada como um meio de restringir as atividades humanitárias da Cruz Vermelha ou de outras sociedades dêsse tipo que venham a surgir.

4 — CONCLUSÃO

Segundo estimativas feitas por historiadores, já foram assinados até o dia de hoje, cêrca de 8000 documentos, versando sôbre tratados de paz, pactos de não agressão, etc. No entanto, o mundo sempre asisstiu aos mais violentos embate, às mais cruentes guerras, que têm dizimado milhões e milhões de criaturas. O último conflito mundial terminado em 1945, ainda está bem perto de nós, para que pudéssemos ter esquecido os campos de concentração nazistas, os assassinatos em massa de prisioneiros, civis e militares, mulheres, velhos e crianças. Resta-nos, então, perguntar: — Serão obedecidas tôdas essas normas constantes da Convenção de Genebra e relativas aos Prisioneiros de Guerra? Serão obedecidas as demais normas dessa convenção, ou de quantas venham a surgir no futuro? A resposta, não sabemos.

Quisemos, tão sômente, em rápidas pinceladas, mostrar que existe tal documento, procurando sintetizar os pontos que julgamos mais interessantes. Desde os bancos escolares, temos notícias da sua existência, mas sômente agora pudemos aprender alguma coisa sôbre êle.

A intenção dos governantes em fazê-lo, foi das mais louváveis; resta saber se será cumprida ou se, como tantos outros tratados, se transformará em documentos para arquivo.

PORQUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 51 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

Página	Cr\$
Inteira	90.000
1/2	60.000
1/4	40.000
2ª capa	110.000
3ª capa	120.000
Contracapa	130.000

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida mais 100%.

O EXÉRCITO SUÍÇO.

MAJOR EDWIN STETTLER, do Exército Suíço, (Revue Militaire d'Information, novembro de 1964).

Trad. do Ten-Cel Art Rubens Mário Jobim, oficial de Estado-Maior.

O FIM DO EXERCITO DE MILICIA?

A ameaça da guerra total, tal como podemos vislumbrá-la hoje, tendo em conta a arma nuclear e a ação subversiva, não deixa de propor aos suíços o saber se seu exército de milícia possui ainda real valor.

Um tal sistema será capaz de satisfazer, no futuro, as exigências de armamentos sempre mais avançados tecnicamente? Estarão os quadros e a tropa, formados aceleradamente durante curtos períodos de instrução, em condições de dominar engenhos cada vez mais aperfeiçoados que requerem, numa medida jamais atingida até aqui, o concurso de especialistas para os pôr em ação no campo de batalha?

A noção de massa à base de infantaria, própria das milícias, não deve ceder lugar a um exército profissional mais reduzido, equipado com os últimos produtos da indústria bélica, inteiramente blindado e mecanizado, dotado de engenhos e aviões, reforçado pela arma nuclear, imunizado contra os ataques da guerra psicológica e ideológica?

Manter uma força de milícias que abarca toda a nação, no tempo e no espaço, não será, em definitivo, mais custoso que um outro sistema mais racional?

Enfim, constituirá verdadeiramente o exército de milícia, com todas suas contradições aparentes, talvez reais, o indispensável fator moral que garantirá ainda amanhã a existência da pátria? Em outros termos, tem modernamente valor o conceito de cidadão-soldado?

Eis algumas questões fundamentais que a Suíça procurou resolver realisticamente. Seu exército de milícia não somente permaneceu puro em sua estrutura, como foi dotado de meios modernos de combate.

A MILÍCIA SUÍÇA

Antes de empreender a análise desse exército, convém definir sua peculiaridade.

Baseia-se êle, essencialmente, na noção do "cidadão-soldado". Único instrumento da defesa nacional, estrutura-se no serviço obrigatório fixado pela Constituição para o conjunto dos cidadãos que são chamados às armas a partir da idade de vinte anos, desde que não estejam reformados ou ausentes do país. Nestes dois últimos casos, devem, em compensação, pagar uma "taxa militar" proporcional à sua renda. As tropas são enquadradas unicamente por oficiais e suboficiais da reserva. O quadro de carreira limita-se a um corpo restrito de instrutores; cerca de 500 oficiais e 1.000 suboficiais superiores.

Composto de forças terrestres e aéreas, cujo equipamento é comparável ao dos exércitos estrangeiros, o exército suíço está em condições de pôr rapidamente de pé suas brigadas e divisões, treinadas nas novas técnicas de combate. Não se pode, pois, confundi-lo com as formações comumente chamadas "milícias", que jamais tiveram no passado senão um valor muito relativo e nem o terão mais verossímil no futuro, pois lhes faltará sempre êsses fatores essenciais que são a instrução, o enquadramento, o armamento e a rapidez de mobilização.

O TREINAMENTO DA MILÍCIA

Uma das características do exército de milícias é que seus soldados são submetidos a curtos períodos anuais de treinamento, enquanto que os quadros são freqüentemente chamados diversas vezes por ano. Estes períodos de convocação militar são destinados a reavivar os conhecimentos, a aprender o serviço das armas e materiais novos, a exercitar



os chefes no comando das tropas. É incontestável, para quem conhece o exército suíço, que este método foi suficiente para dar ao país, durante os dois últimos conflitos mundiais, uma defesa nacional coerente e porte, bem adaptada à missão tradicional: a garantia da integridade do território e do estatuto da neutralidade. Este procedimento ainda ontem válido, dará, amanhã, às unidades de milícia, os conhecimentos táticos e técnicos, a coesão, necessários ao combate moderno? A resposta pode surgir da análise sucessiva dos aspectos político, estratégico, técnico e econômico do problema.

A preparação continua reveste-se de um acentuado aspecto político, porque só pode existir pela perfeita soldadura do exército com a nação. Exige, pois, da parte do cidadão, a melhor compreensão sobre seu engajamento, em face das questões de política interna e externa que condicionam a existência da pátria. Nada melhor que esses contatos frequentes com o exército para dar ao "cidadão-soldado" a convicção de que a defesa do país é seu dever. Ao correr de toda a vida, bebe êle, regularmente, nas próprias fontes, os conhecimentos de que necessita do sentido das decisões militares. Nunca fica tão longamente afastado de seu exército que não mais o compreenda; vive sua evolução. Não é preciso procurar alhures a causa do imenso interesse que suscita na Suíça tudo quanto toca ao exército. Em face das formas atuais da guerra, esta compreensão profunda e real do exército pelo povo evidencia-se mais necessária do que nunca. O equipamento das tropas modernas custa muito caro e suas cargas financeiras são cada vez mais pesadas de suportar. As razões desses sacrifícios devem ser compreendidas pela nação inteira. Onde poderiam sê-lo melhor que lá, onde a integração civil e militar continua constante?

No quadro estratégico, ao contrário dos exércitos da ativa que os governos podem utilizar indiferentemente na conquista ou na conservação de objetivos políticos, a milícia não pode, por sua essência e estrutura, servir senão para a estratégia defensiva. A Suíça e sua política de neutralidade deveriam, pois, ser muito naturalmente a terra eleita do sistema que fez suas provas no curso dos dois últimos conflitos mundiais. Foram sucessos conseguidos, essencialmente, pela demonstração do estado de preparação e da vontade de defesa a que pode chegar um exército de milícia. Não existem razões sérias para pensar numa diminuição deste respeito no futuro, com a condição, contudo, de que este exército mantenha sua força e sua vigilância. É verdade que esta mobilização súbita e profunda da nação poderia significar a parada brutal da vida econômica do país, se sua organização não levasse em conta as necessidades indispensáveis do setor privado. De outra parte, o reabastecimento do exército de campanha deve forçosamente encontrar sua solução no prévio depósito dos estoques necessários, mais que numa fabricação de resultados aleatórios, em economia de guerra.

No plano técnico, os cursos militares de breve duração, característicos da milícia, são amiúde comparados, qualitativamente, ao longo ser-

viço nos exércitos profissionais. Alguns pretendem que somente a segunda fórmula dá bons resultados. No entanto, os militares podem ser submetidos a uma instrução mais intensa em escolas de recrutas (quatro meses) ou em cursos de revisão (três semanas), como no exército suíço, que em períodos de dezoito ou vinte e quatro meses consecutivos. O resultado talvez seja, qualitativamente falando, o mesmo, se é que no exército de milícia não se obtém maior economia de tempo e de meios.

UMA PREPARAÇÃO CONTÍNUA

Após sua desmobilização, o soldado dos exércitos permanentes esquecerá, com maior ou menor rapidez, tudo o que aprendeu no regimento; em caso de mobilização, os reservistas deverão, pois, não somente ser reequipados, mas sobretudo retreinados durante várias semanas antes de poderem ser engajados. O exército de milícia, ao contrário, graças a seu ciclo de convocação militar, não permite que os conhecimentos adquiridos se estiolem com o tempo. Cada ano, reforça-os e completa-os. O conjunto das tropas mantém-se permanentemente em ordem de marcha, e assimila, à medida da evolução, o serviço das armas recentemente introduzidos. A racional utilização dos talentos civis dos soldados representa o suporte indispensável ao sucesso dos curtos períodos de treinamento. Pois, se o exército da ativa pode criar ele próprio, para todas suas peças, os especialistas de que necessita, o exército de milícia não tem nem tempo nem meios para fazer o mesmo. A necessidade de se concentrar no essencial, leva-o naturalmente a incorporar os homens em função de sua profissão civil, a fim de ganhar, a partir dessa plataforma, o tempo necessário para transformar um especialista civil em um especialista militar. Este recrutamento diferenciado deve necessariamente evoluir com o tempo. Antigamente, uma parte dos agricultores suíços era reservada à cavalaria; hoje, devido à motorização da agricultura, seus filhos servem como motoristas de carros ou de veículos para qualquer terreno.

O cidadão, onde quer que tenha sido colocado nas forças dessa milícia, tem consciência de haver sido aproveitado segundo sua capacidade e, portanto, de poder melhor contribuir no esforço de defesa. Sabe que o Estado, assim procedendo, evita despesas inúteis e se serve vantajosamente da evolução técnica do setor privado. Se é verdade que o recrutamento selecionado ainda satisfaz para o grosso do exército, certas tropas altamente técnicas, que a guerra atual exige, apresentam graves problemas para o exército de milícia, que parece se encontrar diante de um impasse. Deverá, talvez, recorrer, em certos casos, à formação profissional e aceitar uma nova estrutura, ornando-se com elementos permanentes. Uma tal solução é perfeitamente viável; não existe na Suíça, já há longo tempo, um corpo encarregado da guarda das fortificações e uma esquadrilha de vigilância, compostos ambos de militares de carreira? O número de especialistas indispensáveis, para os quais o sistema deveria ser modificado, não é de fato desmedidamente grande.

Graças aos processos modernos de fabricação, a manobra dos materiais torna-se sempre mais simples. Na técnica atual dos armamentos, é menos difícil empregar os meios que mantê-los. São pois, sobretudo os estados-maiores e as unidades de manutenção que necessitarão de especialistas difíceis de recrutar e de formar. Para resolver este problema, o exército de milícias deverá, certamente, abrir novos caminhos, mas esta nova dificuldade não diminuirá o valor do sistema.

Em nossa época de intenso desenvolvimento econômico, surgiram críticas à retirada freqüente e repetida dos homens de seu circuito profissional, considerada nociva ao conjunto da economia. Ora, os níveis atingidos pela Suíça, no pós-guerra, mostram bem que tal prática não conseguiu frear o progresso do país. Em verdade, é difícil que um período de serviço de algumas semanas tenha repercussão irreversível no circuito privado. Nos quadros civis, onde estão, precisamente, os chefes no exército, é onde a interferência é mais acentuada. É interessante constatar, entretanto, que os candidatos aos comandos, apesar das pesadas obrigações resultantes, jamais faltaram até aqui, no exército suíço. Para manter seu valor, o sistema não pode evidentemente deixar de evoluir com seu tempo. As necessidades do setor privado devem ser tomadas em consideração. A escolha dos períodos e sua duração adaptar-se-ão ao ritmo dos ciclos econômicos. Ainda que a harmonização dos imperativos militares e das necessidades civis seja freqüentemente delicada de realizar, é uma prova do civismo sem o qual nenhum esforço de defesa nacional teria valor durável.

Este princípio da preparação contínua do exército suíço é a força viva que anima o conjunto do corpo de defesa, dá-lhe a energia e a experiência necessárias à sua manutenção.

Com a condição de continuar flexível na aplicação dos meios, de modificar os métodos de recrutamento e de instrução ao livre arbítrio do tempo, de não recusar a reavaliação periódica das estruturas, a preparação contínua dará ao país o exército de milícia de que ele necessita, mesmo nas perspectivas novas de um conflito futuro.

OS QUADROS DE MILÍCIA

A apreciação do exército de milícia não pode ser feita sem se estudar, particularmente, a qualidade de seus quadros. A questão continua sendo, pois, saber se os chefes, mesmo não sendo de carreira, são capazes de enquadrar um exército moderno. Para se ficar persuadido, é suficiente lembrar a massa dos quadros de reserva engajados nos dois últimos conflitos mundiais, freqüentemente, aliás, após uma formação acelerada exigida pelas circunstâncias. No exercício do comando, continua tendo maior peso o comportamento dos homens, por conseguinte seu caráter e personalidade. Ora, estes fatores são, no fundo, idênticos para o chefe militar e o chefe civil. Enquanto as forças de milícia selecionaram seus oficiais e suboficiais nos quadros do setor pri-

vado, terão assegurado homens com tôdas as qualidades morais e intelectuais exigidas para conduzi-las. É o caso da Suíça, onde a elite civil constitui igualmente a hierarquia de seu exército. Este é zeloso na escolha de seus quadros, que, por seu lado, fazem os empreendimentos civis do país aproveitar a experiência adquirida na caserna.

Um dos argumentos por vêzes utilizado contra o exército de milícia é o da experiência de guerra, que daria vantagem ao oficial de carreira sobre o da reserva. Esta concepção merece ser devidamente considerada. Não sendo a guerra um fenômeno contínuo, mas intermitente, decorre que as lições tiradas de uma campanha não podem ser inteiramente transportadas para a seguinte, muito menos ainda porque, nesse ínterim, a função dos quadros terá mudado. Sua responsabilidade e seu ponto de vista do conflito variam no tempo. Ademais, os materiais, as formas de combate, as características do campo de batalha mudam a cada campanha, de tal sorte que as experiências adquiridas numa, não são forçosamente aplicáveis em outra. No que diz respeito à guerra futura, que talvez seja nuclear, os quadros, quer sejam de carreira ou de milícia, serão todos colocados, no momento oportuno, diante do mesmo desconhecido. Em consequência, sua preparação não pode ser feita, atualmente, senão pelo estudo teórico realizado em exercícios e manobras, devendo o levantamento das últimas incógnitas ser feito no próprio campo de batalha. Há, pois, muitas probabilidades de que o adversário do exército suíço seja forçado, também ele, a engajar, em um conflito de envergadura, chefes da reserva, bem como os jovens quadros da ativa, sem experiência de guerra.

A FORMAÇÃO DOS QUADROS

Dar a seus oficiais a formação tática e técnica necessária ao exercício do comando é um dos maiores problemas a resolver pelo exército de milícia. Esta preocupação aumenta com a evolução das forças militares. A principal dificuldade a esta formação surge da impossibilidade de chamar os quadros para longos períodos, já que tais prazos são incompatíveis com a organização das forças de milícia. Todavia, isto é compensado pelos longos programas de estudo das escolas de quadros de carreira compreenderem uma boa parte de cultura geral, que o candidato à milícia deve adquirir na vida civil, o que permite reduzir sua instrução ao essencial: a matéria militar. De outra parte, o exército suíço suporta esta redução porque a educação básica é adquirida na escola de recrutas, pela qual devem passar todos os cidadãos aptos a pegar em armas. Lá é que serão selecionados, tendo em vista o acesso. Antes de serem investidos num comando, os quadros de milícia estarão sujeitos a cursos preparatórios seguidos de estágios práticos. No exército suíço, este período de formação é de treze meses para o subtenente e de cerca de dois anos para o capitão. Esta instrução compreende, primeiramente, uma formação básica, depois uma série de escolas de quadros, de cursos táticos e técnicos e, por fim, estágios de aplicação na tropa e períodos de exercícios e manobras.

No total, os chefes de milícias são submetidos, durante sua carreira militar, a um treinamento que não poupa tempo nem esforço. Ademais, eles continuam, fora de seu período de convocação, a participar ativamente da vida militar. Os oficiais investidos de um comando conservam também esta função enquanto a tropa não está em serviço, já que o sistema prevê que eles continuem, na vida civil, a administrar suas unidades. Sendo responsáveis pela instrução, cabe-lhes igualmente preparar os exercícios anuais. Estes encargos fora do serviço, freqüentemente pesados, mostram bem o aspecto sério e completo do trabalho do oficial de milícia.

Podemos então pensar que os quadros de um tal exército serão capazes de preencher sua missão num exército moderno, à condição que os métodos de instrução e de seleção sejam constantemente mantidos em dia, sem abandono das verdadeiras tradições.

O valor do exército de milícia está intimamente ligado à qualidade de seus quadros, cuja formação deve ser objeto de todo o seu cuidado.

É, em primeiro lugar, de seu espírito cívico, de sua profunda vontade de contribuir com sua própria pessoa para o esforço de defesa nacional, mesmo a preço de sacrifícios no plano privado, que dependerá o sucesso desse exército. Esta virtude não pode ser adquirida somente no serviço militar. Ela é antes, necessariamente, obra da família, da escola e da igreja, a fim de que o exército possa construir sobre a mensagem que elas terão transmitido.

GUERRA NUCLEAR

Até a entrada em liça da arma nuclear, a milícia podia pretender ocupar uma séria posição no campo de batalha convencional, estando bem adaptada à guerra clássica, que seus quadros e tropa podiam dominar. Mesmo levando-se em conta a evolução dos meios, não há razão para descrever de sua capacidade. Se de um lado, é verdade, a técnica criou engenhos sempre mais poderosos e complexos, paralelamente empenha-se em simplificar seu emprêgo. O exército de milícia guarda tôdas suas possibilidades para os futuros combates convencionais, pois o aperfeiçoamento torna também mais fácil a solução de grande número de problemas táticos ou técnicos para os homens que, é preciso não esquecer-lo, evoluem igualmente com seu tempo. Dêste ângulo, o exército de milícia continua pois válido, com a condição de que submeta constantemente à prova do tempo seus métodos de preparação.

Além disso, e com mais freqüência que no passado, deverá reavaliar a situação estratégica do país, a fim de modificar, de acôrdo com as necessidades, a concepção de defesa, bem como a articulação das tropas e o seu equipamento. É a razão pela qual, em 1961, a Suíça procedeu a nova reorganização de seu exército, e hoje sua população de

5,5 milhões de habitantes dá-lhe 500.000 homens para as forças de defesa, que contam, entre outras, 12 divisões de elite, das quais 3 são blindadas e mecanizadas, uma aviação tática e engenhos antiaéreos.

No que diz respeito à guerra nuclear, de saída constatamos que os efeitos do fogo seriam os mesmos, quer aplicados sobre uma tropa de milícia, quer sobre outra. Sua atitude será idêntica, desde que os dois sistemas sejam equivalentes quanto ao valor de seus chefes, à qualidade do equipamento, à disciplina e ao treinamento. Logo, devemos reconhecer também que, na hora atual, todos os exércitos estão ainda à procura de uma solução, tendo em vista o conflito nuclear. O acúmulo de novos conhecimentos, a situação do armamento nuclear e sua distribuição no mundo provocam de tal maneira freqüentes revisões das estratégias e dos processos táticos, que é temerário dizer hoje quem detém a verdade.

As medidas adotadas pelo exército de milícia têm, pois, as mesmas probabilidades de ser judiciosas, sobretudo se se leva em conta os períodos anuais de serviço, que lhe permitem evoluir praticamente no mesmo ritmo dos outros sistemas. Devemos, enfim, perguntar-nos também se êsse exército está em condições de se equipar com armas atômicas e de conduzir, por sua vez, o combate nuclear. Estes meios exigem, na fase de fabricação, é verdade, especialistas numerosos. Mas, uma vez postos à disposição do exército, não exigem senão um número restrito dêles, que podem ser recrutados, mesmo num pequeno país cientificamente evoluído. Na fase de emprêgo, a arma nuclear reclama, sobretudo, oficiais de estado-maior, artilharia, aviadores e logísticos, especialmente instruído neste sentido. Isto não é incompatível com as possibilidades de um exército de milícia moderno, desde que, porém, o país queira e possa aceitar os encargos morais e materiais suplementares, decorrentes do reforço da defesa nacional, em caso de guerra nuclear. A êste propósito, o Conselho Federal Suíço declarava oficialmente, em 1958, reservar-se o direito, em caso de necessidade, de dotar seu exército com armas nucleares.

GUERRA SUBVERSIVA

Na luta contra a guerra subversiva, a ligação exército-nação criada pelo exército de milícia desempenha um papel essencial. Isto atém-se primeiramente, às virtudes do serviço obrigatório, ao qual os cidadãos se submetem cada ano, porque é sua vontade. O corpo de tropa torna-se assim uma maravilhosa escola de civismo, onde homens de tôdas condições encontram-se seguidamente, aprendem a estimar-se e a respeitar as opiniões alheias. O exército de milícia é um fator de estabilidade política que seria errôneo subestimar, e cuja total amplitude não aparece senão quando se percebe a extraordinária imbricação militar, política e econômica assim realizada na vida nacional. Isto atém-se, também, ao fato de o sistema de milícia não permitir senão uma estratégia defensiva.

O cidadão-soldado sabe por que se bate, pois a missão permanente do exército é assegurar a independência do país e a manutenção da ordem interna. Tem consciência de que a causa que defende é justa e da confiança que lhe deposita a retaguarda.

Assim, a vontade de resistir não se acende somente no momento da mobilização, manifesta-se já em tempo de paz, porque a democracia armada sabe que sua vida depende dessa indispensável firmeza de espírito. O fracasso, entre as duas grandes guerras, dos conluíus totalitários na Suíça, bem como a mobilização de 1939-45, valem aqui como testemunho.

CONCLUSÃO

O exército suíço de hoje, permanecendo fiel à sua longa tradição de milícia, é um instrumento moderno, adaptado às condições de combate exigidas pelo relêvo tormentoso do país, embora sua vontade de se manter através do tempo, apresente problemas mais difíceis de resolver que alhures. Não esqueçamos, porém, que este sistema de defesa encontra seu sentido profundo em nosso espírito nacional, no temperamento de nossas populações, de raças e línguas diferentes, na estrutura política dos cantões e da Confederação que, em conjunto, insuflam-lhe a vida de que necessita.

Só encarando nossa milícia sob esse aspecto, é possível julgá-la e ter-lhe confiança no futuro.



NOSSO APÊLO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCE, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

UMA TENDÊNCIA DE HOJE?

Major CID DE GOFFREDO FONSECA

Oficial de Infantaria

Após o término da batalha de CRÉCY, em 1346, um artilheiro contemplando o campo da luta, previa para um futuro bem próximo, o fim dos demais combatentes.

Para que iremos precisar de quem se aproxime do inimigo, se de longe o poderemos destruir?

O tempo foi passando e nada daquela profecia se realizar. Naturalmente, o problema era da qualidade do armamento usado. Bastaria melhorá-lo, aumentar a sua potência e também a sua quantidade. Era somente uma questão de tempo.

Chegamos a 1914. Agora sim — pensava um outro artilheiro — conquistaremos o terreno com o fogo e aos infantes nada mais restará do que ocupá-lo, simplesmente. E o resultado foi o que se viu. Em SOMME, franceses e ingleses perdem meio milhão de mortos, feridos e desaparecidos para progredir 10 km.

O fogo dos canhões estabilizou as frentes, os infantes de ambos os lados, se protegem no terreno e o impasse foi criado. Como decidir então a guerra? A resposta foi dada por nós, pela Infantaria. Diluímos as nossas formações, adotamos táticas da infiltração, as metralhadoras e os morteiros acompanhavam-nos em nossa progressão e ganhamos um novo aliado — o carro de combate.

Aliás, inicialmente, empregaram essa nova arma, isoladamente. Foi um fracasso. Era necessário que a Infantaria progredisse ao seu lado para lhe dar proteção e também para aproveitar-se do seu sucesso.

Em 1939-45 o que houve realmente foi o aproveitamento do êxito obtido em 1914-19, pela Infantaria.

O Regimento de Infantaria se agiganta e traz na sua constituição uma miniatura do próprio Exército. Foi como se fôsse a expansão do infante realizando todas as missões de combate, nada deixando aos demais. Ou melhor, foi a transformação em filhos de SAMPAIO, dos cavalarianos, dos artilheiros, dos engenheiros, dos de comunicações e serviços.

Agora, um artilheiro, com a alma voltada para aquêle de CRÉCY, prevê a revolução tática a tanto esperada. É que surgiu a arma nuclear. Não haverá mais necessidade de intrépidos infantes capazes de se aproximarem do inimigo para os destruir. O faremos de longe.

A dificuldade é a utilização da nova arma no campo tático. E os arautos afirmam que o problema se resume de terem número suficiente de armas atômicas de efeito controlado dentro de raio mais restrito.

O quadro se repete 600 anos depois.

Os novos pensadores reconhecem preliminarmente a necessidade da existência de armas de efeito controlado dentro de raio mais restrito.

Só isso já nos dá uma pequena vantagem — o raio é restrito. Para isso, a potência de nôvo engenho terá que ser adequado, e que potência será esta? Tão pequena e maleável será naturalmente um lança-rojão melhorado. Potência média? Grande potência? São perguntas ainda sem respostas.

Conseguirá a explosão atômica realizar completamente alguma das fases do combate?

Um fato nôvo gera novas idéias e atitudes novas em todo o seu âmbito. Sendo assim, é razoável que admitamos que respostas sejam dadas a tão grande poder de fogo. Formações mais diluídas? Meios de transporte mais rápidos? Comunicações mais abundantes e flexíveis? Maior couraça?

A condição de grande amigo ainda continuaremos a ter no terreno. Bastará ter o homem uma pequena porção de tempo para se abrigar e já os efeitos destruidores do armamento nuclear se reduzem a uma insignificante fração.

E logo após ter a grande nuvem se elevado, da terra calcinada surgirá, sem dúvida, o ganhador das batalhas. E quem será êle? O soldado eclético que cumpre ou está em condições de cumprir tôdas as missões.

É esta sim, uma tendência de hoje, a verdadeira revolução no campo de batalha.

A história nos dá razão e testemunho.

Lentamente, as formações maciças foram se diluindo e se amoldando as novas condições de combate. Vimos a Infantaria sair das organizações compâctas das legiões romanas, passar pelos quadrados de SAMPAIO até descobrir o grupo de combate.

Paralelamente a isto, as necessidades foram crescendo, como querendo se opor àquela tendência.

O Regimento e a Divisão de Infantaria responderam muito bem a êste antagonismo até o advento da bomba atômica.

Com a nova arma o dilema foi aprofundando.

Teremos que ter um dispositivo extremamente diluído para negar ao inimigo o efeito esperado mas, que tenha condições de cumprir todas as missões. Surgirá uma nova unidade de combate, pequena no número dos seus componentes, porém forte na sua capacidade de agir e lutar. Dentro desta pequena fração, o soldado será infante quase sempre, usará os meios de fogo que dispuser com a habilidade do artilheiro, reconhecerá largas frentes como um bom cavalariano, utilizará rádios e radares, construirá pontes, evacuará feridos, fará o suprimento.

As necessidades do combate farão cair por terra antigas estruturas. A velocidade das batalhas e a flutuação das frentes trarão como consequência a presença de todos na primeira linha. E aí, nós de Infantaria já temos uma tradição e um bom conhecimento, pois é o nosso lugar a muito tempo. E será com orgulho que receberemos a companhia muito mais estreita dos demais companheiros.

Neste quadrô, o valor intrínseco do homem será o fator decisivo. Isolado no campo de luta, terá ele que apelar somente para a sua fortaleza moral, física e mental — que será o bastante para levá-lo à vitória.

E esta igualdade no campo de batalha moldará o exército vencedor das futuras guerras, que será certamente aquele que conseguir livrar-se de dissensões, divisões e disputas internas, pela supremacia de uma arma sobre a outra.

Esta sim, é uma tendência de hoje.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



A FUNDAÇÃO OSÓRIO, destinada à educação das filhas órfãs de militares das Forças Armadas, necessita de seu apoio, prezado camarada, para prosseguir em sua nobilitante tarefa educacional.

Venha visitar-nos e ver o que estamos fazendo há 44 anos, pela família militar brasileira.

Auxilie-nos!

Torne-se sócio contribuinte de nossa **FUNDAÇÃO**! É muito simples. Autorize sua Unidade a descontar mensalmente em fôlha, a favor da **FUNDAÇÃO OSÓRIO**, a quantia que lhe agradar — Cr\$ 500 ou Cr\$ 1.000.

Estamos certos de contar com você, prezado camarada, de coração bem formado.

E promova, também, uma campanha em prol de nossa **FUNDAÇÃO** em sua Unidade.

Por tudo nós lhe ficamos gratos.

FUNDAÇÃO OSÓRIO

(À MARGEM DE UM RELATÓRIO)

Pelo Gen Bda R/1 FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Essa benemérita instituição — a Fundação Osório, criada em 1908, por iniciativa de um grupo de oficiais, a fim de comemorar o centenário do nascimento do llegendário Osório, e cujo orfanato foi autorizado a se instalar por Decreto n. 4.235, de 4 de janeiro de 1921, do governo Epitácio Pessoa, funciona no Rio de Janeiro, e se destina à educação das filhas órfãs de militares do Exército, da Marinha de Guerra e da Aeronáutica. Até hoje vem sendo mantida, com grandes sacrifícios, por um reduzido grupo de oficiais e sargentos das Forças Armadas.

Segundo o seu relatório referente a 1964, apresentado pelo seu emérito presidente, o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, venerando chefe militar, insigne patriota que, aos 84 anos de uma agitada e trabalhosa vida, se dedica à meritória e nunca assaz louvada tarefa da educação dos deserdados da sorte, trezentas e noventa e oito meninas, das quais trezentas e cinqüenta e três, gratuitamente, freqüentaram suas aulas. Cento e oitenta e quatro eram filhas de militares do Exército, cento e uma da Marinha de Guerra, e sessenta e oito da Aeronáutica. Nessa modelar instituição, juntamente com o curso primário, admissão ao ginásio, e ginásial, recebem as educandas conhecimentos nos cursos de datilografia, educação física, trabalhos manuais — abrangendo economia doméstica — atividades femininas, desenho, canto orfeônico, iniciação musical, e corte e costura.

Em 1964 o custo de cada aluna-ano, considerando o ensino, a alimentação, vestuário, assistência médica, etc., foi de Cr\$ 381.120, o que vale dizer Cr\$ 31.760, por mês, aproximadamente. A quanto atingirá em 1966?

Esta benemérita instituição apelidada, na feliz expressão do general Henrique Geisel, — O Colégio Militar das filhas dos militares, apesar do apoio que lhe tem proporcionado o governo, por intermédio dos ministérios militares, muitos oficiais e sargentos das três Forças Armadas e outras pessoas, inclusive D^a Francisca Osório Mascarenhas, digna neta

de Osório, incansável em seu auxílio à Fundação honrada pelo nome de seu avô, e que já contribuiu com mais de quatro milhões e cem mil cruzeiros para sua ampliação e manutenção em ocasiões várias, luta hoje com tremendas dificuldades para desempenhar sua humanitária e patriótica missão.

A nosso ver, se cinqüenta mil oficiais e sargentos das nossas Forças Armadas da ativa, da reserva e reformados se dispusessem a entrar para o quadro de associados da Fundação Osório, na categoria de "sócios contribuintes", outra seria a situação da instituição; então poderia prestar assistência a maior número de órfãs necessitadas. Não há quantia fixada para a contribuição. Parece-nos que, se cada contribuinte concorresse mensalmente com quinhentos ou mil cruzeiros, o auxílio seria de real valia. Para isso, basta que cada oficial ou sargento procure o chefe da organização por onde percebe seus vencimentos, e este ordene à tesouraria o respectivo desconto em fôlha. Esta contribuição poderá parecer irrisória, mas, multiplicada por cinqüenta mil, por exemplo, vemos que dará uma quantia ponderável.

Há no Exército organizações, como a 18ª Circunscrição de Serviço Militar, por exemplo, sediada em Ilhéus, no Estado da Bahia, cujos oficiais e sargentos, e alguns da reserva que percebem proventos pela terouraria daquela repartição, são sócios contribuintes da Fundação Osório.

Por que, ousamos perguntar, todos os oficiais e sargentos do Exército, da Marinha de Guerra e da Aeronáutica, não imitam seus camaradas daquela repartição, tornando-se sócios da Fundação Osório? É porque, respondemos nós, muitos subestimam o valor da contribuição sugerida, que julgam pouco, face o custo atual das utilidades, e se esquecem da força da união, não tendo presente a Camaradagem, virtude militar que deve estar sempre alerta na alma do soldado, seja ele de Terra, do Mar ou do Ar.

Temos todos, oficiais e sargentos, o dever de contribuir para a Fundação Osório. Suas educandas necessitam da nossa contribuição, por mais modesta que seja ela. Nosso auxílio representa não só a materialização do culto a Osório, paradigma do soldado e de cidadão, como também a vivificação do espírito da verdadeira camaradagem, pois servirá para amparar órfãs de modestos companheiros de classe, e, sobretudo, até será uma manifestação de patriotismo, pois servirá para instruir e educar meninas brasileiras, parte integrante da nossa mocidade, em quem, no dizer de eminente brasileiro, "deposita o Brasil as suas mais caras esperanças".



ORIGEM DAS PALAVRAS MILITAR E MILÍCIA

Pelo Cap RAMON TOUCEDA FONTENLA,

Prof. da Acad. de Cavalaria de Espanha
(Transcrito do Jornal do Exército, Portugal,
Setembro de 1965).

A milícia é, por autonomasia, a profissão da honra e da glória. Muito poucas palavras há que tenham conservado através dos tempos, o timbre glorioso do seu nascimento e etimologia. Vejamos que origem tiveram as palavras milícia e militar (adjetivo).

Antigamente, quando se desejava organizar uma Unidade castrense apta para levar a cabo as mais inverossímeis façanhas bélicas, pediam-se voluntários entre os que reunissem determinadas condições e, no número destas — segundo se lê em “Las Partidas” (*) — figuravam “a de ser exercitado no trabalho”, “forte e de ânimo constante”, “de boa estirpe e riqueza” e “os quais hão-de possuir as quatro virtudes cardeais, a saber: Prudência, Fortaleza, Temperança e Justiça”.

Todos os que acorriam a apresentar-se para o serviço das Armas julgavam-se possuidores das mesmas invejáveis virtudes e condições. E assim era, na realidade. Impunha-se uma seleção que permitisse admitir somente tantos quantos os necessários, seleção a fazer de tal forma que a honra dos recusados não se sentisse manchada ou menosprezada. E, para se conseguir isto, chegou-se a pôr em prática o processo de escolher um de cada mil candidatos apresentados. Com este processo nasceu já o primeiro grau da palavra *militar*, dado que ao escolhido se chamava “mil-le” (do latim *mil*) e, mais tarde, *milite*, plenamente admitida pela Real Academia Espanhola para designar um soldado.

Com o andar dos tempos, e ao generalizar-se a criação destas Unidades castrenses, pelo processo da seleção de entre o milhar de homens que, para isso, se apresentavam, as Unidades assim criadas e formadas por “milites” tiveram de ter hegemonia própria na denominação, à qual se deu um valor idiomático de coisa principal,

(*) “Leyes de las Partidas”, por El-Rei Afonso, o sábio.

e assim se chegou à substantivação do que até ali era uma reunião de "milite", e nasceu, limpa e pulcra, a palavra "mil-litia" que, por não se pronunciar o *t* no seu próprio som no latim de então, pois se pronunciava, como se sabe, como *c*, veio a dar a atual palavra **milícia**.


Todavia, hoje pretende-se usar esta palavra sem a substantivar e, assim, é freqüente ouvir-se, entre grandes setores do povo e sobretudo, entre soldados de deficiente cultura, dizer "mili" em vez de "milícia". "Quando sair da "mili"... ou "para o ano que vem entro na "mili"...", etc., etc. Não substantivam a sua condição de "milites" que, subordinada a outra mais principal, deu lugar a "milícia".

Da palavra "militia" à palavra "militar" vai um passo. Já se conhecem as diferentes corruptelas e, até, adaptações que muitas palavras sofrem no decurso da vida. Algo de semelhante ocorreu com a nossa palavra. Por degenerescência do idioma, o *t* latino, entre vogais, que inicialmente se pronunciava como *c*, passou mais tarde a pronunciar-se com o seu próprio som de *t* e, assim, já se lê **milítia**; suprimiu-se o terceiro *i* e já se pode ler **milíta**. Mas agora há que retroceder no caminho andado e assim como do adjectivo "mil-le" passamos ao substantivo "militia", do substantivo obtido temos de chegar ao adjectivo.

Da coisa principal, ou "militia" (pronunciando-se o *t* com o seu som ou suprimido o último *i*), chegamos à coisa ou ação que a determina ou qualifica, isto é, o adjectivo **militar**, que é o homem que professa na **milícia**.

É precisamente na antiga e rigorosa seleção — sempre um entre mil — que nasceu a auréola de cavalheirismo que tem sido em todos os momentos apreciada gala dos militares. Esse culto da honra pelo qual tantos e tantos têm morrido é quase exclusivo da profissão das Armas. Dentro do espírito castrense, a morte com honra não é um mero ato de valentia isolado, como muitos crêem, é antes o ato pelo qual se sublima toda uma vida, durante a qual se rendeu um culto especial à honra. E é justo que quem assim alcança a morte, seja tido por nobre e de boa estirpe, como tinha de ser, segundo o comentário do "Rei Sábio", o candidato antigo que, com tão veemente desejo queria ser, entre mil, o único escolhido.

É assaz curiosa a etimologia da palavra **milícia** ou **militar** e sobre ela deveria meditar-se com grande frequência. E ninguém que se tenha na conta de "forte e de ânimo constante" deve ignorá-la.



ORIGEM DOS POSTOS MILITARES

2º Sgt ADOLPHO AVÓGLIO HECHT

Graduações e postos de nossa hierarquia militar tiveram origens várias, ou senão vejamos os principais que se seguem :

SOLDADO — formou-se de “sôldo” (parte ou salário integral devido aos militares) com o sufixo “ado”. Na Roma antiga, era o miliciano a sôldo.

ANSPEÇADA — é termo originário do italiano “lancia spezzata” (lança despedaçada ou quebrada), através do francês “anspessade”. Na Roma, era um soldado de Cavalaria, desmontado na guerra, e que ficava adido à Infantaria, até obter um cavalo e podendo assim unir-se a sua Unidade.

CABO — do latim “capu”, por “caput” (cabeça, chefe, caudilho). Era o “capu” que, nas hostes italianas, se colocava à testa de pequena fração de tropa para guiá-la durante a marcha.

SARGENTO — tem origem no francês “sergent”, que era um servidor na antiga França. Para outros, vem do latim “serviente”, pessoa sujeita a servidão.

BRIGADA — formou-se do baixo latim “brigata”, de “brigare”, que viria do gótico “brikan” (lutar). Na Roma antiga, era um miliciano adestrado para o combate. No Exército Brasileiro é o sargento mais antigo de uma Unidade (sendo função e não graduação).

CADETE — é palavra originária do francês “cadet”. Antigamente na França denominava-se “cadet” o filho segundo de pessoa nobre ou de casa ilustre, que passava a oficial sem seguir os postos inferiores. Segundo alguns autores, viria de K. D., iniciais de “Konstitutional Demokrat”. Há quem veja a origem do termo no latim “capdete” — “capttetum”, de “caput” (pequeno chefe).

ASPIRANTE — é do latim “aspirante”. Era uma praça especial que aspirava um pôsto na hierarquia militar.

TENENTE — do latim "tenente". Dizia-se do primeiro depois do chefe (subchefe), na antiga Roma.

CAPITÃO — do italiano "capitano", forma originária do baixo latim "capitam", de "caput" (cabeça). Na Roma dos Césares, era o militar graduado que encabeçava a tropa.

MAJOR — do latim "majore", maior. Nas hostes romanas, era o oficial maior, de comando superior.

CORONEL — do italiano "colonello" (de coluna). Era o comandante de uma coluna de exército, na Roma antiga.

GENERAL — formou-se o termo do latim "generale", pelo francês "général" (geral). Na França antiga, era um oficial superior a quem se confiava a direção comum da maior parte da tropa.

MARECHAL — indica "criado de cavalo". Formou-se do germânico "marashskalk", através do francês "maréchal". Segundo outros, o termo vem do latim "marshkalk", propriamente criado — "shalk", que cuida dos cavalos. Há ainda quem veja a origem da palavra no antigo alemão "marscale" (criado de cavalo).

ALMIRANTE — provém do árabe "amir ar-rahl", título do comandante de transporte entre o Norte da África e a Andaluzia (Espanha) ou de "amir al-bahr" (comandante sobre o mar) ou, ainda, de "amir-amiran" (emir dos emires). (Emir: — Espécie de prefeito ou governador).

GEN-DIV UBIRAJARA DOS SANTOS LIMA

Gen F. SILVEIRA DO PRADO

— “Morreu o Ubirajara” e logo os companheiros de turma transmitiram, uns aos outros, a infausta nova, e fomos tributar-lhe o derradeiro preito.

Sendo vésperas de finados, notava-se, no Cemitério do Caju, intensa, e até mesmo alegre, vibração de vida, tanto pela afluência de pessoas, quanto pela profusão de flôres, flôres por tôda parte

O dia amanhecera chuvoso, tristonho, mas, na ocasião, o Sol apareceu com todo o esplendor do meio-dia e, no caminho, pássaros saltitantes chilreavam à frente do cortejo.

Dêsse modo, não existia o ar funéreo, lúgubre, dos enterros; as circunstâncias se haviam congregado para dar ao ambiente o tom suave, festivo, de uma ressurreição.

E, pensando bem, não seria alegre a chegada da hora da libertação, a partida de um amigo para a eternidade?

O Ubirajara, graças ao temperamento expansivo, jovial, que Deus lhe deu, e ele soube conservar, viveu, movimentou-se como os plúmosos cantores dos nossos bosques, irradiando o encanto da alegria de viver.

No Colégio Militar, apesar do arrôcho na disciplina e nos estudos, o víamos sempre de bom humor. Tocava música, o próprio Hino Nacional, apenas com um lápis, vibrado, com os dedos, contra os dentes, alvos e belos, ou recitava, e era enorme o rol de versos retidos de cor: “Quando ela apareceu no escuro do horizonte / O cabelo revôlto, a palidez na fronte / Dos ventos sacudindo o rubro pavilhão” ...

Ou então :

*“Por isso quando me falas
Com êste desdém e altivez,
Rio-me tanto de ti,
Chego a chorar muita vez”...*

Ou, ainda, de Hermes Fontes :

*"Sofrer é o menos... A dificuldade
é sofrer sem protesto e sem rancor;
é morrer sem tristeza e sem saudade"...*

E ele cantava as modinhas em voga, fazia versos humorísticos, paráfrases burlescas, letras, paródias, um "show" completo.

Discreteava, v. g., com um colega: "Você sabia?... Não?... Pois é!... Deu nele o *revertere ad loco tum*".

Junto a ele não havia carantonhas amarradas não; sua presença varria tristezas e preocupações. Quando chegava, uma luz se acendia e dava vida e colorido à roda.

Os que lhe desfrutaram o convívio, doce oásis à margem no caminho, puderam, como nós, penetrar-lhe os sentimentos, aliás sempre elevados e à mostra de todos, porque ele era sincero, autêntico.

O Ubirajara tinha a alma ingênua e pura de um poeta.

Olhava a vida através das lentes côr-de-rosa do Dr. Pangloss e, assim, a levava — para o agrado de todos — entre risos e festas.

Apreciava a face amável e pitoresca dos seres e das coisas e, dos pormenores interessantes, colhidos na observação sempre inteligente, servia-se para os ambages ou circunlóquios dos ditos espirituosos, espirituosos, sim, mas sem resvalar para a grosseria, ou para a baixeza, porque nele tudo era nobre e cheio de grandeza.

No trajar, como no porte, guardava a linha, a correção de um "gentleman".

Nunca cometeu deslize ou incontinência, que o pudesse aviltar ou diminuir aos próprios olhos, ou no conceito dos prezados companheiros e jamais lhe ouvimos censura ou "trepção" contra qualquer, porque ele amava a todos e por isso o estimávamos como irmão.

A sua falta será sempre sentida.

Que Deus o tenha na santa paz.

Não lhe dissemos o nosso "até breve", ao baixar o corpo. A comoção era grande. O calor era intenso e os presentes estavam em hora de retirar-se.

Mas, se o houvéssemos feito, o comentário dêle, sem dúvida, seria: "Mas, Prado, nem depois de morto a gente se livra dos bestialógicos?"

* * *

ORAÇÃO

do

SOLDADO BRASILEIRO

"Senhor! Fazei que o Brasil seja eternamente livre e soberano, próspero e respeitado pelos Estados irmãos. Proporcionai-nos a paz perene, social e internacional. Assegurai à família e à gente brasileira tranqüilidade e vida edificante, segundo a concepção cristã. Permitti que eu e meus patrícios saibamos cumprir o dever de guardiães da Pátria, se necessário, à custa do próprio sangue. Livrai-nos dos traidores, particularmente daqueles que, na calada da noite, assassinam os companheiros que dormem o sono da confiança e da camaradagem, ou que, através do rádio, da imprensa e do livro, se empenham em poluir a vocação cívica e patriótica do nosso povo."

General MONIZ DE ARAGÃO



Preço dêste exemplar
Cr\$ 200

S M G
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1966